

Remissiva para:

/Sistema de Ensino/

P: CROSE/CEORE<sup>S</sup>

VIDE: INEP

P. CROSE/CEOSE

CROSE/CEOSE I

1º e 2º Projeto - Programa

- (Sem título). A primeira idéia dos CROSE (249 a).
- Colóquios regionais sobre organização e planejamento da Educação- (CROPE) (Planejamento dos colóquios).
- CROSE - Reunião do dia 25/11/66 (com o Diretor do INEP). Pauta de trabalhos e planejamento dos CROSE.
- CROSE, Diretrizes para o funcionamento da Comissão-INEP-UNESCO, e de sua coordenação.
- Meios recomendados para a realização de um plano educacional(249b).
- Documentos a ser preparados (Anexo nº 2).
- Projeto do CROSE - seguido de calendário e planejamento dia por dia 24 a).
- Novo Cronograma dos CROSE(13/1/67).
- Visitas aos Estados pelos Membros dos Crose (258).
- 2º projeto CROSE (258).
- Os CROSE - Objetivos e Métodos de funcionamento (355).
- Projeto: Curso de Preparação de pessoal em serviço para alta administração escolar (801/Entrada).
- CROSE - Instalação - Reunião com Dr. Péricles - 28/7/66 (rascunho).
- Documento (sem título, autor ou data) sobre a autonomia dos Estados em face da L.D.B e a necessidade dos CROSE (800/Ent.)
- CROSE-CEOSE - Plano de contas (830/Entrada).
- Carta do Dr. John Howe ao Sr. Diretor do INEP sobre a posição dos peritos da UNESCO no trabalho de assistência, CROSE(519/En
- Preparação dos CROSE - Ofício de Eulina F. de Carvalho ao Diretor do INEP (680/Entrada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em

De Eulina Fontoura de Carvalho  
Membro da Comissão Coordenadora dos GROSE  
Ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
Assunto Preparação dos GROSE

Sr. Diretor

Em cumprimento ao disposto na Portaria n. 3, de 2 de janeiro de 1967, estivemos nas cidades de Salvador, Aracaju e Maceió no período compreendido entre 19 e 29 de janeiro último, com o objetivo de entrar em contacto com a administração local / da educação para providências referentes a realização dos GROSE.

Atendendo ao esquema previsto para a visita, procuramos, em cada cidade, os responsáveis pela administração da / educação nos organismos estaduais, os presidentes dos Conselhos / Estaduais de Educação, os Reitores das Universidades locais, além de pessoas ou grupos que, no setor público ou no setor privado, / estão empenhados num esforço de melhoria e renovação das condições atuais da educação.

Passamos, então, a enumerar os organismos e as / pessoas atingidos em cada cidade visitada:

a) Salvador

1 - Secretaria de Educação: Secretário de Educação, Dr. Roisle Alaor Metzker Coutinho; sua Assistente, sra. Maria Constancia Xavier de Lima; o Superintendente do Ensino Médio, Prof. Ramakrishna Bagavan dos Santos. Infelizmente não nos foi possível encontrar o Diretor de Educação e Cultura, Prof. David Mendes Pereira e a Superintendente do Ensino Primário, Profa. Betty Coelho da Silva, que estavam ausentes nas duas ocasiões em que visitamos a Secretaria. Desses contactos, o mais rico, como troca de ideias e como abertura aos GROSE, foi, sem dúvida, o mantido com o Superintendente do Ensino Médio, que nos expôs longamente, em duas oportunidades, todo o seu plano de trabalho visando reformular não apenas os serviços de sua Superintendência, mas a própria organização das escolas estaduais de nível médio. Embora haja perspectivas de mudanças com o novo governo que se instalará a 7 de abril próximo, o Prof. Ramakrishna trabalha intensamente, com uma equipe de professores, administradores escolares, orientadores de educação e assistentes sociais nessa revisão e reformulação dos serviços da Superintendência do Ensino Médio. Prometeu-nos enviar seus planos e programas de trabalho logo que concluídos e devidamente aprovados.

2 - Conselho Estadual de Educação: Seu Presidente é o próprio Secretário de Educação, que se incumbiu de transmi-



tir aos demais Conselheiros tudo o que lhe foi comunicado a respeito dos CROSE. Na sala de sessões, conversamos longamente com a sra. Wanda Tapioca Pombo, Sub-secretaria Geral respondendo pela Secretaria Geral do Conselho, a quem solicitamos o máximo interesse no sentido de dar conhecimento do programa e do cronograma dos CROSE a todos os Conselheiros. Dona Wanda nos forneceu a relação de todos / os membros do Conselho e cópia de seu regimento interno.

3 - Universidade Federal da Bahia e Universidade Católica da Bahia: Ausentes os respectivos Reitores, Dr. Miguel Calmon e Mons. Eugênio de Andrade Veiga - o primeiro no Rio de Janeiro participando da reunião do Conselho de Reitores e o segundo em gozo de férias no interior do Estado - mantivemos rápida conversa sobre os CROSE respectivamente com o oficial de gabinete da Reitoria e o secretário da Universidade. Posteriormente, fomos procurada no Rio, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, pelo Reitor da Universidade Católica que desejava maiores esclarecimentos sobre essa iniciativa do INEP. Na oportunidade, mostrou-nos os originais de / trabalho seu sobre o ensino brasileiro, a ser publicado brevemente pelo MEC e que parece ser o desenvolvimento de um folheto que nos / foi oferecido na Universidade, em Salvador, cujo título é "Aspectos do Ensino no Brasil".

4 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais: Seu Diretor, Prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira, não se encontrava no Centro na ocasião da visita. Fomos recebida pela srta. Zélia Alves de Oliveira, que nos forneceu as informações solicitadas e a quem confiamos o ofício de V.Sa., o roteiro e o cronograma dos / CROSE para serem entregues ao Diretor. Mais tarde, na Secretaria de Educação, tivemos o prazer de encontrar o Prof. Hildérico que, muito solícitamente, manifestou seu grande interesse pelos CROSE e sua disposição de prestar-lhes toda a colaboração necessária em Salvador.

5 - Outros contactos: No Centro de Estudos Educacionais e Aperfeiçoamento do Professorado (CEEAP), órgão de experimentação e pesquisa ligado à Secretaria de Educação, tivemos um bom encontro com a Diretora substituta em exercício, Profa. Stella G. Americano Costa e com o Coordenador Geral dos cursos de recuperação, Prof. Joaquim V. Coutinho Neto e sua equipe. Encontramos aí um grupo de jovens professores, idealistas, acreditando na educação e desejosos de promovê-la dentro dos objetivos do Centro. O programa de classes de recuperação no ensino primário e secundário nos pareceu uma iniciativa de grande alcance pedagógico, embora, na prática, apresente falhas que possam vir a comprometer a experiência. Mas, os responsáveis pelo programa tem delas consciência e se preparam para corrigi-las nos planejamentos futuros. Em visita a classes de recuperação de nível secundário, tivemos oportunidade de constatar algumas das falhas apontadas pela Coordenação. A equipe do CEEAP mostrou desejo de maior contacto e intercâmbio com o MEC, de modo particular com o INEP.

Visitamos, também, a sede do Convênio SUDENE-MEC USAID e Governo do Estado da Bahia, onde encontramos demoradamente o Coordenador da Comissão Executiva do Convênio, Prof. Otávio Mansur de Carvalho, a Profa. Stelita de Oliveira Falcão e a equipe de educação de adultos, que nos informaram sobre os objetivos do Convênio, os resultados de sua execução e, de modo particular, sobre o método utilizado na alfabetização de adultos. Também este grupo se interessa muito por um contacto maior com o MEC, desejando mesmo uma certa assistência técnica para os seus trabalhos que lhe viesse igualmente proporcionar o aperfeiçoamento pessoal de seus integrantes, através de participação em cursos, encontros, reuniões etc.

Finalmente, estivemos em visita à Escola Parque de Salvador e ao Colégio Santa Bernadette, a fim de conhecer sua organização escolar que, respectivamente, no nível primário e médio se



impoem como renovação pedagógica em Salvador. A experiência do Colégio Santa Bernadette, no seu Curso Normal, já é bastante conhecida e respeitada nos meios educacionais da Bahia. Conta com uma equipe de professores muito capazes, alguns dos quais integram o grupo de trabalho que assessora o Superintendente do Ensino Médio na reorganização das escolas estaduais de nível médio.

b) Maceió:

1 - Secretaria de Educação: Foram muito proveitosos nossos contactos com o Secretário de Educação Dr. Benedito Hybi Cerqueira; com o Diretor do Departamento de Educação, Prof. Aloysio / Américo Galvão, no momento, demissionário aguardando substituto e preparando-se para assumir a direção do Colégio Estadual de Alagoas; e com a Coordenadora Executiva do Departamento de Educação, Profa. Maria do Rosário Padilha Florencio. Essas pessoas nos prestaram todas as informações solicitadas e nos forneceram a documentação de que dispunham. Indicaram-nos, também, outros nomes muito ligados à Secretaria de Educação, tais os do Dr. José de Mello, Diretor da FEMAC, que presta assessoramento accidental ao Secretário; do Prof. Elias / Passos Tenório, responsável pelo setor de prédios e construções escolares; do Prof. Pedro Torres, técnico de planejamento; do Prof. Aldálio Cândido, também planejador, atualmente nos Estados Unidos em gozo de bolsa de estudos concedida pela USAID. Infelizmente, apenas nos foi possível encontrar o Prof. Elias Passos Tenório, que é também membro do Conselho Estadual de Educação e professor na Faculdade de Filosofia.

2 - Conselho Estadual de Educação: Como na Bahia, seu Presidente é o próprio Secretário de Educação. São também membros natos do Conselho o Diretor e a Coordenadora Executiva do Departamento de Educação. Portanto, tudo o que, em nossa visita, se referia ao Conselho de Educação foi abordado nos contactos mantidos na Secretaria de Educação. Tivemos oportunidade de encontrar, ainda, dois outros Conselheiros: o Prof. Elias Passos Tenório, a quem já nos referimos e o Cônego Teófanês Augusto de Araújo Barros, Diretor da Faculdade de Filosofia.

3 - Universidade Federal de Alagoas: Na ausência / do Reitor, Prof. Aristóteles Calazans Simões, que se encontrava no Rio participando da reunião do Conselho de Reitores, procuramos o Vice-Reitor, a quem entregamos o ofício de V.Sa., o roteiro e o organograma dos CROSE e prestamos os esclarecimentos solicitados. Estivemos também na Faculdade de Filosofia, onde, com o Diretor e um grupo de professores, trocamos idéias sobre os objetivos e as condições de realização dos CROSE.

4 - Outros contactos: Na Inspeção Seccional do / Ensino Secundário estivemos com a Inspectora Seccional, Profa. Maria Teônia de Araújo Barros e seus assistentes, que nos prestaram bons serviços na coleta de dados sobre o ensino médio local e nos facilitaram o encontro com pessoas que desejávamos ver, dentro dos limites de tempo de que dispúnhamos. Em companhia da Profa. Maria Teônia e / do Prof. Elias Tenório visitamos os cursos da CADES, o Colégio Guido Fontgalland, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e a Biblioteca Pública, onde se inaugurava uma exposição de pintura.

c) Aracaju:

1 - Secretaria de Educação: Conversamos demoradamente com o Secretário, Prof. José Carlos de Sousa, que estava no último dia de sua gestão. Titular da Secretaria de Justiça e respondendo pela Secretaria de Educação no impedimento do Dr. Manoel Cabral / Machado, Vice-Governador eleito, deveria, no dia seguinte, passar o cargo ao Diretor do Departamento de Educação, Prof. Kurts que, por sua vez o transmitiria ao Secretário de Educação do novo Governo, / provavelmente o Prof. Carlos Alberto de Barros Sampaio, membro do Conselho Estadual de Educação e pessoa bastante conceituada no Esta-

do. O Prof. José Carlos de Sousa demonstrou muito interesse pelos CROSE, apesar das objeções que formulou a propósito de sua realização. Fez questão absoluta de nos atender pessoalmente em todas as nossas solicitações, respondendo às nossas perguntas e providenciando a documentação de que necessitávamos.

2 - Conselho Estadual de Educação: Seu Presidente, como nos casos anteriores, é o Secretário de Educação, que recebeu a correspondência destinada ao Conselho e se encarregou de expor aos demais Conselheiros os objetivos e a programação dos CROSE.

3 - Outros contactos: Com a Inspectora Seccional do Ensino Secundário, Prof. Celina Oliveira Lima, que é também membro do Conselho Estadual de Educação. A convite seu assistimos o encerramento os cursos da CADES no Colégio Estadual de Sergipe. Estivemos na Faculdade de Filosofia, mas, infelizmente não encontramos seu Diretor, Dom Luciano Cabral Duarte, também membro do Conselho Estadual de Educação, que na ocasião estava em viagem.

Acreditamos que, nas visitas e nos contactos realizados, os CROSE tiveram sempre boa receptividade, apesar das objeções apresentadas quanto à sua forma de execução. Parece não ter havido qualquer dúvida quanto aos objetivos, mas houve certa desconfiança quanto à possibilidade de abordagem muito teórica dos temas e quanto à eficiência dos CROSE, em termos de resultados respondendo a necessidades concretas, tais como foram planejados. Em Maceió e Aracaju, onde não haverá CROSE e cujos participantes terão sempre que se deslocar para outras cidades, os administradores acham que / será impossível seu afastamento da Secretaria nos moldes previstos, sob pena de comprometer todo o funcionamento dos serviços de educação, uma vez que seriam participantes obrigatórios, além do Secretário de Educação, o Diretor de Educação e os Superintendentes de Ensino, praticamente toda a direção administrativa. Por outro lado, esses administradores e outras pessoas influentes na educação local, além de desejarem um trabalho comum com técnicos de fora no seu próprio âmbito de atuação, sentem como que seus Estados relegados a segundo plano, considerados pequenos demais para uma iniciativa dessa natureza. E por isso mesmo reclamam a realização dos CROSE em cada Estado, se é que se pretende, através deles, realmente colaborar com as administrações locais.

Importa observar, ainda, que nesses Estados já / foram promulgadas Leis criando os sistemas estaduais de educação, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: na Bahia, a Lei Orgânica do Ensino, Lei n. 1962-A de 20 de setembro de 1963; em Alagoas, a Lei n. 2701 de 10 de dezembro de 1964; em Sergipe, a Lei n. 1396 de 14 de setembro de 1966. Também as Secretarias de Educação foram ou estão sendo reestruturadas dentro dos moldes das reformas administrativas estaduais. A Secretaria de Educação de Alagoas, reestruturada em 1962, passa atualmente por nova reorganização a fim de se ajustar à reforma administrativa do Estado. A Secretaria de Educação de Sergipe foi reestruturada pela Lei n. 1408 de 27 de setembro de 1966 e, embora não tenha sido imediatamente / executada essa reforma, por solicitação do Governador eleito que deseja submetê-la a uma revisão, é pensamento de muitos que ela será respeitada tendo em vista o nível do trabalho realizado e o interesse do Conselho Estadual de Educação em preservá-la. A secretaria de Educação da Bahia foi reestruturada há pouco tempo e a recente reforma administrativa do Estado não modificou sua estrutura atual por considerá-la ajustada aos objetivos visados. Apenas a Superintendência do Ensino Médio, como acima nos referimos, passará por uma reorganização que devere atingir até os estabelecimentos de ensino. Finalmente, nesses Estados já existem órgãos de planejamento e desenvolvimento econômico: na Bahia, a Comissão de Planejamento Econômico (C.P.E.); em Sergipe, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de



Sergipe (CONDESE); em Alagoas, a Assessoria de Planejamento e Coordenação (A.P.C.).

Em face do exposto e a partir de nossas observações pessoais e dos resultados de nossos contactos com grupos ou pessoas, concluimos o seguinte:

a) Não faltam idéias aos responsáveis pela educação nesses Estados e, de resto, em todo o Brasil. Elas se encontram abundantes nas Leis de educação, nas reformas administrativas e mesmo no diálogo de muitos dos educadores. É numa colocação não muito diferente daquela em que são debatidas nos centros mais desenvolvidos do País e quicá do mundo. Há uma grande facilidade em captar as idéias de renovação e mudança. O que falta é dar corpo a essas idéias, criar-lhes conteúdo, aprofundá-las e, sobretudo, transformá-las em expressão vital, em realização prática. É, portanto, / muito mais uma busca do "como proceder" - o que de modo algum dispensa o aprofundamento das idéias - que nos parece impor-se como necessidade urgente.

b) Se antes desta viagem já tínhamos pelos resultados dos GROSE tais como foram planejados, agora achamos do nosso dever, como tal, já o fizemos em reunião da comissão coordenadora, insistir numa revisão total de sua organização a fim de preservar / seus objetivos e ajustá-los às necessidades reais da educação brasileira. Acreditamos que devem ser repensados em termos de realização local e não regional e, sem prejuízo do aprofundamento dos temas escolhidos, encaminhar-se num sentido mais operacional.

Aproveitando a oportunidade, gostaríamos de sugerir ao INEP:

a) a criação de serviços de informação pedagógica aos educadores brasileiros, através de seleção de bibliografia, de revistas e noticiários, de "abstracts" e fichas de leitura, de programas informativos de rádio e televisão etc., com o objetivo de possibilitar o intercâmbio de experiências entre eles e sintonizá-los com os movimentos de renovação pedagógica no mundo;

b) promoção dos educadores brasileiros, oferecendo-lhes possibilidades de revisão e atualização de seus conhecimentos e métodos de trabalho, segundo um planejamento que atenda, gradativamente, às necessidades reais de melhoria e renovação da educação nacional. Nesse cuidado de atualização não deve faltar o estímulo à pesquisa e à experimentação pedagógica, começando por valorizar e divulgar no País as modestas mas válidas experiências já realizadas pelo esforço isolado de alguns educadores.

Anexas as seguintes relações:

- Conselhos de Educação da Bahia, de Sergipe e de Alagoas
- Equipe do Centro de Estudos Educacionais e Aperfeiçoamento do Professorado (CEEAP), da Secretaria de Educação da Bahia
- Comissão Executiva do Convênio SUDENE-MEC-USAID e Governo do Estado da Bahia
- Endereços das instituições visitadas
- Documentação obtida

Nesta oportunidade queremos reiterar a V.Sa. nossa consideração e estima.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1967.

Eulina Fontoura de Carvalho

Eulina Fontoura de Carvalho





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PRESIDENTE:

ROISLE ALAOR METZKER COUTINHO

Conselheiros:

ANGELO LYRIO ALVES DE ALMEIDA

ALEXANDRE LEAL COSTA (aguardando recondução ao cargo)

BELCHIOR MAIA D'ATHAYDE (aguardando recondução ao cargo)

JOSÉ MOREIRA PINTO

ROSA PEREIRA LEVITA

VIRGILIO LIMA DE OLIVEIRA

Obs: Os Conselheiros Alexandre Leal Costa e Belchier Maia  
d'Athayde, tiveram seus mandatos esgotados.-

Suplentes:

FRANCISCO DE LIMA PINHEIRO

GIL NUNESMAIA

MAHERBAL DA COSTA MARINHO

ROSA RAMOS FLORENCE

THOMAZ DIAS MACHADO

SUB-SECRETÁRIA GERAL  
RESPONDENDO PELA SECRETARIA GERAL

WANDA TAPIOCA POMBO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SERGIPE

- 1 - Professor JOSÉ CARLOS DE SOUSA - Presidente
- 2 - Dom LUCIANO CABRAL DUARTE
- 3 - Professor CARLOS ALBERTO BARROS SAMPAIO (provável Secretário de Educação do novo Governo, passará a presidir o Conselho)
- 4 - Professor JOÃO MOREIRA FILHO
- 5 - Professora CELINA OLIVEIRA LIMA
- 6 - Professor ACRISIO CRUZ
- 7 - Professora DALILA CÔRTEZ ROLEMBERG
- 8 - Professor ALCIBIADES MELO VILAS-BOAS
- 9 - Professora NEIDE ALBUQUERQUE MESQUITA
- 10 - Professor LAURO FERREIRA DO NASCIMENTO
- 11 - Dr. ALUISIO DE CAMPOS (do CONDESE - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe)
- 12 - Professor BELMIRO DA SILVEIRA GOES (será provavelmente o substituto, no Conselho, do Dr. Manoel Cabral Machado, Vice-Governador eleito)

\*\*\*\*\*

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS

MEMBROS NATOS

Dr. BENEDITO HYBI CERQUEIRA - Presidente

ALOYSIO AMÉRICO GALVÃO

MARIA DO ROSÁRIO FLORÊNCIO PADILHA - Secretária

MEMBROS NOMEADOS

ZILAH DA SILVA LEITE - representante dos Diretores do Ensino Público Primário (da Comissão de Ensino Primário)

WANDA RAMOS DE OLIVEIRA - representante dos Professores de Ensino Público Primário (da Comissão de Ensino Primário)

MARIA JOSÉ LOUREIRO LIMA - representante dos Diretores do Ensino Particular Primário (da Comissão de Legislação e Normas)

BENIOLDES DE BELO GUIMARÃES - representante dos Professores do Ensino Particular Primário (da Comissão de Ensino Primário)

( vago ) - representante dos Diretores do Ensino Público Médio (da Comissão de Ensino Médio e Superior)

Padre HUMBERTO DE ARAÚJO CAVALCANTI - representante dos Professores do Ensino Público Médio (da Comissão de Ensino Médio e Superior)

Cônego TEÓFANES AUGUSTO DE ARAÚJO BARROS - representante dos Diretores do Ensino Particular Médio (1º Vice-Presidente do Conselho e membro da Comissão de Legislação e Normas)

ELIAS PASSOS TENÓRIO - representante dos Professores do Ensino Particular Médio (da Comissão de Assistência Educacional)

Dr. MILTON GONÇALVES FERREIRA - representante dos Diretores do Ensino Público Superior (da Comissão de Legislação e Normas)

Dr. NABUCO LOPES TAVARES DA COSTA SANTOS - representante dos Professores do Ensino Público Superior (2º Vice-Presidente do Conselho e membro da Comissão de Assistência Educacional)

Madre ZELY PERDIGÃO LOPES - representante dos Diretores do Ensino Particular Superior (da Comissão de Assistência Educacional)

Dr. JOSÉ FRANKLIN CAÇADO DE LIMA - representante dos Professores do Ensino Particular Superior (da Comissão de Assistência Educacional e da Comissão de Ensino Médio e Superior)



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS E APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSORADO

Diretor - Prof. FRANCISCO PINHEIRO LIMA Jr. (Técnico de Educação)

Diretora Substituta - Profa. STELLA G. AMERICANO COSTA (Tec. de Educação)

Coordenador Geral dos Cursos de Recuperação - Prof. JOAQUIM V. COUTINHO NETO (Educacionista)

Profa. RUTH CARVALHO (do Ensino Secundário)

Profa. MIRIAM RIBEIRO MACHADO (do Ensino Secundário)

Profa. ZILDETE FIGUEIREDO SOUZA (do Ensino Secundário)

Chefe do Setor de Currículo - Profa. HELENA SEPULVEDA

Assessor Técnico - MANOEL VASCONCELOS

\*\*\*\*\*

COMISSÃO EXECUTORA DO CONVÊNIO SUDENE-MEC-USAID/BRASIL E  
GOVÊRNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretário de Educação - Dr. ROISLE ALAOR M. COUTINHO

Coordenador da Comissão - Prof. OTÁVIO MANSUR DE CARVALHO

Tec. Programação Educacional - Profa. STELITA DE OLIVEIRA FALCÃO  
(deverá assessorar o Governador Lourival Ba-  
tista, de Sergipe)

USAID/BRASIL (Recife)

Miss Luella Keithahn

Profa. Maria do Carmo Leal

SUDENE (Recife)

Norma Barbosan

EQUIPE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Iraci Nunes Dourado

Edilson de Assis Muricy

Ediomar da Silva Freire

Isoly de Araújo Queiroz

Elydia da Silva Freire

Maria América de Lima

Marina Bispo dos Santos

Antônio Lima de Almeida

\*\*\*\*\*

ENDERECOS DAS INSTITUIÇÕES VISITADAS:

SALVADOR: 1

- 1 - Secretaria de Educação e Cultura  
Avenida 7 de Setembro 280
- 2 - Superintendência do Ensino Médio  
Rua da Graça 21
- 3 - Centro de Estudos Educacionais e Aperfeiçoamento  
do Professorado (CEEAP)  
Edifício da Caixa Econômica, 5º andar, s/512-516  
Rua Juliano Moreira 11
- 4 - Comissão Executiva do Convênio SUDENE-MEC-USAID  
e Governo do Estado  
João das Botas 34 - Canela  
Tel: 5-2111
- 5 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais  
Estrada São Lázaro 197  
Tel: 5-2979 ou 5-2978
- 6 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia  
Parque Universitario - Canela  
Tel: 5-2502
- 7 - Reitoria da Universidade Católica  
Praça da Sé 1, 2º andar  
Tel: 3-3871
- 8 - Escola Parque da Bahia  
Saldanha Marinho 134  
Tel: 3-2209

ALAGOAS:

- 9 - Secretaria de Educação e Cultura  
Barão de Alagoas  
Tel: 4753
- 10 - Departamento de Educação  
Barão de Alagoas  
Tel: 4759
- 11 - Universidade de Alagoas  
Praça Sinimbu 206  
Tel: 4734 ou 3242
- 12 - Faculdade de Filosofia  
Dr. Bento Junior  
Tel: 3775
- 13 - Inspetoria Seccional do Ensino Secundário  
Comércio 429  
Tel: 3954

SERGIPE:

- 14 - Secretaria de Educação e Cultura  
Praça Fausto Cardoso  
Edifício Walter Franco  
Tel: 2719 ou 2739
- 15 - Faculdade Católica de Filosofia  
Campos  
Tel: 3228



DOCUMENTAÇÃO:

- 1 - Educação e Cultura (Legislação) - Assembléia Legislativa - Documentos Parlamentares I, 1965, Bahia
- 2 - Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, 1965-1966, Bahia
- 3 - Regimento do Conselho Estadual de Educação da Bahia (mimeografado)
- 4 - Cursos de Recuperação para o Ensino Primário e Médio - Centro de Estudos Educacionais e aperfeiçoamento do Professorado (CEEAP), Bahia (mimeografado)
- 5 - Censo Escolar de 1964 - Resultados Preliminares, / Estado da Bahia
- 6 - Números da revista "Educação e Ensino", do Centro de Estudos Educacionais e Aperfeiçoamento do Professorado (CEEAP) - Bahia
- 7 - Dados estatísticos sobre o ensino primário na Bahia (datilografado)
- 8 - Melhoramento e Ampliação do Sistema de Educação Primária e Básica do Estado da Bahia, do Nordeste Brasileiro - Convênio SUDENE-MEC-USAID e Governo do Estado da Bahia (mimeografado)
- 9 - Aspectos do Ensino no Brasil - Mons. Eugênio Veiga - Universidade Católica de Salvador
- 10 - Dados estatísticos sobre o ensino secundário em Alagoas, fornecidos pela Inspeção Seccional do Ensino Secundário (datilografado)
- 11 - Dados estatísticos sobre o ensino médio em Alagoas, fornecidos pela Secretaria de Educação (datilografado)
- 12 - Currículos (Ensino Médio) - Resoluções do Conselho Estadual de Educação, Alagoas, 1964
- 13 - Sistema de Ensino do Estado de Alagoas (datilografado)
- 14 - Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas, 1962
- 15 - Diversas publicações da Secretaria de Educação de Alagoas
- 16 - Sistema Educacional de Sergipe - Lei n. 1396 de 14 de setembro de 1966 (datilografado)
- 17 - Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe - Lei n. 1408 de 27 de setembro de 1966 (Diário Oficial)
- 18 - Fundação do Ensino Médio de Sergipe - Lei n. 1414 de 14 de novembro de 1966 (Diário Oficial)

\*\*\*\*\*

BMS/BRA/3059

10 de Outubro de 1966

Senhor Diretor,

Depois de nossa simpática e útil conversa de Segunda-Feira passada, escrevo a Vossa Senhoria para acrescentar algumas observações sobre o assunto.

Na Quinta-feira seguinte encontrei-me com nossos três peritos, Senhores Debrun, Furter e Torfs para relatar nossa conversa. Nessa ocasião falaram-me eles sobre a reunião mantida com Vossa Senhoria e o Professor Durmeval Trigueiro e mencionaram que outra reunião havia sido programada para Quarta-Feira, 12 de outubro, às 8:30. Tendo Vossa Senhoria dito que minha presença em uma das reuniões iniciais seria desejável, terei muito prazer em comparecer a essa reunião, se isto fôr considerado apropriado.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para apresentar algumas observações sobre a situação pessoal e o papel dos três peritos, do ponto de vista da UNESCO. Parece-me útil apresentar estas observações por escrito, e em português, língua de trabalho que ainda não domino, apesar de já termos abordado alguns itens em nossa conversa.

Em primeiro lugar, creio que convém lembrar que peritos da UNESCO, trabalhando em países que não são os seus, desempenham forçosamente apenas o papel de colaboradores, não podendo pois ocupar num organismo governamental, a posição de um brasileiro. Desde o início do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, tem-se observado o princípio que os peritos estrangeiros não podem aceitar responsabilidades administrativas ou executivas junto ao governo que assistem. Traduzido para a prática, significa que não podem dar ordens ou instruções a funcionários brasileiros.

Ilustríssimo Senhor  
Professor Carlos Corrêa Mascaro  
M.D. Diretor do INEP  
Ministério da Educação e Cultura  
Rio de Janeiro, Guanabara

Em contrapartida, não seriam também considerados como funcionários subordinados a organismos governamentais, sua função sendo de ser útil de todas as maneiras numa relação de colaboração e cooperação com funcionários em todos os níveis.

Em segundo lugar, seria útil apontar que cada um dos peritos em questão traz ao Brasil um "background" diferente, podendo contribuir com maior vantagem em determinados campos.

- O Senhor Michel Debrun, com longo treino e experiência pedagógicos, interessa-se particularmente pela organização e os métodos da educação superior, as relações entre educação secundária e superior e a organização e o papel das futuras faculdades de educação.
- O Senhor Pierre Furter, também com amplo passado pedagógico, tem se dedicado especialmente à educação de adultos, assim como à alfabetização em geral, e a problemas relativos ao planejamento e métodos de atividades da juventude.
- O Senhor Jacques Torfs, com amplo treino e experiência em economia e planejamento, estaria preparado para contribuir mais em áreas tais como planejamento quantitativo e administrativo, estatísticas, questões de mão de obra e outras relacionadas à educação técnica. Realizou também trabalhos especializados no campo da televisão educativa.

Assim sendo, espera a UNESCO que os serviços de cada um desses especialistas possam ser utilizados da forma mais extensa que vier a ser possível, afim de dar o máximo de contribuição ao trabalho complexo e a longo prazo da melhoria da educação no Brasil - tarefa que naturalmente é sempre e inteiramente da responsabilidade dos organismos brasileiros interessados.

Como tivemos a oportunidade de registrar durante nossa conversa, todos os elementos interessados concordam que o trabalho de auxiliar na preparação e na realização dos Colóquios Regionais sobre a Organização da Educação (CROSE), cujo início está programado para fevereiro ou março vindouro, deverá ser prioritário entre as atividades dos três peritos da UNESCO. Por outro lado, acredito que todos também concordarão que a contribuição específica a ser dada por cada um dos três peritos aos Colóquios, não parece ser de natureza a ocupá-los totalmente, pelo menos nos próximos dois ou três meses.

Cada um desses peritos vem se dedicando a ocupações variadas no Rio de Janeiro e fora, geralmente a pedido de organismos educacionais. Acredito que todos esses trabalhos têm sido úteis e que praticamente todos foram também de natureza a contribuir para o aumento do conhecimento e da compreensão dos peritos no que se refere à educação no Brasil, o que reverterá em benefício de um aumento e



de um aprofundamento de sua contribuição aos Colóquios. Entretanto, seria talvez difícil determinar exatamente, para o caso particular de cada visita ou trabalho, até que ponto estaria relacionado aos futuros Colóquios.

Por êsse motivo, para evitar malentendidos sôbre o variado trabalho do grupo da UNESCO, parece ser da maior importância a elaboração de um plano de trabalho, conjuntamente pelo Professor Durmeval Trigueiro, Coordenador dos Colóquios, e pelos três peritos da UNESCO, plano que seria o mais concreto possível sôbre o trabalho específico a ser realizado por cada um, com datas e prazos para contribuições escritas e outras.

Abordando finalmente questões de organização e procedimento, recebemos com satisfação, a informação da nomeação do Professor Durmeval Trigueiro como coordenador dos CROSE. Compreendemos que essa responsabilidade acarretará muito trabalho, especialmente na obtenção da colaboração ativa de elementos estaduais. Afim de facilitar a coordenação com o Grupo da UNESCO, resolveu-se designar o Senhor Michel Debrun como responsável para assuntos relacionados diretamente aos CROSE, que se encarregará da comunicação aos outros dois de informações tais como horários de reuniões, etc. verificando a conveniência de ambas as partes.

Como os três peritos, colocados à disposição do INEP, terão outras atividades não diretamente relacionadas aos Colóquios, creio que deveriam, no que se refere as mesmas, dirigir-se a Vossa Senhoria ao solicitar aprovação e arranjos de viagem, enviando cópia da correspondência ao Professor Durmeval Trigueiro.

Prolonguei-me um pouco, na preocupação de esclarecer todos os pontos e assegurar a continuação da boa colaboração estabelecida entre o MEC-INEP e a UNESCO.

Aquí ao dispôr, aguardo com muito prazer oportunidades futuras de contatos com Vossa Senhoria e com o Professor Durmeval Trigueiro, renovando, no ensêjo, os protestos de minha alta estima e consideração.

John M. Howe,  
Chefe da Missão da Unesco  
no Brasil

cc.: M. Debrun  
M. Furter  
M. Torfs

DEPARTAMENTO DE CONTAS E FINANÇAS DO GOVERNO DO BRASIL

PLANO DE CONTAS (Plano de Contas)

1-ATIVO	2-PASSIVO	3-DESPESA	4-RECEITA
<b>100 - IMMOBILIZANTES</b> 101 - Caixa 102 - Banco do Brasil S.A. ..... <b>120 - IMMOBILIZANTES</b> 121 - Devedores Diversos ..... <b>140 - IMMOBILIZANTES</b> 141 - Máquinas, Motores e Aparelhos 142 - Móveis e Utensílios 143 - Veículos ..... <b>160 - IMMOBILIZANTES</b> 161 - Débitos em Suspensão 162 - Suprimentos Retidos ..... <b>180 - IMMOBILIZANTES</b> 181 - Responsáveis por Suprimentos 182 - Responsáveis por Suprimentos - DIVERSOS 183 - Recursos Consignados - L.N.E.P. 184 - Responsáveis Diversos	<b>200 - SALDO TRANSFERIDO</b> 201 - Fundo Especial 202 - ..... <b>220 - IMMOBILIZANTES</b> 221 - Compromissos a Liquidar ..... <b>240 - IMMOBILIZANTES</b> 241 - Bens de Uso ..... <b>260 - IMMOBILIZANTES</b> 261 - Créditos em Suspensão 262 - Suprimentos Recebidos 263 - Credores Diversos ..... <b>280 - IMMOBILIZANTES</b> 281 - Responsabilidades p/Suprimentos - ASESORIA E COORDENAÇÃO 282 - Responsabilidades p/Suprimentos - DIVERSOS 283 - Contribuições - L.N.E.P. 284 - Contribuições Diretas	<b>300 - DESPESAS RECORRIDAS</b> 301 - Pessoal 302 - Serviços de Terceiros 303 - Material de Consumo 304 - Reservas Diversas 305 - Material Permanente ..... <b>320 -</b> ..... <b>340 -</b> ..... <b>360 -</b> ..... <b>380 -</b> .....	<b>400 - RECEITAS DE OUTROS DEPARTAMENTOS</b> 401 - L.N.E.P. 402 - ..... <b>420 - RECEITAS RECORRIDAS</b> 421 - ..... 422 - ..... <b>440 -</b> ..... <b>460 -</b> ..... <b>480 -</b> .....
<b>5 - DESPESA EXTRA-FINANCEIRA</b>	<b>6 - RECEITA EXTRA-FINANCEIRA</b>		
<b>500 - VARIACÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS</b> 501 - Alienação de Bens .....	<b>600 - VARIACÕES PATRIMONIAIS ATIVAS</b> 601 - Aquisição de Bens .....		

Endrad

Em virtude do disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases, tudo nos induz a crer que uma nova fase de perfeita compreensão da autonomia dos Estados e da responsabilidade solidária das três órbitas da administração pública, no tocante aos serviços educacionais deverá substituir a ordem vigente, ensejando o ensaio de novas práticas administrativas mais consentâneas com o regime federativo e capazes de conduzir a União e os Estados a esforços sinérgicos, integradores sob todos os aspectos, em benefício da eficácia da ação dos poderes públicos visando a valorizar o capital humano com que deve contar a nação para construir o seu futuro e promover a sua prosperidade.

Na Segunda Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação e de Representantes dos Conselhos Estaduais, realizada em Belo Horizonte, em dezembro de 1964, em trabalho de que foi relator e em que abordou, com percuciência, entre outros, temas como "Responsabilidade solidária e autonomia dos Estados", "Emancipação dos Sistemas Estaduais", "Cooperação pecuniária da União" e "Ação Supletiva do sistema federal", pregava com louvável e ponderado acerto o Prof. Carlos Pasquale, "a necessidade do estabelecimento de planos harmônicos e sinérgicos de ação inter-administrativos, que integrando os esforços realizados pelas três órbitas de administração pública, as segurem os bons resultados da obra comum".

Insistia ainda em que "a autonomia dos Estados no domínio da educação, corolário natural da independência recíproca entre os órgãos centrais e os órgãos locais de governo, pelos quais se reparte o poder público, é da essência descentralizadora do próprio regime federativo, e a Federação constitui, entre nós, uma grande aspiração e uma grande necessidade".

Aprofundando-se na análise do momentoso problema da delimitação das áreas de competência de cada uma das esferas de governo, lembrava que "ressalvando a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art. 5º, XV, d), que, aliás, não exclui a legislação estadual complementar, (art. 6º) A Constituição consagra expressamente a autonomia estadual, dispondo que "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino" (art. 171), para o desenvolvimento dos quais a "União cooperará com auxílio pecuniário" (art. 171 parágrafo único), depois do que acrescentava: "Acentuando mais nitidamente o caráter primordial do dever dos Estados na organização dos serviços de ensino, a Consti -

2 Encontros  
2 Conferências  
Reuniões e  
Seminários:  
PNE  
Ass. Secret. Enq. Serv. It.  
Na Capital  
No Interior

Ministério - C. Federal - Secretarias Educ - Cons. Estaduais

responsabilidade solidária - ação interadministrativa - mecanismos articuladores -



tução estabelece que a União, além dos sistemas dos Territórios, organizará o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá por todo o país nos estritos limites das deficiências locais (art. 170 e parágrafo único).

A I Conferência Nacional de Educação aprovou claramente essa mesma linha de pensamento, encontrando-se expressas no corpo de "considerandas" e das recomendações, equivalentes afirmações a respeito da natureza do regime federativo, da divisão do poder público entre órgãos centrais e órgãos locais de governo, da necessidade de planos harmônicos de ação administrativa para integração de esforços destinados a assegurar resultados satisfatórios à obra comum de governo; da responsabilidade solidária dos Estados, da União e dos Municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino, da delimitação das áreas de competência de cada uma das esferas da administração pública em relação ao ensino, da competência primordial, conferida aos Estados e da condição subsidiária e supletiva atribuída à União, na organização do aparelho nacional de ensino e do corolário de que a elaboração e a articulação do Plano Federal e dos Planos Estaduais de Educação se façam de forma que se restrinja a presença da União aos estritos limites das deficiências locais".

Sobre essas sólidas bases é que se deve construir todo o arcabouço administrativo incumbido de assegurar êxito à atuação federal no campo da educação, mas de uma ação federal esclarecida e esclarecedora, capaz de garantir aos Estados e ao Distrito Federal o exercício dos poderes e a assunção das responsabilidades que lhes são inerentes à condição de unidades federativas. De início, é possível que, por força mesmo do despreparo em que se encontram os Estados, da carência de pessoal qualificado, (aliás mencionada na representação), da tradição centralizadora que ainda pesa em nossos hábitos, haja falhas, desvios, distorções nas formas de atuação das autoridades estaduais, mas não devemos, a esse pretexto, substituir o estadual pelo federal além dos limites previstos na Lei Magna.

Se o nosso empenho sincero tiver que se manifestar no sentido da orientação já constitucionalmente estabelecida e se for julgada acertada e da conveniência nacional o exato cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases, então é mister insistir para que os Estados e o Distrito Federal cumpram seus próprios deveres, exercitem a sua autoridade, aprendam a conhecer-lhe os limites exatos. "Impõe-se que os Estados se ponham, sem demora em nível com o grau de responsabili-

Mediante  
Planos  
(os municípios  
têm Planos?)  
Sem favor.

Municipal?



(Será possível com a pulverização?)

dade que a lei lhes conferiu em matéria de política Educacional. E que procurem, diligente e rapidamente, atingir as condições necessárias à realização de uma política criadoramente autônoma. Se não, permanecerão, por inércia, dependentes do Ministério da Educação, ou deixarão tudo como dantes, perdendo a oportunidade de renovar o velho estilo burocrático, formalista e esterilizante". À União fique reservada a importante missão de alto significado pedagógico de corrigir desvios e apontar defeitos, onde e quando surgirem. Mantendo-se nessa atitude, dentro em pouco, a nova ordem estará efetivamente implantada com vantagens para a nação, que caminhará firme, apoiada na força e no prestígio de uma administração descentralizada, com uma divisão de poderes e responsabilidades que é da essência do próprio regime federativo e democrático.

(Ao que parece?)

Essa tem sido, aliás, ao que parece, a constante na linha de orientação adotada pelo Ministério, através das formas de atuação que vêm caracterizando as atividades mais recentes da quase totalidade dos seus órgãos. No que tange ao INEP, tomo a liberdade de mencionar, apenas a título de exemplo, o êxito de que se revestiu a realização do Censo Escolar mediante o estabelecimento de uma estrutura que assegurou, ao longo de toda a complexa extensa operação, os melhores resultados que se poderiam desejar para o plano inicialmente imaginado de harmônica e sinérgica ação inter-administrativa, abrangendo a cooperação de autoridades federais, estaduais e municipais, integrando os esforços realizados em uma obra comum e de nítida interesse coletivo. Espera-se que dentro de curto prazo a arrecadação e a aplicação dos recursos previstos do tributo Salário-Educação venham também fortalecer as relações União-Estados, permitindo se beneficie o Ensino Primário de todas as virtualidades inerentes ao sistema ideado para aumentar as nossas lamentavelmente escassas disponibilidades financeiras para o custeio das despesas reclamadas para a cobertura das metas do Plano Nacional de Educação. A Conferência Nacional de Educação, reunindo anualmente as mais altas autoridades com as atribuições executivas e normativas dos sistemas federal e estaduais de ensino, para a tomada de consciência dos problemas de alçada comum e formulação da estratégia adequada no planejamento da educação, no seu conceito de conhecimento da realidade e de criação de instrumentos adequados a modificá-la, constituiu-se em outro sólido pilar dessa política de integração de esforços de que o Ministério deve ser o maior e o mais consciente animador. Outra providência de igual índole e de idênticos objetivos está prestes a ser concretizada com o próximo início dos "Colóquios Regionais sobre Organização dos Sis-

Estaduais

Comissão Salário-Educação

temas de Ensino" (CROSE)<sup>E/</sup>, visando a acelerar a reorganização das estruturas técnicas e administrativas dos sistemas de ensino, em face da problemática educacional e à luz dos princípios emancipadores que inspiram a Lei de Diretrizes e Bases.

A nosso ver, providências urgentes, medidas que se deveriam tomar a mais curto prazo, em benefício da implantação da ordem educacional que a Nação já se encontra em condições de estabelecer concretamente, seriam, por exemplo, as que permitissem se criasse, em âmbito federal, as condições necessárias para que os Estados conheçam, com a devida antecedência, o volume das quotas de recursos que irão receber da União, a fim de que somando-os às disponibilidades do seu próprio Tesouro, elaborem aplanos orgânicos e unificados de expansão do ensino. que também tudo se faça para que esses recursos sejam entregues aos governos estaduais, com regularidade, e sem as delongas que têm feito, em muitos casos se desfigure o auxílio pecuniário devido pela União dos Estados. Impõe-se a entrega regular de preferência sob a forma de duodécimos mensais, a partir de janeiro de cada ano, uma vez que nada impede ou contraria a adoção de uma simples medida de ordem administrativa dessa natureza.

(CEOSE  
ocorre  
as  
estruturas  
estaduais  
deficientes.  
Os municípios  
terão tal  
estrutura?)

(Estados  
estão  
reclamando  
a entrega  
de quotas  
de 1966)

Sumário

Reunião de terça-feira - 9 de fevereiro -

28-7-66  
Durmeron  
Euline

Instalação do CROSE - ✓

Início de trabalhos - ✓

Definição de trabalhos - horários - ✓

Remuneração - ✓

~~Trabalhos feitos~~

Documento Durmeron -

" grupo UNESCO -

Contribuições dos membros convidados -

- a) a correspondência
- b) contactos pessoais - viagens

Trabalhos feitos menos por início -

Alta Debrun

As dificuldades decorrentes da desarticulação  
da Administração Federal

Durmeron 600

D. Euline

Torps  
Dificuldades de contactos - 3 meses sem pouco  
começar no ano de 1967.

Furter - 6 Anuário - e as dificuldades de  
sua elaboração -  
Acompanhar coleta nos dados

Texto definitivo do plano do CROSE  
organização educacional

Reunião com diretores do CRRE

Próxima reunião - 5ª feira 17h. - INEP -



## PROJETO

### "CURSO DE PREPARAÇÃO DE PESSOAL EM SERVIÇO PARA ALTA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR"

Objetivos: O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos promoverá, dentro de seu programa de Assistência Técnica correspondente ao ano de 1965, a realização de um "Curso de Preparação de Pessoal em Serviço para Alta Administração Escolar", visando, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, e na esfera de sua competência, a:

1. marcar o ano de 1965 como um período decisivo de esforços determinados e de providências eficazes por parte do Governo Federal, no sentido de criar condições propícias à implantação e ao cumprimento da ordem educacional definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

2. incentivar as iniciativas e o empenho dos governos das Unidades Federadas a fim de que ponham em prática, sem delongas, as adequadas medidas configuradoras da reorganização dos seus respectivos sistemas de ensino, dentro dos fundamentais princípios de responsabilidade solidária e de autonomia administrativa decorrentes dos preceitos constitucionais e dos critérios de planejamento vigentes na administração moderna e esposados pela Lei de Diretrizes e Bases;

3. preparar as bases legais e materiais para a instituição de sistemas racionalmente estruturados através dos quais deva a União prestar aos Estados, aos Territórios e ao Distrito Federal a assistência técnica de que necessitarem e o conveniente auxílio pecuniário, de acordo com as disposições legais vigentes sobre a matéria;

4. estabelecer entre os participantes do CPPSAAE todas as formas de contactos e intercâmbio capazes de conduzir ao franco e objetivo debate das idéias e ao maior entendimento entre uns e outros nos assuntos de interesse comum;

5. criar um clima social propício ao estabelecimento e ao fortalecimento das relações funcionais e pessoais, formais e informais, entre as autoridades escolares que vierem a participar do CPPSAAE, colocando tais relações como importante fator de êxito da obra em que deverão empenhar-se, solidariamente, as três esferas de poder público, em matéria de ensino, sob a égide dos princípios que a Lei de Diretrizes e Bases erigiu como básicos da nova política educacional brasileira para a democratização das instituições e costumes.



MÉTODO E DESENVOLVIMENTO: 1. O "CPPAAE" é o título sob o qual se realizará, ao longo do ano de 1965, uma série de dez ciclos de Seminários para estudos intensivos, em alto nível, sobre "Problemas da Educação Brasileira", de forma que, pelo planejamento, programação e desenvolvimento das atividades nele compreendidas, possa o INEP contribuir, de modo eficaz, para a formação e o aperfeiçoamento, em serviço, de pessoal necessário e capacitado para as altas funções consultivas, técnicas e executivas, tanto no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, como no das Secretarias de Educação das Unidades Federais.

2. A execução de Projeto ficará a cargo de um Coordenador, assistido por um Conselho de Assessores, cabendo àquele e este, solidariamente, a responsabilidade no tocante a: I) Planejamento geral do Curso, com sua divisão em ciclos de seminários; II) Escolha dos temas, sua ordenação, especificação de seu conteúdo específico, com o desdobramento em subdivisões adequadas; III) Escolha dos especialistas a serem convidados para apresentação dos diferentes temas e suas subdivisões; IV) Fixação de normas e exigências que assegurem a unidade e a organicidade do conteúdo da matéria que constituirá objeto de estudo, pela sua colocação em consonância com as disposições da L.D.B. e atenta aos critérios de aplicação às diferentes áreas sócio-culturais em que se subdivide o país, consideradas as características próprias e o ritmo de seu desenvolvimento sócio-econômico; V) Obtenção dos originais de todos os trabalhos apresentados e de notas selecionadas pertinentes aos debates nos seminários, visando à sua posterior publicação.

3. Os ciclos de Seminários realizar-se-ão no Rio de Janeiro-RJ, em São Paulo-SP, no Recife-Pe, em Porto Alegre-RS e em Brasília-DF, com uma semana de duração cada um, a partir do mês de ..... de acordo com as normas a seguir estabelecidas, complementadas por instruções mais detalhadas, expedidas oportunamente pelos órgãos competentes.

4. Os ciclos de Seminários do CPPAAE caracterizar-se-ão por atividades desenvolvidas em regime de tempo integral, compreendendo:

a) apresentação sistemática, a cargo de um especialista nacional ou estrangeiro, de um tema, abordado com auxílio dos dados mais recentes e na linha dos mais modernos métodos de estudos pedagógicos, sociais e econômicos, dentro de um programa que reflita, em seus diferentes aspectos, a atual realidade brasileira no tocante à educação e suas implicações na vida nacional.

b) debate, pelos participantes, sob direção de especialista, do significado e alcance da problemática constante de programas,

suas principais repercursões, de forma que do encontro de opiniões resultem conclusões e recomendações que possam realmente servir aos propósitos de renovação das idéias e da "praxis" no campo da educação nacional;

c) exame e reconhecimento das fontes bibliográficas - relativas aos temas apresentados em forma sistemática pelos especialistas e a assuntos afins e correlatos;

5. Para realização do SPPAAE o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos procurará associar-se com estatais para-estatais e particulares, bem como utilizará os serviços dos seus Centro Regionais de Pesquisas Educacionais e de outros órgãos do governo federal de modo a obter toda colaboração capaz de contribuir para o êxito da iniciativa em seus diferentes aspectos.

Programa - Os temas que serão objeto de apresentação sistemática, por especialista nacional ou estrangeiro, nos ciclos de Seminários, com os recursos metodológicos mais modernos e com a documentação mais atualizada são os seguintes:

1. Análise da situação sócio-econômica das várias regiões do país. Estudo comparativo do Brasil com países estrangeiros de semelhante estágio de desenvolvimento e de equivalente "background" histórico-cultural;

2. Educação e desenvolvimento. Educação para a produção e para o consumo. Investimentos e educação;

3. A Lei de Diretrizes e Bases: a) grandes princípios que a informam, b) planos nacionais de educação, c) financiamento do ensino com recursos públicos e privados, d) cooperação internacional

4. Análise da situação do ensino primário, médio e superior nas várias regiões do país; Resultados do Censo Escolar de 1964; Deficiências, desvios e erros em relação aos objetivos da Política Nacional de Educação; Formas de correção.

5. Princípios e técnicas de planejamento da educação. Planos a longo, médio e curto prazo. Planejamento integral. Análises de custo. Orçamento da Educação. Elaboração de programas de trabalho.

6. Bolsas de Estudo e Assistência Escolar.

7. A Educação de Adultos e os seus objetivos próximos e remotos.

8.

A

Pesquisa e experimentação em educação. Organização de currículos de ensino primário e médio. Princípios e técnicas de verificação da aprendizagem. Programas de ensino. Manuais e material de ensino. Supervisão Pedagógica. Orientação educacional.

9. "Deficit" de pessoal docente e técnico. Programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento.

B

Organização e administração dos sistemas estaduais de ensino. Planos estaduais e sua articulação com o plano nacional de educação. Assistência técnica e cooperação pecuniária da União. Ação supletiva do sistema federal.

9. "Deficit" de prédios e equipamentos escolares. Planos de construção, ampliação, recuperação e conservação de prédios e equipamentos: elaboração, financiamento e execução.



Nº 226

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1966

Ilmo. Sr.

Conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes

Prezado Senhor,

De conformidade com sua solicitação, tenho o prazer de enviar em anexo uma revisão de calendário geral do horário e calendário geral dos "CROSE".

Notar-se-á que este horário supõe a utilização exclusiva e intensiva de somente três conferencistas.

Naturalmente os nomes assinalados (F.D.T.), poderão ser substituídos por outros, porém não seria conveniente ou matematicamente possível dar ao conferencista A. por exemplo, responsabilidades assinaladas nos horários para F. e D., ou D. e T., ou T. e F., etc.

Foram levados em conta os dias de feriados nacionais.

Atenciosamente,

  
JACQUES TORFS

Original.

cópias: Dr. Carlos Correa Mascaro  
Diretor do INEP  
Mr. John Howe, Chefe da Missão  
da UNESCO no Brasil  
Dr. Durmeval Trigueiro Mendes (2)  
UNESCO  
M. Torfs  
Arquivo

JT/vgo.



C R O S ECalendário Geral

<u>LUGAR</u>	<u>PRIMEIRA</u> <u>SEMANA</u>	<u>SEGUNDA</u> <u>SEMANA</u>	<u>TERCEIRA</u> <u>SEMANA</u>	<u>QUARTA</u> <u>SEMANA</u>
SÃO PAULO	6 Mar-11 Mar	-	-	28 Mai-3 Jun
CURITIBA	-	-	3 Mai-13 Mai	-
PORTO ALEGRE	-	3 Ab-13 Ab	-	-
BRASÍLIA	13 Mar-18 Mar	-	-	4 Jun-10 Jun
B. HORIZONTE	-	10 Ab-19 Ab	-	-
GOIÂNIA	-	-	10 Mai-19 Mai	-
RECIFE	27 Mar-31 Mar	-	-	-
FORTALEZA	-	-	15 Mai-25 Mai	-
BELÉM	-	-	-	11 Jun-17 Jun
SALVADOR	-	17 Ab-27 Ab	-	-
RIO	20 Mar-28 Mar	24 Ab-4 Mai	21 Mai-1 Jun	18 Jun-24 Jun

C R O S ENÚMERO DE DIAS DE CONFERÊNCIA POR GRUPOS

PRIMEIRA	12	4	4
SEGUNDA	8	12	12
TERCEIRA	14	4	14
QUARTA	4	12	4
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	38	32	34

C R O S E

ALOJAMENTOS

BELEM

FORTALEZA

SALVADOR

RECIFE

RIO

BELO HORIZONTE

BRASILIA

GOIANIA

CURITIBA

SAO PAULO

PORTO ALEGRE

CRPE

Hotel Boa Viagem

Hotel Corcovado

Pampulha

Hotel Nacional

Hotel Iguaçu/Biblioteca Municipal

CRPE

Hotel a Canela



C R O S EHorário da Primeira Semana

(MARÇO 1967)

SÃO PAULO

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	6	7	8	9	10
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

BRASÍLIA

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	13	14	15	16	17
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

RIO

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	20	21	22	23	24	25	26	27	28
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab	Dom	2a.	3a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	XXX	XXX	XXX	XXX	T	F

RECIFE

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	27	28	29	30	31
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

C R O S EHorário da Segunda Semana

(ABRIL 1967)

PORTO ALEGRE

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	XXX	XXX	T	T	T

BELO HORIZONTE

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	XXX	XXX	T	T	T

SALVADOR (Bahia)

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	XXX	XXX	XXX	D	T	T	T

RIO

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	MA	MA	MA	MA
DATA	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	XXX	XXX	XXX	T	T	T

C R O S E

## Horário da Terceira Semana

(MAIO 1967)

CURITIBA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
DIA	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	xxx	D	D	D	D	T	xxx

GOIÂNIA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	xxx	D	D	D	D	T

FORTALEZA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	F	F	xxx	xxx	D	D	T	xxx

RIO

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	JUN
DATA	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	D	xxx	xxx	D	D	D	T



C R O S E

Horário da Quarta Semana

(JUNHO 1967)

SÃO PAULO

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	JUN	JUN	JUN
DATA	28	29	30	31	1	2	3
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

BRASÍLIA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	4	5	6	7	8	9	10
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

BELO

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	11	12	13	14	15	16	17
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

RIO

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	18	19	20	21	22	23	24
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

1. ESTADO DO ACRE

Secretário de Educação e Cultura  
Diretor do Departamento de Educação  
Diretor do Departamento de Cultura  
Diretor do Departamento de Educação Física  
Diretor do Serviço de Administração  
Chefe do Serviço de Supervisão  
Chefe do Serviço de Orientação Pedagógica  
Chefe do Ensino Médio

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 6 Conselheiros.

2. ESTADO DE ALAGOAS

Secretário de Educação e Cultura  
Diretor do Departamento de Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 13 Conselheiros.

3. TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Secretário de Educação e Cultura  
Coordenador  
Chefe do Ensino Primário  
Chefe do Ensino Médio

4. ESTADO DO AMAZONAS

Secretário de Educação e Cultura  
Diretor do Departamento de Educação e Cultura  
Diretor da Divisão do Ensino Primário e Iniciação Profissional  
Diretor da Divisão de Ensino Médio e Superior

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 11 Conselheiros

5. ESTADO DA BAHIA

Secretário de Educação e Cultura  
Superintendente do Ensino Elementar  
Superintendente do Ensino Médio  
Superintendente de Difusão Cultural  
Coordenador da CAEC (Ensino Comercial)

Coordenador Regional do Ensino Comercial  
Secretário Municipal de Educação e Cultura  
Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Professores

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

6 Conselheiros

6. BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Superintendente Geral de Educação  
Diretor da Secretaria  
Diretor do Departamento Administrativo  
Diretor do Departamento do Ensino Médio  
Diretor do Departamento de Ensino Elementar  
Conselho Diretor da Fundação Educacional: 8 Conselheiros

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 7 Conselheiros

7. ESTADO DO CEARÁ

Secretário de Educação e Cultura  
Secretário Adjunto de Educação e Cultura  
Secretário Municipal de Educação  
Diretor do Departamento de Ensino de Grau Primário  
Diretor do Departamento de Ensino de Segundo Grau  
Administrador da C.N.E.G. do Ceará e Superintendente da Região Nordeste

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 13 Conselheiros.

8. ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretário de Educação e Cultura  
Diretor de Administração  
Diretor do Ensino Primário  
Diretor do Ensino Pré-Escolar  
Diretor do Ensino Normal  
Diretor da Divisão de Orientação e Pesquisas

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 10 Conselheiros.



9.

## E S T A D O D E G O I Á S

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Deptº. de Educação

Diretor do Deptº. de Ensino Secundário

Diretor do Deptº. Estadual de Cultura

Diretor do Deptº. de Administração

Diretor do Ensino Médio

Diretor do Ensino Técnico

Diretor do Ensino Primário

Diretor do Ensino de Adultos e Adolescentes

Diretor do Centro de Orientação Pedagógica

Diretor do Ensino Superior

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 10 Conselheiros

10.

## E S T A D O D A G U A N A B A R A

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Educação Primária

Diretor da Divisão de Educação Primária Fundamental

Diretor da Divisão de Educação Primária Supletiva

Diretor da Divisão de Ensino Normal

Diretor da Divisão de Ensino Técnico e Secundário

Diretor da Divisão de Educação Complementar

Diretor da Divisão de Educação Média e Superior

Chefe de Serviço de Educação e Cultura

Diretores de Divisão de Educação e Cultura

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 9 Conselheiros

11.

## E S T A D O D O M A R A N H ã O

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Administração

Diretor do Departamento de Cultura

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

6 Conselheiros

12.

## E S T A D O D O M A T O G R O S S O

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Educação

Coordenador do Centro de Pesquisas e Pedagogia

Chefe do Departamento Administrativo

Supervisor Chefe da Área Norte

Supervisor Chefe da Área Sul

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 9 Conselheiros

13. ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretário de Educação e Cultura

Chefe do Departamento de Educação

Chefe do Departamento de Administração

Chefe do Departamento de Ensino Primário

Chefe do Departamento do Pessoal

Diretor do Instituto Superior de Educação Rural

Diretor do Instituto Pestalozzi

Reitor da Universidade Rural do Estado

Supervisora Geral de Ensino de 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries

Diretor do Serviço de Orientação e Seleção Profissional

Coordenador da Merenda Escolar do Estado

Diretor Geral da Campanha de Recuperação e Restauração de Prédios Escolares

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 16 Conselheiros

14. ESTADO DO PARÁ

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Administração

Diretor do Departamento de Ensino Médio e Superior

Diretor do Departamento de Ensino Primário

Diretor do Departamento de Educação Física

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 8 Conselheiros

15. ESTADO DA PARAIBA

Secretário de Educação e Cultura

Assessor do Planejamento e Coordenação da Secretaria de Educação

Diretor do Serviço de Rádio Educativo (SIREPA)

Diretor da Divisão do Ensino Primário

Diretor da Divisão de Formação e Treinamento de Professores

Diretor da Divisão de Ensino Técnico e Secundário

Diretor da Divisão de Iniciação Profissional

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 12 Conselheiros

## 16. ESTADO DO PARANÁ

Secretário de Educação e Cultura  
 Diretor do Departamento de Educação  
 Diretor do Departamento de Administração  
 Diretor do Departamento de Cultura  
 Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos  
 Diretor da Divisão de Ensino Primário  
 Diretor da Divisão do Ensino Normal  
 Diretor da Divisão de Ensino Secundário  
 Superintendente do Ensino Superior  
 Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais  
 Diretor da Divisão do Ensino Comercial

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 13 Conselheiros

## 17. ESTADO DE PERNAMBUCO

Secretário de Educação e Cultura  
 Diretor do Departamento de Administração  
 Diretor do DIERP  
 Diretor do DAE  
 Diretor do DECA  
 Diretor do Departamento de Educação Física  
 Diretor do Departamento de Educação Média  
 Diretor do I.P.P.

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 14 Conselheiros

## 18. ESTADO DO PIAUÍ

Secretário de Educação e Cultura  
 Chefe do Setor de Administração  
 Chefe do Setor de Treinamento e Supervisão  
 Chefe da Seção de Supervisão  
 Chefe da Seção de Treinamento  
 Chefe da Seção de Currículo e Programa  
 Chefe da Assessoria de Programação e Controle  
 Assessor do Ensino Médio  
 Assistente de Programação

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 7 Conselheiros



**19. ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Educação

Diretor do SESERN

Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 12 Conselheiros

**20. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Cultura

Sub-Secretário do Ensino Primário

Sub-Secretário do Ensino Técnico e Médio

Superintendente do Ensino Primário

Superintendente do Ensino Secundário

Superintendente do Ensino Normal

Superintendente do Ensino Comercial

Superintendente do Ensino Agrícola

Superintendente do Ensino Industrial

Superintendente do Ensino Artístico

Superintendente do Ensino Rural

Superintendente da Educação Física e Assistência Educacional

Diretor do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOS)

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 10 Conselheiros

**21. ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Secretário de Educação e Cultura

Coordenador de Educação

Diretor do Departamento de Educação Primária

Diretor do Departamento do Ensino Médio

Diretor do Departamento de Difusão Cultural

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

1 Presidente, 20 Conselheiros

**22. TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA**

Diretor de Educação

Chefe da Seção de Educação Escolar

Chefe da Seção de Educação Extra-Escolar

Diretor dos Colégios Oficiais

23. TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Diretor de Educação

Chefe da Seção de Ensino

Chefe do Setor de Supervisão e Orientação

Chefe da Seção Técnica

24. ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Educação

Diretor do Departamento de Extensão

Diretor do Departamento de Cultura

Diretor do Departamento de Administração

Diretor Executivo da Fundação Educacional

Diretor da Faculdade de Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 13 Conselheiros e 14 Suplentes

25. ESTADO DE SÃO PAULO

Secretário de Educação e Cultura

Diretor do Departamento de Educação

Diretor Geral da Secretaria

Diretor do Departamento de Ensino Profissional

Chefe do Serviço de Ensino Primário

Chefe do Serviço Secundário e Normal

Chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola

Chefe do Serviço de Expansão Cultural

Chefe do Serviço de Prédios Escolares

Chefe do Serviço de Assistência Técnica do Ensino Típico Rural

Chefe do Serviço de Educação de Adultos

Chefe do Serviço de Música e Canto Coral

Chefe do Serviço de Controle e Cadastro Escolar

Chefe do Serviço de Educação de Surdo-Mudos

Chefe do Serviço de Educação Pré-Primária

Chefe do Serviço Dentário Escolar

Chefe do Ensino de Cegos e Amblíopes

Chefe do Serviço do Pessoal do Ensino (SESOPE)

Diretor do Departamento Regional do SESI

Diretor Superintendente do SESI

Diretor da Divisão de Educação Fundamental do SESI

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente e 21 Conselheiros

26.

ESTADO DE SERGIPE

Secretário de Educação e Cultura

Diretor Geral do Departamento de Educação

Inspetor Geral do Ensino

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 9 Conselheiros



CROSE - COLÓQUIOS REGIONAIS SÔBRE ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS  
NAS VISITAS AOS ESTADOS

I - Material a levar:

1. Ofício do Diretor do INEP
2. Temário (com desdobramento dos temas)
3. Cronograma dos CROSE
4. Nome dos membros dos CROSE, com respectivos currículos

II - Contatos a efetuar:

1. Secretário de Educação
2. Conselho Estadual de Educação
3. Reunião com diretores de órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Educação, especialmente na esfera de planejamento.

Objetivos dêsses contatos:

A - Exposição sôbre os CROSE:

- a) objetivos
- b) métodos de trabalho
- c) documentos que lhes dizem respeito

B - Receber e discutir os documentos referentes aos Estados

C - Procurar identificar os problemas mais importantes, as deficiências, aspirações e possibilidades. Quais as expectativas em relação ao MEC e, especialmente, ao INEP.

D - Escolher um elemento-chave para ficar como responsável perante os CROSE.

E - Obter relação nominal das autoridades educacionais do Estado.

III - Elementos a recolher

1. Organograma da Secretaria de Educação
2. Relatório sôbre o funcionamento da Secretaria de Educação
3. Orçamento analisado
4. Estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação
5. Plano geral e planos setoriais do Estado; informação sôbre sua elaboração e execução.
6. Legislação vigente (inclusive jurisprudência do Conselho Estadual).

## COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS

### Iniciativas a tomar, quando das visitas aos Estados:

1. Informar-se sobre as equipes técnicas existentes no Estado e suas qualificações.
2. Conhecer as necessidades no que concerne à formação e ao aperfeiçoamento de especialistas em educação.
3. Informar-se, por entrevistas, sobre as pessoas que poderiam assumir alguma responsabilidade nos CROSE, particularmente na região a que essas pessoas pertencem.
4. Escolher, por entrevista, um "elemento-chave" para ficar como responsável perante os CROSE (um delegado da Comissão dos CROSE), a ser o nome submetido ao Diretor do INEP.
5. Escolher e conhecer o local para a realização dos CROSE.
6. Visitar hotel onde se hospedarão os convidados dos CROSE por ocasião das Semanas dos COLÓQUIOS.
7. Autorizar escolha do pessoal para serviços eventuais, e material, com a realização dos CROSE: datilógrafos, gravador, mimeógrafo, RA pel, etc.
8. Solicitar dos Secretários de Educação sejam convidados para os COLÓQUIOS, representantes do SENAC, SENAI e outras entidades interessadas em educação.
9. Fazer contato com autoridades da Universidade, procurando interessá-los nos CROSE.
10. Obter a presença da Imprensa (por intermédio do Secretário de Educação) nas reuniões preliminares, a fim de ser divulgada a iniciativa dos CROSE.
11. Convidar diretores de centros ou institutos de pesquisas educacionais.

### Observações:

1. Serão "participantes-permanentes" dos CROSE:
  - a. O Secretário de Educação
  - b. O Diretor do Ensino Primário
  - c. O Diretor do Ensino Médio  
ou o Diretor do Departamento de Educação, quando este reunir os ensinos primário e médio
  - d. dois membros do Conselho Estadual de Educação (especialistas em ensino primário e médio).

Total (média) de "participantes-permanentes" de cada Estado que se deslocarão para os COLÓQUIOS em outras capitais : 5

## COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

## - PROGRAMA -

## I SEMANA (5 dias)

Considerações preliminares.

1. A. Os objetivos dos "CROSE" - Dr. Carlos Pasquale  
B. A Lei de Diretrizes e Bases - Prof. Durmeval Trigueiro
2. Panorama histórico da educação brasileira - Prof. Michel Debrun
3. Ideais e realizações dos pioneiros da geração de 1930 - Prof. Michel Debrun.
4. O ensino primário, o médio e o superior na Lei de Diretrizes e Bases - Dr. Carlos Pasquale, <sup>Dr.</sup> José Vasconcelos e Prof. Newton Sucupira.
5. A atualidade educacional brasileira.

## II SEMANA (9 dias: de uma segunda-feira à terça-feira da semana seguinte, com intervalo no domingo)

Técnicas de avaliação e processos de racionalização dos sistemas educacionais.Primeira parte (4 dias): Técnicas de avaliação.

1. A pesquisa sociológica no campo educacional - Prof. Michel Debrun.
2. A pesquisa e a experimentação pedagógicas - Prof. Pierre Furter.
3. As estatísticas educacionais - Prof. Jacques Torfs, Prof.<sup>a</sup> Loug des Brito Pereira, e Prof.<sup>a</sup> Zélia Pavão.
4. O Custo da educação - Prof. Jacques Torfs, Prof. Arlindo L. Correia.

Segunda parte (4 dias): Processos de racionalização.

5. Princípios e instrumentos de reorganização administrativa - Prof. Michel Debrun, Prof. Jacques Torfs e Prof. Vitor Amaral Freire.
6. Novos meios pedagógicos e processos educacionais (TV educativa, por exemplo) - Prof. Pierre Furter.
7. O Planejamento Educacional: exposição e discussão de algumas teorias (Tinbergen, Harbison, Debeauvais, etc...) - Prof. Michel Debrun.
8. O Planejamento Educacional: escolha de um esquema teórico-prático



para o caso brasileiro - Prof. Zacharias Sá Carvalho e Prof. Arlindo Correia.

III SEMANA (9 dias: de uma segunda-feira à terça-feira da semana seguinte, com intervalo no domingo)

#### 0 Sistema Educacional

Primeira parte (5 dias): Graus e modalidades.

1. O ensino Primário - Prof. Paulo de Almeida Campos.
- 2.)  
3.) } O ensino médio e suas modalidades - Profª Eulina Carvalho.
4. O ensino superior - Prof. Durmeval Trigueiro.
5. A educação permanente - Prof. Pierre Furter.

Segunda parte (3 dias): Problemas específicos e articulações.

6. Problemas institucionais (leis, administração, contexto sócio-cultural) - Prof. Michel Debrun.
7. Problemas pedagógicos e do magistério - Prof. Pierre Furter.
8. Problemas financeiros - Prof. Jacques Torfs.

IV SEMANA (5 dias):

#### Educação e Desenvolvimento

1. Macro-economia e educação - Prof. Jacques Torfs.
2. A contabilidade educacional - Prof. Jacques Torfs e Profª Zélia Pavão.
3. Determinação das necessidades em mão-de-obra - Prof. Jacques Torfs, Prof. Arlindo Correia, e Prof. Luiz Carlos Sibut.
4. Condições culturais, políticas e administrativas do planejamento educacional - Prof. Michel Debrun
5. Planejamento global da nação e Plano Nacional de Educação - Prof. Durmeval Trigueiro.

Visitas aos Estados pelos Membros dos CROSEProf. Durmeval Trigueiro

1. Amazonas
2. Pará
3. Paraíba
4. Pernambuco

Prof. Michel Debrun

1. Acre
2. Mato Grosso
3. Maranhão
4. Piauí

Prof. Jacques Terfs

1. Ceará
2. São Paulo
3. Paraná

Prof. Pierre Furter

1. Distrito Federal
2. Goiás
3. Minas Gerais
4. Rio Grande do Norte

Profª Eulina Carvalho

1. Bahia
2. Alagoas
3. Sergipe

Prof. Paulo de Almeida Campos

1. Rio de Janeiro
2. Espírito Santo
3. Santa Catarina
4. Rio Grande do Sul

Comissão dos CROSE

1. Guanabara

PROJETO DOS "CROSE"

I Semana (5 dias):

Considerações Preliminares.

1. Os objetivos dos "CROSE"
2. Panorama histórico da educação brasileira
3. Os ideais e realização dos pioneiros da geração de 1930
4. A lei de Diretrizes e Bases
5. A atualidade educacional brasileira

II Semana (9 dias: de uma segunda-feira à terça-feira da semana seguinte, com intervalo no domingo)

Técnicas de avaliação e processos de racionalização dos sistemas educacionais.

Primeira parte (4 dias): Técnicas de avaliação.

1. A pesquisa sociológica no campo educacional
2. A pesquisa e a experimentação pedagógicas
3. As estatísticas educacionais
4. A economia da educação

Segunda parte (4 dias): Processos de racionalização.

5. Princípios e instrumentos de reorganização administrativa
6. Novos meios pedagógicos e processos educacionais (TV educativa, por exemplo)
7. O Planejamento Educacional: exposição e discussão de algumas teorias (Tinbergen, Harbison, Debeauxvais, etc...)
8. O Planejamento Educacional: escolha de um esquema teórico-prático para o caso brasileiro.



III Semana (9 dias: de uma segunda-feira à terça-feira da semana seguinte, com intervalo no domingo)

O sistema educacional

Primeira parte (5 dias): Grãos e modalidades.

1. Conceito de escolaridade (estudo introdutório)  
O ensino primário
- 2.)  
3.) } O ensino médio e suas modalidades
4. O ensino superior
5. A educação permanente

Segunda parte (3 dias): Problemas específicos e articulações.

6. Problemas institucionais (leis, administração, contexto sócio-cultural)
7. Problemas pedagógicos e didáticos
8. Problemas financeiros

IV Semana (5 dias):

Educação e Desenvolvimento

1. Macro-economia e educação
2. A contabilidade educacional
3. Formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada
4. Condições culturais, políticas e administrativas do planejamento educacional
5. Planejamento global da nação e Plano Nacional de Educação

PRIMEIRA SEMANA

---

SÃO PAULO	6/III - 10/III
BRASÍLIA	27/III - 31/III
RECIFE	3/IV - 7/IV
RIO	10/IV - 14/IV

---

SEGUNDA SEMANAMAIO

---

TEREZINA - PIAUÍ	GRUPO (B) 15/V - 21/V
BELEM - PARÁ	GRUPO (A) 2/V - 6/V
AMAPÁ	GRUPO (B) 8/V - 13/V
SÃO LUIZ - MARANHÃO	GRUPO (A) 8/V - 13/V

---

JUNHO

---

* SÃO PAULO - SP	GRUPO (A) 5/VI - 10/VI (B) 12/VI - 17/VI
* CURITIBA - PARANÁ	GRUPO (B) 5/VI - 10/VI (A) 12/VI - 17/VI

---

JULHO

---

BRASÍLIA - D. FEDERAL	GRUPO (B) 3/VII - 8/VII
GOIÂNIA - GOIÁS	GRUPO (A) 10/VII - 15/VII
BELO HORIZONTE - M. GERAIS	GRUPO (A) 3/VII - 8/VII (B) 10/VII - 15/VII

---

AGOSTO

---

FORTALEZA - CEÁRA	GRUPO (B) 31/VII - 5/VIII
NATAL - R. G. DO NORTE	GRUPO (B) 7/VIII - 12/VIII
JOÃO PESSOA - PARAÍBA	GRUPO (A) 31/VII - 5/VIII
RECIFE - PERNAMBUCO	GRUPO (A) 7/VIII - 12/VIII

---

---

SETEMBRO

* FLORIANÓPOLIS - Sta. CATARINA	GRUPO (B)	4/IX	-	9/IX
	GRUPO (A)	11/IX	-	16/IX
* Pto ALEGRE - R.G. do SUL	GRUPO (A)	4/IX	-	9/IX
	GRUPO (B)	11/IX	-	16/IX

---

OUTUBRO

ALAGOAS	GRUPO (A)	2/X	-	7/X
SERGIPE	GRUPO (B)	9/X	-	14/X
* SALVADOR - BAHIA	GRUPO (B)	2/X	-	7/X
	GRUPO (A)	9/X	-	14/X

---

NOVEMBRO

CUIABÁ - MATO GROSSO	GRUPO (A)	6/XI	-	11/XI
ACRE e RONDÔNIA	GRUPO (A)	13/XI	-	18/XI
MANAUS - AMAZONAS e RORAIMA	GRUPO (B)	6/XI	-	11/XI
ESPÍRITO SANTO	GRUPO (B)	13/XI	-	18/XI

---

DEZEMBRO

* GUANABARA	GRUPO (A)	4/XII	-	9/XII
	GRUPO (B)	11/XII	-	16/XII
* RIO DE JANEIRO	GRUPO (B)	4/XII	-	9/XII
	GRUPO (A)	11/XII	-	16/XII

---

NOTA : CIDADES MARCADAS COM \* : DUAS SEMANAS COMPLETAS



C R O S E  
C R O N O G R A M A

LUGAR		PRIMEIRA SEMANA	SEGUNDA SEMANA	TERCEIRA SEMANA	QUARTA SEMANA
GRUPO A	SÃO PAULO	6-III/10-III	-	-	-
	CURITIBA	-	-	29-V/6-VI	-
	PÔRTO ALEGRE	-	10-IV/19-IV	-	-
	FLORIANOPOLIS	-	-	-	10-VII/14-VII
GRUPO B	BRASÍLIA	13-III/17-III	-	-	-
	BELEM	-	24-IV/4-V	-	-
	GOIÂNIA	-	-	7-VI/15-VI	-
	CUIABA	-	-	-	17-VII/21-VII
GRUPO C	RECIFE	3-IV/7-IV	-	-	-
	FORTALEZA	-	-	19-VI/27-VI	-
	NATAL	-	-	-	24-VII/28-VII
	SALVADOR	-	8-V/16-V	-	-
GRUPO D	RIO	27-III/31-III	-	28-VI/7-VII	31-VII/4-VIII
	BELO HORIZONTE	-	17-V/26-V	-	-

GRUPO A = SÃO PAULO  
R.G.DO SUL  
STA. CATARINA  
PARANÁ

GRUPO B = DISTRITO FEDERAL  
MATO GROSSO

PARÁ  
AMAZONAS  
ACRE

ACRE

RORAIMA  
RONDÔNIA  
AMAPÁ

GRUPO C = CEARÁ  
PIAUI  
R.G. DO NORTE

BAHIA  
SERGIPE  
ALAGÔAS

PARAÍBA  
PERNAMBUCO  
MARANHÃO

GRUPO D = RIO  
GUANABARA  
ESPÍRITO SANTO  
MINAS GERAIS

C R O S ECALENDÁRIO GERAL

LUGAR		PRIMEIRA SEMANA	SEGUNDA SEMANA	TERCEIRA SEMANA	QUARTA SEMANA
GRUPO A	SÃO PAULO	6-III/10-III	-	-	10-VIII/14-VII
	CURITIBA	-	-	29-V/6-VI	-
	PORTO ALEGRE	-	10-IV/19-IV	-	-
GRUPO B	BRASÍLIA	13-III/17-III	-	-	17-VII/21-VII
	B.HORIZONTE	-	24-IV/4-V	-	-
	GOIÂNIA	-	-	7-VI/15-VI	-
GRUPO C	RECIFE	3-IV/7-IV	-	-	-
	FORTALEZA	-	-	19-VI/27-VI	-
	BELEM	-	-	-	24-VII/28-VII
	SALVADOR	-	8-V/16-V	-	-
GRUPO D	RIO	27-III/31-III	17-V/26-V	28-VI/7-VII	31-VII/4-VIII

GRUPO A - SÃO PAULO  
R.G.DO SUL  
STA.CATARINA  
PARANÁ

GRUPO B - DISTRITO FEDERAL  
MATO GROSSO  
MINAS GERAIS

PARÁ  
AMAZONAS  
ACRE

GOIÁS

RORAIMA  
RONDÔNIA  
AMAPÁ

GRUPO C - CEARÁ  
PIAUÍ  
R.G.DO NORTE

BAHIA  
SERGIPE  
ALAGOAS

PARAÍBA  
PERNAMBUCO  
MARANHÃO

GRUPO D - RIO  
GUANABARA  
ESPÍRITO SANTO

C R O S E

Horário da Primeira Semana  
( Março - Abril 1967 )

SÃO PAULO

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	6	7	8	9	10	11	12
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	SA	Do
Conferência	1(1)	1(2)	1(3)	1(4)	1(5)	-	-
RELATOR	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

BRASÍLIA

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do
CONFERÊNCIA	1(1)	1(2)	1(3)	1(4)	1(5)	-	-
RELATOR	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	20	21	22	23*	24*	25	26
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do
CONFERÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
RELATOR	-	-	-	-	-	-	-

RIO DE JANEIRO

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	AB	AB
DATA	27	28	29	30	31	1	2
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do
CONFERÊNCIA	1(1)	1(2)	1(3)	1(4)	1(5)	-	-
RELATOR	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

RECIFE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	3	4	5	6	7	8	9
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do
CONFERÊNCIA	1(1)	1(2)	1(3)	1(4)	1(5)	-	-
RELATOR	DT	MD	MD	DT	DT	-	-



C R O S E

Horário da Segunda Semana  
( Abril - Maio 1967 )

Pto ALEGRE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º	4º
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	-	-	II(6)	II(7)	II(8)
RELATOR	MD	PF	JT	JT	JT/MD	-	-	PF	MD	DT

B. HORIZONTE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º	4º	5º
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	-	-	-	II(6)	II(7)	II(8)
RELATOR	MD	PF	JT	JT	JT/MD	-	-	-	PF	MD	DT

SALVADOR(B)

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	8	9	10	11	12	13	14	15	16
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	II(6)	-	II(7)	II(8)
RELATOR	MD	PF	JT	JT	JT/MD	PF	-	MD	DT

RIO DE JANEIRO

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25*	26
DIA	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º	4º	5º	6º
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	-	II(5)	II(6)	II(7)	-	II(8)
RELATOR	MD	PF	JT	JT	-	JT/MD	PF	MD	-	DT

C R O S EHorário da Terceira Semana  
( Junho - Julho 1967 )CURITIBA

MÊS	MAI	MAI	MAI	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	29	30	31	1	2	3	4	5	6
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RELATOR	DT/P	E	E	DT	PF	MD	-	PF	JT

GOIÂNIA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	7	8	9	10	11	12	13	14	15
DIA	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º	4º	5º
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	-	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)
RELATOR	DT/P	E	E	DT	-	PF	MD	PF	JT

FORTALEZA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	19	20	21	22	23	24	25	26	27
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RELATOR	DT/P	E	E	DT	PF	MD	-	PF	JT

RIO

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	28	29	30	1	2	3	4	5	6
DIA	4º	5º	6º	Sa	Do	2º	3º	4º	5º
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)	
RELATOR	DT/P	E	E	DT	-	PF	MD	PF	JT

C R O S E

Horário da Quarta Semana  
(Julho - Agosto 1967)

SÃO PAULO

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	10	11	12	13	14	15
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RELATOR	JT	JT	JT	MD	DT	-

BRASÍLIA

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	17	18	19	20	21	22
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RELATOR	JT	JT	JT	MD	DT	-

BELEM

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	24	25	26	27	28	29
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RELATOR	JT	JT	JT	MD	DT	-

RIO DE JANEIRO

MÊS	JUL	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	31	1	2	3	4	5
DIA	2º	3º	4º	5º	6º	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RELATOR	JT	JT	JT	MD	DT	-



PROGRAMA DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DOS CROSE

(elaborado na reunião de 25.11.66)

1. Visita aos Estados

1.1 Material a levar

- 1.11 Temário (com desdobramento dos temas).
- 1.12 Cronograma.
- 1.13 Nomes dos conferencistas, com currículos.
- 1.14 Ofício do Diretor do INEP.

1.2 Material e informações a recolher

- 1.21 Organograma da estrutura administrativa das Secretarias de Educação.
- 1.22 Relatório sobre o seu funcionamento.
- 1.23 Plano global e planos setoriais em cada Estado. Informação sobre sua elaboração e execução.
- 1.24 Orçamento analisado.
- 1.25 Informe sobre estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação.
- 1.26 Legislação vigente (inclusive jurisprudência do CEE).
- 1.27 Informe sobre as equipes técnicas existentes e suas qualificações; necessidades no que concerne à formação e aperfeiçoamento de especialistas em assuntos de educação.
- 1.28 Informações sobre as pessoas que poderiam assumir alguma responsabilidade nos Colóquios, particularmente na região a que essas pessoas pertencem; assim também sobre pessoas, dentre as quais possa ser escolhido um delegado da Comissão dos CROSE, pela própria Comissão, com o referendado do Diretor do INEP.

1.3 Encontros

1.31 Entidades

- 1.311 Secretários de Educação
- 1.312 Órgãos administrativos e técnicos importantes na esfera da educação e do planejamento.
- 1.313 Conselho Estadual de Educação.

1.32 Objetivos

- 1.321 Exposição dos objetivos dos CROSE e dos documentos que lhe dizem respeito.
- 1.322 Receber e discutir os documentos referentes ao Estado (item 1.32).

1.323 Procurar identificar os problemas mais importantes, as deficiências, aspirações e possibilidades. Quais as expectativas formadas em relação à cooperação do MEC e, especialmente, do INEP.

Obs.: 1) Deverá ser remetido aos Estados, antes das visitas, um questionário abrangendo os assuntos referidos nos itens 1.25 e 1.323, cuja resposta, escrita, deverá ser entregue diretamente aos membros da Comissão, por ocasião das visitas.

2) Correspondência prévia com cada Estado informará sobre a chegada do técnico, e toda a programação de seus trabalhos no Estado, indicando-se a duração da visita.

3) As pessoas referidas no item 1.28 deverão ser entrevistadas pelo Visitador.

4) Cada membro da Comissão elaborará relatório circunstanciado de suas visitas, ordenando sistematicamente o material recolhido.

## 2. Trabalhos a cargo da Comissão, além das conferências.

2.1 Levantar a legislação vigente e a bibliografia brasileira importante em educação, com a colaboração do Serviço de Documentação do CBPE.

2.2 Escolher textos que, pelo método de reprodução ou de abstracts, possam ser oferecidos aos congressistas, como fontes subsidiárias, ao lado das conferências. Esses textos serão predominantemente da bibliografia brasileira, salvo em matérias em que esta se mostrar deficiente.

2.3 Levantar os temas de pesquisa que a cada um, na sua especialidade, se afigura indispensável, para o conhecimento da realidade educacional brasileira. A responsabilidade de algumas pesquisas poderá ser confiada a outras pessoas, por escolha da Comissão, homologada pelo Diretor do INEP.

2.4 Encomendar estudos especiais - além das conferências - a serem elaborados por terceiros, para integrarem o dossier de cada congressista.

Obs.: 1) Os trabalhos realizados pelos membros da Comissão, nos termos acima indicados, serão objeto de estudo e discussão do Plenário, duas vezes por semana.

2) Os documentos referidos neste item, destinados aos congressistas, serão reproduzidos por mimeógrafo, ou por outro meio ao alcance do INEP.

PRIMEIRAS MANA2º DIAPANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Tal panorama não terá finalidade erudita, antes visando permitir uma compreensão e uma reestruturação do presente educacional brasileiro. Insistir-se-á, notadamente, sobre as tendências de longa duração, ainda os esforços dos reformadores.

9 - 10,30

I,2,A - Evolução e principais correntes:

Relator: NOQUE SPENCER MACIEL DE BARROS

1. Algumas etapas:  
ensino jesuítico; o Seminário de Olinda; desenvolvimento das escolas superiores; o Colégio Pedro II; a educação elementar privativa das províncias e, depois, dos Estados; o problema da liberdade do ensino e a questão da Universidade; a preocupação com o ensino primário no advento da República.
2. Aspectos e consequências educacionais das principais correntes ideológicas:  
ecletismo, liberalismo, positivismo, cientificismo, integralismo.
3. Influências estrangeiras no campo didático e pedagógico:  
a tradição coimbrã; modelos ingleses e franceses; o "germanismo pedagógico"; penetração dos métodos norte-americanos a partir de 1880.

10,45 - 12,15

I,2,B - Tendências permanentes:

Relator: MICHEL DEBRUN

Salientar-se-á a partir do tópico acima:

1. A persistência de alguns traços negativos:  
a escola funcionando não raro como barreira social; o desdém para com o ensino aplicado; o ornamenta-



lismo; os currículos hipertrofiados etc...

2. A abertura constante para novas ideologias e experiências educacionais, a capacidade para inovações profundas (analisar-se-ão, por exemplo, o relatório Paulino Soares de Souza de 1870 e a concepção originária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.) e as transplantações bem sucedidas (por exemplo, o movimento cívico dos educadores paulistas a favor do ensino primário e suas afinidades com o laicismo francês dos anos 1880).

PRIMEIRA SEMANA3º DIAIdeais e Realizações dos Pioneiros da geração de 1930

Ligado à intensificação da urbanização, já na década de 20, e da industrialização, sobretudo a partir de 1930, o movimento consubstanciado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se propunha a definir uma educação mais consonante com as exigências da sociedade em transformação. A análise pormenorizada desse movimento deve preceder toda e qualquer tentativa de reestruturação do sistema educacional atual, sendo que:

- 1) muitos dos problemas institucionais, financeiros e pedagógicos enfrentados pelos pioneiros ainda permanecem de pé, no que têm de básico e apesar da mudança de contexto sócio-econômico.
- 2) Nessas condições a reflexão sobre os êxitos ou fracassos dos enfoques teóricos e das soluções práticas então adotados pode permitir uma melhor avaliação das reformas projetadas ou em curso.

9 - 10,30

1,3,A -

Principais aspectos do movimento:

1. fontes nacionais e estrangeiras
2. análise do Manifesto
3. a chance política dos pioneiros: alargamento da participação das classes médias ao poder, a partir de 1930
4. o desvirtuamento progressivo dos ideais, sob o impacto:
  - da resistência das elites tradicionais
  - da demanda nacional de educação, maior do que prevista, por parte das camadas em ascensão
  - das expectativas, muitas vezes tradicionais, dessas camadas.

10,45 - 12

1,3,B -

Principais tendências:

Focalizar-se-ão, notadamente, os matizes ou divergências entre os pioneiros relativamente a problemas tais como:

1. primazia do ensino superior ou primazia da educação popular?
2. organização dos currículos
3. papel do governo federal e papel dos estados e coletividades locais, no campo da educação.

PRIMEIRA SEMANAQUARTO DIAA Lei de Diretrizes e Bases

Relator: PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO

I,4,A 1. Introdução: As intenções da Lei de Diretrizes e Bases.

Em que medida se trata de uma lei bem sucedida, no sentido de ter alcançado definir com clareza uma determinada concepção educacional, e de tê-la traduzido coerentemente no conjunto de suas aplicações. Como repercutem os seus princípios fundamentais nas soluções concretas que adotou. Aspectos positivos e negativos: as inovações que introduz, ou apenas deixa entre-abertas, e os arcaísmos. As hesitações entre o caráter permissivo, estimulador do processo de criação, e o caráter regulamentador. As ambiguidades de sua filosofia: a verdadeira dialética e o falso equilíbrio.

2. Princípios filosóficos.a. Os postulados.

I. Unidade nacional. Cultura comum; a integração democrática.

II. Dialética indivíduo-sociedade; a educação em relação ao bem comum.

III. Humanismo. Educação geral e educação técnica. A educação permanente, destacando-se a educação de adultos. A consciência universalista.

b. As soluções da Lei.

- Em relação às responsabilidades do Estado na educação, e ao princípio de uma educação nacional.

- Em relação ao conteúdo de uma educação comum.

- Em relação à formação científica e técnica.

3. Princípios políticos.

a. Voluntarismo e espontaneísmo na política educacional. A necessidade de uma política eficazmente nacional. Os instrumentos dessa eficácia.

b. A vontade comum e o pluralismo na organização do sistema educacional. O planejamento sob essa perspectiva dialética.



- c. Os princípios da subsidiariedade e da ação direta do Estado na política educacional.
- d. A escolaridade como problema sócio-político.
- e. Aspectos sociológicos da habilitação profissional no Brasil e seus reflexos na sistemática educacional.
- f. A organização do ensino.

I. Problemas sociológicos. O fenômeno da rarefação e da dispersão cultural. A diferenciação inter-regional. Soluções legais tradicionais, e soluções reais.

II. Problemas administrativos. A centralização burocrática antes da Lei de Diretrizes e Bases. O caminho que esta propiciou, ainda não explorado adequadamente. Equilíbrio entre os diferentes sistemas e órgãos educacionais com seus respectivos graus de autonomia, mediante um processo dinâmico; a co-participação programada, na qual o papel do MEC se expressa, antes pela cooperação que pela imposição.

Os Conselhos de Educação; sua originalidade no sistema educacional e suas virtualidades igualmente pouco exploradas, como instrumento de uma política de equilíbrio entre todas as instâncias políticas, sociais, pedagógicas, que interferem no processo educacional.

Os sistemas estaduais confrontados com o sistema federal de educação.

A autonomia universitária e seus impasses. A conversão das Universidades em fundações.

O planejamento: o que a lei determina e o que autoriza. Papel do Conselho Federal de Educação.

O financiamento:

O princípio do nivelamento dos Fundos.

O princípio da complementaridade (União, Estados, Municípios).

As prioridades.

Papel dos Conselhos de Educação: o Federal e os estaduais.

Modalidades de ajuda federal e mecanismos de sua execução.

A eficiência dos sistemas educacionais:  
ausência de órgãos de programação, avaliação e controle;  
os custos e a produtividade do ensino.

#### Cooperação técnica

Os equívocos que perduram. Insuficiência e inadequação dos quadros técnicos para a cooperação a ser exercida pelo MEC. Criação de uma nova linha de ajuda técnica do MEC, e de novas categorias de especialistas nos diversos setores da educação, de acordo com a atualidade educacional brasileira.

#### 4. Princípios pedagógicos

##### a. Experimentalismo e experiencialismo pedagógicos.

I. As possibilidades de experimentar.

II. A objetividade do ensino: o confronto com a realidade, a experiência e o verbalismo. Falta de proporção entre os propósitos enunciados na Lei e o sistema didático que, expressa ou implicitamente, nela se contém.

A ausência de perspectiva experiencial, manifestada:

- na idéia da escolaridade;
- na idéia da continuidade do currículo, baseada na continuidade da experiência.

Ex: a solução adotada em relação às várias modalidades do ensino médio; a inadequada colocação da "formação moral e cívica" e da "iniciação artística".

O problema do ensino e da pesquisa.

##### b. Flexibilidade do sistema didático

Variedade dos cursos.

O princípio das alternativas:

Ex: curso complementar no nível primário:

colégio universitário, no nível secundário.

Adaptação da estrutura didática a situações especiais, determinadas por objetivos particulares dos cursos, ou pelas condições especiais em que se realizam.

Autonomia didática dos sistemas estaduais de ensino, e das Universidades. O problema da inspeção, sob esse aspecto.

c. Problemas do currículo

Sistema de escolaridade (aspectos psicológicos, sociológicos e didáticos).

Flexibilidade do currículo.

Duração dos cursos.

O problema do estudo do português.

Sistema de avaliação.

O currículo mínimo e sua complementação.

O esquema numérico na estrutura da Universidade e da Faculdade de Filosofia, em lugar de um esquema orgânico.

d. Inspeção e orientação educativa

As incongruências que persistem na Lei sobre o caráter da inspeção.

e. A comunidade escolar

Problemas do professor: formação, recrutamento, aperfeiçoamento, remuneração, estatuto jurídico, condições e formas de trabalho.

Problemas do aluno: a perspectiva generacional; condições de vida e de estudo; o princípio da representação estudantil; a assistência social.

A comunidade escolar e o diálogo pedagógico.

Regime de trabalho do professor e do aluno; as possibilidades de convívio e de cooperação. Omissões ou insuficiências da Lei.



SEGUNDA SEMANA1º DIAA Pesquisa Sociológica no Campo Educacional

Inserir-se-á sobre a necessidade de uma estreita integração da sociologia da educação à sociologia em geral, num duplo sentido:

1. Os problemas, métodos e técnicas são os mesmos, em que pese a especificidade dos fenômenos educacionais.
2. Esses fenômenos só podem ser devidamente interpretados quando relacionados com a vida social extra-escolar.

9 - 10.30

II,5,A - Áreas de pesquisa:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. As relações entre o sistema social global e o sistema educacional: adequação global do segundo ao primeiro, mas também possibilidade de adiantamentos e atrasos, possibilitando não só conflitos e reestruturações fecundas.
2. As relações de autoridade entre os membros do pessoal educacional, nos vários âmbitos (MEC, secretarias de Estado, escolas, centros de pesquisa etc); o aspecto negativo de algumas dessas relações e o caráter cumulativo das deficiências, gerando às vezes a imobilização ou o retrocesso do sistema educacional.
3. As expectativas (da sociedade global, das várias camadas sociais, dos professores e alunos) em relação ao ensino e ao professorado; às ideologias educacionais explícitas; as discrepâncias eventuais de umas e outras em relação à realidade educacional; a inserção desses vários aspectos na dinâmica da sociedade global.
4. O papel desempenhado por determinados tipos de ensino e escolas, no sentido de manter ou fortalecer determinados status e estruturas sociais - As várias modalidades desse papel: seletividade so-

cial no recrutamento e nas promoções dos alunos, quer pelo dinheiro quer pela natureza dos testes propostos; conteúdo do ensino, mais condizente com as tradições ou os interesses de determinadas categorias; a estrutura administrativa do ensino, as modalidades de recrutamento do corpo docente, os seus estatutos; o magistério, como canal de acesso a certos status ou como decorrência deles.

5. A escola como instrumento de promoção de novos valores, de mobilidade sócio-cultural para as categorias desfavorecidas, de formação de uma nova elite político-econômica - as relações recíprocas entre as mentalidades "empresarial", "tecnocrática" etc... e o ensino de certas escolas superiores.

10,45 - 12,15

II,5,B - Métodos e Técnicas

Relator: LUIZ PEREIRA

1. Métodos: vários serão expostos e discutidos, notadamente o método funcionalista, familiar aos sociólogos brasileiros.
2. Técnicas: questionários e sua construção, estudos de comunidade, etc...
3. Análise da elaboração, do andamento e dos resultados de uma pesquisa educacional.

14,30 - 17,30

- II,5,C - Debate sobre as possibilidades e a utilidade concreta da aplicação da sociologia ao campo educacional, com a participação de sociólogos ligados a esse campo.

SEGUNDA SEMANA

2º DIA

A PESQUISA E A EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICAS

II,2,A. Estratégia e tática da "pesquisa em ação": uma exposição de caráter geral, na qual serão desenvolvidos os seguintes pontos:

1. Admite-se que, numa situação caracterizada pela escassez de recursos, pela urgência das necessidades e pelo número dos problemas, a pesquisa pedagógica seja considerada - a priori - como secundária.

Torna-se necessário, pois, redefinir a pesquisa, que será :

a. estreitamente ligada à atividade de avaliação quantitativa e crítica das qualidades do corpo docente, do currículo, das técnicas e do material usado, dos resultados de qualquer inovação;

b. mais do tipo de "survey" - isto é, estudo que visa à compreensão dos fatos básicos de uma situação dada, do que do tipo "experimental" - isto é, mudança artificialmente provocada com o objetivo de melhorar um sistema.

2. No caso de uma decisão a ser tomada, a "pesquisa em ação" deverá:

a. reunir, com o máximo de objetividade, os dados necessários;

b. na medida do possível e quando o assunto o permitir, quantificar os argumentos.

3. Esta estratégia de uma "pesquisa em ação" influirá sobre a sua organização da maneira seguinte:

a. será raramente uma pesquisa "acadêmica" ainda que, na perspectiva de um planejamento integral, seja necessário prever pesquisas fundamentais - isto é, que visam a modificar ou completar as teorias educacionais vigentes; estas pesquisas serão sobretudo desenvolvidas pelas futuras faculdades de Educação;

b. será, principalmente, uma pesquisa aplicada, isto é, diretamente orientada para problemas específicos, concretos e limitados.



- c. será dada prioridade menos à formação de pesquisadores especializados do que à difusão de uma mentalidade de observação sistemática, de abaliação contínua da parte do corpo docente em atividade, através de programas de supervisão e por centros diretamente ligados às Secretarias de Educação;
- d. será importante que, através da inspeção e da supervisão, circulem intensamente as observações, as inovações e a informação em geral.

4. Isto implica a seguinte tática:

- a. eliminação sistemática do caráter esotérico da pesquisa e preocupação na sua vulgarização;
- b. revisão e sistematização da terminologia em uso; normatização dos instrumentos (em particular dos testes);
- c. revisão dos currículos das Escolas normais e de outras instituições similares, de maneira a preparar o corpo docente para estas novas tarefas.

II,2,B. Diretrizes para a organização de uma rede nacional de informação.

A partir de um documento proposto pelo Dir. do INEP, poderão ser considerados e discutidos os seguintes pontos:

- 1. Medidas necessárias para dinamizar e estreitar os elos entre os diversos CBPE, o CBPE e o INEP.
- 2. Estudo das modalidades de entrosamento entre, de um lado, os centros dependentes do INEP e de outro, os centros originais diretamente pelas Secretarias e os centros dependentes de Faculdades.
- 3. Elaboração de uma política nacional de publicações, seja de revistas e boletins informativos, seja de livros e compêndios.

II,2,C. Balanco da experimentação pedagógica no Brasil a partir da documentação reunida no CBPE pelo Dr. Jaime Abreu.

II,2,D. Exemplos de "pesquisa em ação"

- 1. Uma breve apresentação de uma seleção de pesquisas que já

foram realizadas no Brasil dentro desta perspectiva.

2. Discussão sobre as exposições e a organização propostas com base nestes exemplos.

3. Trabalho em grupo, cada um analisando um projeto de "pesquisa em ação", tendo em vista:

- a. a técnica mais eficaz;
- b. a sua relevância;
- c. a sua rentabilidade;
- d. o seu orçamento;
- e. a sua difusão posterior.

SEGUNDA SEMANA

3º DIA

AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

9 - 10,15 II,3,A - Critérios de avaliação das estatísticas em geral.

Relator: JACQUES TORFS

1. Como avaliar o grau de confiança que se pode depositar numa estatística? Exemplo: Censo Escolar 1964.
2. Como avaliar a operatividade de uma estatística em relação a determinado problema? Exemplo: Estatísticas sobre REPETENTES E DESERTORES.

10,15 - 12 II,3,B - Bases para a formação e a análise das Estatísticas de educação.

Relator: Profª Lourdes Brito Pereira

1. Discutir-se-ão os vários tipos de estatísticas econômicas e outras necessárias para formulação de uma política educacional.
2. Poderão ser evocadas as bases, propostas pela UNESCO, para a preparação do próximo seminário regional (Santiago) de assistência técnica sobre inversões em educação na América Latina.
3. Discutir-se-ão as relações entre as informações necessárias pela formulação de uma política e para as operações administrativas.

15,00 - 16,30 II,3,C - SEMINÁRIOS

sobre os temas anteriores.



SEGUNDA SEMANA

4º DIA

O CUSTO DA EDUCAÇÃO

9 - 10,45

II,4,A - Análise dos custos unitários

Relator:

- a. Necessidade de calcular os custos unitários para, de um lado, ter um critério econômico da rentabilidade do sistema; de outro lado, para prever o custo da expansão suposta.
- b. Diferenças entre despesas e custos.  
Regras e métodos para o cálculo dos custos unitários por aluno. Enumeração e classificação das despesas correntes e das despesas de capital.
- c. O custo por aluno e o custo por aluno formado.
- d. Comparação com os custos unitários internacionais e regionais. Perigos das comparações internacionais.

SEMINÁRIO:

10,45, - 12

- II,4,B - Exercício para aplicação das regras e métodos expostos à situação local. Determinação dos custos unitários por Estado.

15 - 16,30

II,4,C - O custo da educação no Brasil

Relator: JACQUES TORFS.

- a. Análise das despesas da União, dos Estados, dos Municípios durante os últimos anos. Custos prováveis.
- b. Estimativa da contribuição do setor privado ao ensino durante o mesmo período.
- c. Evolução das relações entre as despesas totais em educação com o PIB.
- d. Determinação da percentagem do PIB que poderia e deveria ser gasta em educação.
- e. Comparação com a evolução em outros países.

SEMINÁRIO:

16,45 - 18

- II,4,D - Exercício para aplicação do mesmo método a cada Estado representado.

SEGUNDA SEMANA

5º DIA

PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9 - 10,30

II,5,A - A Nova filosofia da administração pública:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Princípios Gerais:

- a) eliminação das duplicações e paralelismos de providências e esforços voltados para os mesmos objetivos.
- b) reforço da coerência interna dos ministérios e secretarias de Estado, delimitação rigorosa das esferas de autoridade e responsabilidade.
- c) descentralização interna desses órgãos propiciando uma separação nítida entre as tarefas rotineiras e os processos decisórios.
- d) institucionalização do assessoramento especializado.
- e) descentralização externa, dando maiores responsabilidades ao poder estadual em relação ao poder federal; e às repartições regionais dos ministérios em relação às autoridades centrais dos mesmos.

2. Estruturação de uma verdadeira função pública:

- a) histórico sumário do DASP e da sua atuação.
- b) o Centro de Aperfeiçoamento previsto na atual Lei de Reforma Administrativa, para formação de altos funcionários federais; possibilidade da formação ou treinamento do alto funcionalismo estadual nesse centro, ou em órgãos similares.
- c) inspetorias e auditorias nos ministérios e, eventualmente, nas secretarias de Estado.

10,45 - 12,00

II,5,B - Novas técnicas administrativas.

Relator: JACQUES TORFS

- 1. Modificações básicas dos organogramas: funções Normativas e Executivas.

Integração dos Conselhos Estaduais de Educação numa estrutura administrativa moderna e lógica.

2.- Modernização dos sistemas de resumo, classificação e controle de dados administrativos e estatísticos. Utilização das fichas, dos Computadores Eletrônicos e demais sistemas de Controle de dados.

15,00 - 16,30    II,5,C - SEMINÁRIO:

Estudo de organogramas e sistemas administrativos dos Estados.



SEGUNDA SEMANA

6º DIA

NOVOS MEIOS DIDÁTICOS E NOVOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

II,6,A. Recapitulação dos meios didáticos disponíveis:

1. Os meios tradicionais e as suas limitações:

a. A exposição oral baseada: seja sobre o quadro negro, seja sobre um material de demonstração; normalmente seguida de uma avaliação da aprendizagem pela interrogação oral ou escrita.

b. Os manuais (ilustrados ou não).

2. Os meios modernos ( com demonstração a partir de experiências locais):

a. Os meios visuais:

- a fotografia sob a forma de diapositivos, de filmes fixos ou de imagens projetadas pelo epidiascópio;
- o cinema mudo;

b. Os meios auditivos:

- a gravação da voz humana ou de sinais sonoros pelo disco ou em fitas.
- o rádio, seja: programas culturais (ver a Universidade do Ar, rádio MEC...);
- programas educativos (aplicação do artigo 99);
- programas didáticos, no caso da alfabetização ou da educação de base (experiência do MEB...).

c. Os meios audio-visuais:

- o cinema sonoro seja: o cinema cultural (por exemplo, numa política cultural popular); como centro de atividades para as atividades de lazer (cine-clubes, por exemplo); seja: o cinema didático (ver a atividade do Instituto Nacional do Filme Educativo).
- A TV seja: como elemento cultural ( o seu uso e as suas possibilidades no circuito comercial);

seja: como meio didático, no caso, por exemplo, do circuito de TV fechado (no ensino universitário) ; TV educativa.

- d. As máquinas de aprender e a instrução programada;
- e. Os laboratórios linguísticos;

II,6,B. Grupos de estudo sobre os seguintes assuntos:

1. Possibilidades de reformulação dos meios tradicionais.
  - a. Confecção e introdução de material didático (ver as experiências do PABANE, dos recursos audiovisuais dos CRPE, o método Cuisinaire...)
  - b. Programa de reforma e reformulação dos compêndios e manuais escolares.
  - c. Avaliação da campanha do material escolar, seja ao nível federal, seja ao nível estadual.
2. Os problemas didáticos e pedagógicos no uso dos novos meios:
  - a. A utilização da imagem no ensino oral;
  - b. Organização da recepção rádio-teledifusa;
  - c. A seleção e a formação de pedagogos tele e/ou fotogênicos.
3. Organização de um ensino - em todos os níveis - por correspondência.
4. Análise das possibilidades que oferece o artigo 99 por exemplo, na LDB para a aplicação dos novos meios e processos.
5. Os custos e a rentabilidade dos novos meios:
  - a. O problema da fabricação, eventualmente importação, da manutenção e do conserto da aparelhagem.
  - b. O problema da difusão ao nível nacional: por cinematecas, uso dos vídeo-tapes; a solução do satélite para a TV educativa, etc.
  - c. Cálculo dos preços unitários de uma aula dada através de cada meio diferente.

TERCEIRA SEMANA

1º DIA

O ENSINO PRIMÁRIO

III,1,A. O ensino primário brasileiro na atualidade; as diretrizes preva-  
lecentes; as expectativas: uma exposição geral.

1.1.Aspectos quantitativos do ensino primário.

- A. Universalidade e gratuidade do ensino primário. As metas quantitativas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Crescimento demográfico e atendimento escolar. Realidade quanto a prédio, equipamento e pessoal docente.
- B. Necessidade de expansão da rede escolar primária e a perspectiva de extensão da escolaridade.
- C. Matrícula geral, e por série, e as conclusões de curso.

1.2.Carências qualitativas da escola primária brasileira.

- A. O rendimento escolar nas áreas urbanas e rurais, considera-  
do sob o ângulo da capacidade de retenção do aluno e a es-  
colarização legalmente fixada, com análise dos seguintes  
aspectos:
  - a. a dispersão das idades dos alunos dentro de cada série;
  - b. a concentração de matrículas na série inicial;
  - c. os conteúdos programáticos, o formalismo do ensino;
  - d. os padrões de verificação do aproveitamento escolar; a re-  
petência, a evasão; a promoção progressiva (automática);
  - e. o problema da evasão escolar e as condições sócio-econômi-  
cas dos alunos;
  - f. duração da vida escolar e a escolarização ideal e real; o  
regime de turnos nas escolas;
  - g. graduação do ensino e adaptação do currículo à psicologia  
infantil e à situação real das escolas e da comunidade;
  - h. recursos materiais e aspectos metodológicos; as práticas e  
educativas;
- B. Caráter terminal da escola primária e sentido propedêutico  
em relação ao ensino médio; problemas de articulação tendo  
em vista a maturidade emocional e intelectual das crianças;  
aspectos pedagógicos.



C. A supervisão do ensino primário; dificuldades técnicas e materiais para a efetivação da tarefa pedagógica pelos inspetores; exigências de qualificação para o exercício da função; o recrutamento e o aperfeiçoamento dos supervisores.

1.3. Administração e diretrizes programáticas.

- A. Os órgãos administrativos e técnicos do ensino primário nos Estados.
- B. O ensino primário na esfera da Administração Municipal
- C. A ação do MEC em termos de assistência técnica; articulação com as Administrações estaduais; diretrizes em vista.

III, 4, B.

Problemas específicos, para seminários em Grupos.

- a. promoção automática.
- b. ordenação do ensino à base da idade do aluno e ritmo de aprendizagens.
- c. adequação dos currículos e execução dos programas.
- d. repetência e deserção.
- e. extensão da escolaridade.
- f. articulação do ensino primário com o de nível médio.
- g. supervisão do ensino primário.
- h. relações entre Administração Estadual, Federal e Municipal.
- i. assistência alimentar e médica aos escolares.
- j. transporte escolar.
- k. educação pré-primária.

A EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

(Painel: quatro expositores para os 4 tipos de ensino médio e um coordenador; debates dentro do painel e do painel com o auditório)

9,00 - 12,00

III,2,A - SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO MÉDIO: secundário, técnico industrial, comercial e agrícola.*Relator: Profª Leulina Cavallho*

1. Rede escolar: distribuição geográfica; atendimento da população escolar; ensino público e ensino particular.
2. Instalações, equipamento e material didático.
3. Atendimento escolar: matrícula, promoção, repetência, deserção, conclusão.
4. Articulação com o ensino primário e o ensino superior; exame de admissão e exame vestibular; o problema dos "cursinhos".

14,30 - 16,00

III,2,B - OBJETIVOS E CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO: conferência - debate.*Relator:*

1. Objetivos: formação do homem? Capacitação profissional? Atendimento das necessidades sociais e do desenvolvimento nacional? Formação de mão-de-obra e qualificação de nível médio?
2. Conteúdo:
  - a. sua previsão através do currículo: princípios de organização na LDB; o lugar da educação geral e da formação técnica; a valorização dos estudos práticos; o atendimento das aptidões dos alunos e das diversidades regionais;
  - b. sua transmissão através do planejamento das atividades escolares, dos programas e métodos de ensino; variedade e adaptação; estímulo à experiência pedagógica;

c. sua avaliação através da verificação do progresso do aluno a partir dos objetivos: importância dos trabalhos escolares; a função do conselho de classe e da orientação vocacional e educativa; a colaboração da família; o papel da assistência social escolar.

Das 16,20 às 17,30: Trabalhos de grupos. Comunicações ao plenário.



A ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO (conferência - debate)

9,00 - 11,30

III,3,A - A Escola de Nível Médio

*Relator: Prof. Eulima Carvalho*

1. Escola média de primeiro ciclo: unidade, diversificação e equivalência de cursos; caráter vocacional e pré-profissional; ginásios industriais, ginásios vocacionais e ginásios orientados para o trabalho.
2. Escola média de segundo ciclo: caráter terminal, profissional ou propedêutico dos cursos.
3. Tendências atuais de renovação da escola média.

OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO DE NÍVEL MÉDIO (conferência - debate)

14,30 - 17,30

III,3,B - Outras Modalidades de Ensino de Nível Médio

*Relator:*

1. Cursos de aprendizagem industrial e comercial, de artesanato e de mestria. Escolas do SENAI e do SENAC.
2. Centros de educação rural. Cursos da SEAV.
3. Possibilidades de organização de outros cursos secundários ou técnicos.

TERCEIRA SEMANA

5º DIA

A EDUCAÇÃO PERMANENTE

III,5,A. Exposição que definirá a importância e a necessidade deste conceito.

1. As razões sócio-econômicas que permitem à Educação Permanente:
  - a. pensar na educação como processo conforme a uma sociedade em mudança e preocupada com seu futuro;
  - b. organizar o ensino como um sistema de que o "ensino escolar", no sentido tradicional constitui apenas um elemento;
  - c. facilitar uma síntese que ultrapassará as antinomias dos sistemas vigentes;
  - d. realizar a terceira revolução histórica: a democratização da cultura.
2. As razões antropológicas que fazem da Educação Permanente uma maneira:
  - a. de pensar no homem como um ser maturando; isto é, precisando sempre de aprender;
  - b. de fazer de qualquer experiência existencial, a qualquer momento da vida, uma ocasião de aprendizagem;
  - c. de resolver os conflitos de gerações.
3. As razões pedagógicas que ajudam a Educação Permanente a:
  - a. integrar todos os esforços dispersos evitando assim a fragmentação e as dicotomias.
  - b. responder à dupla necessidade da expansão quantitativa e do nível qualitativo.

III,5,B. Uma exposição indicando como as perspectivas que se abrem através da educação permanente permitem pensar no ensino atual como um sistema, isto é, um conjunto de etapas progressivas (os

graus ou níveis) e de possibilidades diversificadas (as modalidades) na aprendizagem.

1. A partir desta abordagem, surgem uma série de consequências práticas e de problemas, em particular no que diz respeito às articulações:

a. a articulação entre o primário e o médio, com as seguintes alternativas:

- introdução de uma ou duas séries complementares: a exemplo das 5ª e 6ª séries;
- reformulação radical do ciclo ginásial, cujos quatro anos articular-se-iam diretamente ao primário (isto é: um ciclo de escolarização, seguido de um ciclo básico) com uma estratégia planificada da implantação dos dois ciclos;
- um ciclo básico único de oito anos.

b. a articulação do médio com o superior, com as seguintes alternativas:

- introdução de um ciclo propedêutico universitário;
- o colégio universitário;
- criação de dois tipos para a última série colegial: uma terminal, outra prevestibular;
- os cursinhos como falsa solução.

2. No tocante à diversificação, poder-se-ão discutir os seguintes problemas:

a. nível primário:

- introdução ou não de 2 tipos de ensino: um "urbano", outro "rural" ?
- as modalidades da integração da escola ao meio;
- transformação do ensino "supletivo" numa educação de adultos.

b. nível médio:

- a diversificação implica um tronco comum básico e uma orientação escolar contínua e institucionalizada;
- a diversificação por tipos diferentes (secundário, científico, etc) ou por um sistema de créditos ?



- necessidade de ter depois do médio uma diversificação pós-colegial seja pela criação de um ensino pós-colegial de nível superior não universitário, seja pela diversificação dos cursos universitários.
- organização de uma política de juventude.

III,5,C. Discussão em grupos sobre as medidas necessárias à implantação do princípio da Educação Permanente.

1. Medidas legais relativas ao trabalho dos menores e à organização do "tempo livre"; revisão eventual de certos pontos da LDB.
2. Medidas administrativas seja ao nível ministerial ou estadual de maneira a ter organismos especializados; a criar um corpo de animadores profissionais; a coordenar as iniciativas privadas com os planos oficiais.
3. Medidas ligadas ao planejamento global e educacional de maneira a que sejam previstos planos a longo prazo de equipamentos, de formação de especialistas, etc.
4. Medidas que facilitarão o problema do financiamento.
5. Medidas pedagógicas, enfim, que, para cada nível, determinarão como se pode utilizar a fundo as capacidades ociosas e ampliar o que se realiza ainda de maneira solta.

TERCEIRA SEMANA

7º DIA

PROBLEMAS PEDAGÓGICOS E DO MAGISTÉRIO

III,7,A. Descrição do corpo docente brasileiro: uma exposição que inclua os seguintes pontos:

1. Dados quantitativos, focalizando de um ponto de vista geral e para cada nível:
  - a. O número de professores "leigos", definidos como sendo todos os que não tiveram a formação prevista para exercer plenamente a sua função atual;
  - b. a participação das mulheres na função docente, considerando as suas consequências profissionais, sociais e psicológicas (ver o relatório do CRPE);
  - c. a relação entre as obrigações profissionais e as formas de vencimento;
  - d. a organização profissional do corpo docente.
2. Avaliação do número de professores que deverão ser substituídos durante a realização do Plano Nacional de Educação; estimativa do número de professores que devem ser formados em função da expansão prevista dos sistemas de educação; avaliação do número de professores que podem ser formados através das instituições existentes (Escolas Normais, Faculdades de Filosofia e Faculdades de Educação). Comparação destes diferentes dados de maneira a decidir se a formação de professores deve ou não ser ampliada; e, se for o caso, em função de quais diretrizes.
3. Levantamento de todas as possibilidades de aperfeiçoamento, seja no exercício da profissão, seja por outros meios abertos ao corpo docente.

Em particular, avaliação:

  - a. dos diversos cursos organizados pelas Diretorias ministeriais;
  - b. dos cursos a cargo do DNE e do INEP;
  - c. da CAPES;

- d. dos cursos organizados pelas Secretarias e por entidades particulares.

III,7,B. Análise das medidas que deveriam ser tomadas para a aplicação, no Brasil, da recomendação sobre a condição do pessoal docente (BIE/UNESCO/OIT).

1. Análise do documento.
2. Incentivos para a profissionalização do corpo docente:
  - a. por uma formação mais intensa, mais curta e estritamente profissional, seja nas Faculdades de Educação, seja em Centros especializados;
  - b. as consequências da profissionalização sobre o sistema normal atual;
  - c. organização de uma carreira, dando-se particular atenção às relações entre o corpo docente de nível primário e médio, do médio e do superior;
  - d. estabelecimento de critérios objetivos para a remuneração, prevendo não só um salário adequado, como outras vantagens.
3. Criação de um corpo especializado de administradores e de especialistas em educação.
4. Criação - por exemplo, nas Faculdades de Educação - de um professorado especializado na formação de educadores em todos os níveis.
5. Ligação estreita da experimentação e da inovação pedagógicas com o aperfeiçoamento e a pós-graduação do corpo docente em exercício.

III,7,C. Discussão desses problemas gerais relacionados com os problemas específicos por nível. Assim:

Grupo I: magistério do nível primário.

- a. Análise das resoluções da Segunda Conferência Nacional de Educação referentes ao problema dos "leigos". Resultados e medidas que a experiência sugere.



- b. Discussão sobre a eventual necessidade de uma formação especializada para o magistério do pré-primário, do ensino em zona rural, do supletivo, etc.
- c. Possibilidade para o professorado primário de ensinar no primeiro ciclo do médio (ginasial).

Grupo II: o magistério do nível médio.

- a. Distinção entre o professorado do primeiro e do segundo ciclos.
- b. Necessidade de prever "especialistas", tais como: orientadores, assistentes sociais, psicólogos escolares, etc.
- c. Formação de um corpo docente especializado ou polivalente?
- d. Análise dos novos tipos de licenciatura.

Grupo III: o magistério de nível superior.

- a. Análise do estatuto do magistério recentemente.
- b. A seleção e o recrutamento do professorado incipiente na carreira.
- c. A organização da pós-graduação em relação ao problema da formação e do aperfeiçoamento do professorado.
- d. As formas mais adequadas de preparo pedagógico do professorado de nível superior.

TERCEIRA SEMANA

8º DIA

PROBLEMAS FINANCEIROS

9,00 - 10,30 - III,8,A - Custos e Despesas do Ensino

Relator:

1. Estrutura atual das despesas e dos custos de capital e de manutenção por aluno, por professor, série, por escolas, etc.
2. Aumentos prováveis nos próximos anos.
3. Situação provável em 1976.
4. Contribuição da União, dos Estados, dos Municípios, da iniciativa particular, no financiamento dos programas de despesas.
5. Problemas especiais: Fundos de Ensino Primário e Médio, Reservas financeiras das Universidades. Organizações financeiras estaduais (FUNDEPAR)

10,45 - 12,00 III,8,B - Custos e despesas de programas especiais

Relator: JACQUES TORFS

1. Custos da Educação Permanente.
2. Custos da Televisão educativa, e dos Novos Meios
3. Utilização dos créditos bancários nacionais e internacionais nos programas de ensino.

15,00 - 16,30 III,8,C - Seminário Geral sobre Custos de Ensino.

QUARTA SEMANA

1º DIA

MACRO-ECONOMIA E EDUCAÇÃO

9 - 10,30

IV,1,A - O lugar da educação na contabilidade nacional.

Relator: JACQUES TORFS

1. As despesas com o ensino têm uma influência direta sobre:
  - a) a taxa de formação de capital: o desenvolvimento da educação é acompanhado pela criação de ativos tangíveis (prédios e equipamentos) e intangíveis.
  - b) as relações médias e marginais entre os ativos nacionais e o produto nacional, o que se manifestará através de uma modificação do fator de produtividade.
2. Analisar-se-á as técnicas a serem utilizadas por um planejamento "global" para calcular a parte dos recursos humanos, físicos e financeiros que poderão ser destinados à Educação.
3. Demonstrar-se-á que a educação primária é também uma despesa de investimento. Se, muitas vezes, classifica-se este tipo de ensino como despesa de consumo, isto se deve a certas limitações inerentes aos sistemas de apresentação da contabilidade nacional.

10,45 - 12

IV,1,B - Interrelação entre os objetivos do plano e os recursos disponíveis.

Relator: JACQUES TORFS

1. Esta exposição continuará as discussões sobre a estrutura e a lógica dos planos de educação, já iniciadas durante as outras semanas, focalizando-se os aspectos técnicos da elaboração dos planos.
2. O ponto de vista macro-econômico define de um lado os objetivos previstos e a situação a ultrapassar e de outro lado, indica os recursos financeiros disponíveis para a realização dos objetivos. Pode acontecer que estes recursos sejam insuficientes para a



consecução dos objetivos, no momento oportuno. Podem, pois, surgir contradições que obrigam a rever:

- o cálculo dos recursos,
- os objetivos educacionais,
- os objetivos dos planos gerais de desenvolvimento;
- as condições típicas de cada região.

Um plano de educação só poderá tornar-se definitivo depois de um esforço complexo de reajustamento das variáveis que constituem suas bases.

3. As relações: objetivos/tempo/recursos, devem também ser consideradas dos pontos de vista psicológico e físico. Um plano de educação acelerada não pode se realizar se não existir um número suficiente de professores ou se as reformas administrativas, que deveriam acompanhá-lo não podem ser aplicadas rapidamente; ou se o público não está preparado para utilizar os novos meios educacionais que lhe são proporcionados.

15 - 18

IV,1,C - Seminário sobre as relações entre a macro-economia e os planos educacionais.

A discussão abrangerá sobretudo as implicações do plano nacional de desenvolvimento econômico no campo educacional.

QUARTA SEMANA2º DIAA CONTABILIDADE EDUCACIONAL

9 - 10,15

IV,2,A - Natureza e Conteúdo de um inventário permanente da educação.

Relatora: PROFESSORA ZÉLIA PAVÃO

1. A natureza das estatísticas existentes, a confiança que se pode nelas depositar, o seu grau de operatividade terão sido discutidos e uma análise das estatísticas educacionais brasileiras terá sido feita ao decorrer do 3º dia da 2ª semana.
2. A conferência IV,2,A descreverá a natureza e o conteúdo do sistema de inventário imprescindível para que um planejamento ininterrupto seja possível. Tal inventário deverá abranger os seguintes fatores:
  - estatísticas físicas (número de alunos, por classes e grupos de idade; número de professores, qualificações etc.)
  - estatísticas da população.
  - cadastros escolares (incluindo descrições das escolas e mapas da sua localização).
  - estatísticas financeiras; receitas e despesas.
3. A natureza exata das informações que devem ser disponíveis será discutida pormenorizadamente; a coordenação das estatísticas federais, estaduais e municipais será analisada, bem como as técnicas de mecanização e automatização dos dados estatísticos, e de classificação rápida destes dados.

10,45 - 12

IV,2,B - Uma nova contabilidade dos custos e rendimentos.

Relator: JACQUES TORRES

1. A fraqueza das informações disponíveis relativas aos custos e rendimentos da educação terá sido discutida no decorrer do 4º dia da 2ª semana.
2. A conferência II,4,A terá analisado alguns custos e rendimentos, tais como podem ser deduzidos das estatísticas financeiras atuais.
3. Dever-se-á descrever logo a natureza de um sistema de contabilidade válido. As informações disponíveis não permitem calcular os custos e rendimentos econômicos verdadeiros. É necessário introduzir novos conceitos, e notadamente:

- diferenciar entre DESPESAS e CUSTOS;
- fazer a distinção entre custos correntes e custos de investimentos;
- introduzir os conceitos da depreciação e dos juros dentro da contabilidade da educação;
- encarar o professor como ativo econômico; estudar os custos de investimentos e de operação dêste ativo e a sua depreciação.

4. Uma vez estabelecido um sistema de contabilidade válido , será possível escolher entre sistemas educacionais alternativos na base da comparação dos custos e rendimentos; e exemplos serão dados de custos calculados segundo antigos e novos métodos.

15 - 16,15

IV,2,C- Seminário sobre a elaboração e a utilização dos cadastros.

Os sistemas de elaboração e utilização dos cadastros e mapas educacionais serão explicados a partir de exemplos concretos.

16,30 - 18

IV,2,D- As estatísticas financeiras disponíveis no Ministério da Educação serão examinadas e criticadas; uma demonstração será feita das suas deficiências e dos meios de saná-las.



QUARTA SEMANA

3º DIA

DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA.

9 - 10,30 IV,3,A - Cálculo da demanda de mão-de-obra e especialistas.

Relator: JACQUES TORPS

1. A demanda de meios educacionais dependerá sobretudo de duas séries de fatores:
  - Imperativos sobretudo sociais, mas também econômicos, indicarão a demanda de educação primária e ginásial.
  - Imperativos sobretudo econômicos, mas também sociais, determinarão a demanda de educação colegial superior e permanente.
2. As diferenças entre os objetivos sociais e econômicos são mais aparentes do que reais. A realização dos objetivos sociais criará uma situação que favorável às atividades econômicas; e a realização dos objetivos econômicos, isto é, a criação de riquezas, automaticamente refletir-se-á sobre as condições sociais.
3. A técnica de cálculo da demanda de mão-de-obra será a seguinte:
  - Descrever-se-á brevemente a maneira pela qual pode ser estabelecido o inventário das disponibilidades atuais, pela análise das estatísticas populacionais, de emprego, de desemprego e das atividades industriais.
  - As necessidades futuras serão calculadas por projeções, pela análise dos objetivos econômicos e sociais gerais (o que pode incluir a correção dos desequilíbrios sociais ou regionais), pela análise dos planos gerais e setoriais de desenvolvimento econômico e social.
  - Os objetivos prováveis, em função das disponibilidades em mão-de-obra, serão traduzidos em objetivos educacionais e divididos entre zonas administrativas e geográficas, e entre os níveis de ensino.
  - Nota-se que uma política econômica e social coerente deve influir sobre a redistribuição geográfica da po-

pulação.

- Os planos de educação não podem restringir-se apenas à criação de um número suficiente de obras, de técnicos e de cientistas. Devem também levar em conta, e apoiar os objetivos estratégicos da política econômica geral.
- 4. Ao nível primário, ainda que seja possível calcular matematicamente as vantagens de uma educação primária completa (de 5 ou 6 anos) e universal, este esforço pode ser dispensado no Brasil, uma vez que este objetivo já está previsto na Lei. Serão discutidas e calculadas as implicações numa extensão da obrigatoriedade do Ensino sobre 8 anos de estudos.
- 5. Ao nível médio, o cálculo das necessidades em educação dependerá muito mais de considerações técnicas. A educação média não pode ser unicamente considerada como via de acesso ao ensino superior. Um Estado moderno para se desenvolver de maneira harmoniosa tem necessidade de empregados de escritório, de mecânicos, de eletricitas, de capatazes, isto é: de uma classe técnica que o nível primário por si só não pode formar. As projeções de empregos por setor, o estudo das necessidades em mão-de-obra de diversos graus de especialização, previstos nos planos nacionais e setoriais, permitirão estimular as demandas prováveis a curto, meio e longo prazo. O sistema educacional médio deverá ser reformulado de modo a permitir a satisfação desta demanda.
- 6. Ao nível superior, a orientação e os objetivos do ensino deverão ser revistos de uma maneira similar. Deve ser obtida uma definição clara das necessidades de engenheiros, arquitetos, dentistas, etc... como da oferta em educação; isto é: o sistema universitário deverá evoluir de maneira a produzir todos os anos as turmas desejadas.
- 7. É evidente que estes cálculos permitirão prever déficits temporários ou permanentes da estrutura da oferta em técnicos e especialistas com características especiais. Dever-se-á então estudar se a demanda poderá ser satisfeita pela criação de novos sistemas de ensino.

no (o ensino pós-colegial por exemplo); ou de novas faculdades (de física nuclear por exemplo); ou por uma política de imigração seletiva; ou por uma política de bolsas de estudos.

11 - 12      IV,3,B - Técnicas especiais de cálculo de demanda.

Relator: ARLINDO LOPES CORREA

Serão discutidos os resultados dos cálculos realizados pela EPEA para calcular a demanda de mão-de-obra e a população escolar provável em 1976.

13 - 18      IV,3,C - Seminário sobre o cálculo das necessidades em mão-de-obra.

Discutir-se-á diversos exemplos brasileiros, como por exemplo, o "Estudo para a formação de técnicos de nível médio no Estado do Paraná".



QUARTA SEMANA4º DIACONDIÇÕES CULTURAIS, POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS DO PLANEJAMENTOEDUCACIONAL

9 - 10,30

IV,4,A - Condições culturais e políticas:

- a) Algumas são requeridas para todo e qualquer planejamento: clima favorável não só à quebra dos padrões e expectativas da sociedade tradicional bem como ao disciplinamento da vida social no seu conjunto - existência de um tal clima no Brasil, depois de um período de desenvolvimento rápido e desenfreado.
- Possibilidade de difundir maciçamente a mística do plano, graças ao controle de parte ponderável dos mass-mídia; existência, nas elites políticas e econômicas, de uma ideologia do plano, capaz de captar-lhe o sentido racionalizador e a correspondência com o momento histórico brasileiro.
- Existência, no decorrer da realização do plano, de um movimento de opinião institucionalizado, capaz de pressionar os poderes públicos.
- b) Outras caracterizam mais especificamente o planejamento educacional:
  - o planejamento global no que diz respeito à parte educacional, deve levar em conta a multiplicidade das motivações (especificamente educacionais, culturais, sócio-políticas, etc...) dos educadores e dos educandos: tal multiplicidade é muito maior do que a referente às motivações dos empresários.
  - o que implica que o planejamento global, em relação ao setor educacional, lance mão da pesquisa sociológica; e por outro lado, dê ênfase às preocupações dos educadores, no decorrer da compatibilização intersetorial.
  - Paralelamente, a propaganda do plano deve insistir, desta vez junto aos educadores, aos educandos e às suas famílias, sobre a idéia de que a educação não é so um valor consumo e um investimento individual, e sim também um investimento coletivo.

10,45 - 12

IV,4,B - Condições administrativas

- a) Existência prévia da reforma administrativa geral: desejável no caso da simples reorganização dos sistemas educacionais (em particular dos seus órgãos de decisão) ela se torna imprescindível na do entrosamento da educação como planejamento global. Com efeito só a reforma administrativa geral pode:
- dar continuidade à execução de planos de longa duração, pela distinção que introduz ou reforça entre o administrador, cuja estabilidade ela tenta definir e garantir, e o político.
  - permitir a introdução das novas técnicas orçamentárias e de controle administrativo, sendo a adoção de tais técnicas dificilmente concebível dentro dos limites de um só ministério.
  - institucionalizar os órgãos e mecanismos de coordenação interministeriais encarregados quer da compatibilização dos planos setoriais dentro do plano global quer da execução ou do controle da execução deste plano.
  - redefinir, eventualmente por via constitucional, as relações entre o âmbito federal e o âmbito estadual, bem como - no seio de cada âmbito - entre os vários poderes, a fim de acelerar a elaboração, a execução e o controle do planejamento.
- b) Existência prévia da reforma administrativa dos órgãos educacionais de decisão: tal reforma, fortalecendo em particular o MEC, deve permitir aos educadores serem os principais responsáveis pelo planejamento educacional - quer no nível da formulação setorial quer no nível da compatibilização intersetorial.

C R O S E S

## Calendário Geral

	PRIMEIRA	SEGUNDA	TERCEIRA	QUARTA
<u>LUGAR</u>	<u>SEMANA</u>	<u>SEMANA</u>	<u>SEMANA</u>	<u>SEMANA</u>
SÃO PAULO	29/VIII/3-IX	-	-	29-I/3-II
CURITIBA	-	-	3-XI/II-XI	-
PÔRTO ALEGRE	-	26-IX/5-X	-	-
BRASÍLIA	5-IX/12-IX	-	-	6-II/10-II
BELO HORIZONTE	-	3-X/12-X	-	-
GOIÂNIA	-	-	16-XI/25-XI	-
RECIFE	12-IX/16-IX	-	-	-
FORTALEZA	-	-	21-XI/30-XI	-
BELEM	-	-	-	13-II/17-II
SALVADOR	-	10-X/19-X	-	-
RIO DE JANEIRO	19-IX/23-IX	17-X/26-X	28-XI/7-XII	27-II/3-III



C R O S E S

## Horário da Primeira Semana

(Agosto - Setembro 1966)

SÃO PAULO

MÊS	AG	AG	AG	SE	SE	SE
DATA	29	30	31	1	2	3
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F	-

BRASÍLIA

MÊS	SE	SE	SE	SE	SE	SE	SE	SE
DATA	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Su	2ª
CONFERÊNCIA	D	D	-	D	T	-	-	F

RECIFE

MÊS	SE	SE	SE	SE	SE	SE
DATA	12	13	14	15	16	17
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F	-

RIO

MÊS	SE	SE	SE	SE	SE	SE
DATA	19	20	21	22	23	24
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F	-

C R O S E S

## Horário da Segunda Semana

(Setembro - Outubro 1966)

Ptº ALEGRE

MÊS	SE	SE	SE	SE	SE	OC	OT	OT	OT	OT
DATA	26	27	28	29	30	1	2	3	4	5
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	-	-	T	T	T

BELO HORIZONTE

MÊS	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT
DATA	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	-	-	T	T	T

SALVADOR (Bahia)

MÊS	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	-	-	T	T	T

RIO

MÊS	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT	OT
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	-	-	T	T	T

C R O S E S

Horário da Terceira Semana

(Novembro - Dezembro 1966)

CURITIBA

MÊS	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
DATA	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA	4*	5*	6*	Sa	Do	2*	3*	4*	5*	6*	Sa
CONFERÊNCIA	X	F	F	X	X	F	D	D	D	$\frac{D}{T}$	X

GOIÂNIA

MÊS	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
DATA	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
DIA	4*	5*	6*	Sa	Do	2*	3*	4*	5*	6*
CONFERÊNCIA	F	F	F	X	X	D	D	D	D	T

FORTALEZA

MÊS	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	DE
DATA	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	1
DIA	Do	2*	3*	4*	5*	6*	Sa	Do	2*	3*	4*	5*
CONFERÊNCIA	X	F	F	F	F	F	X	X	D	D	T	

RIO

MÊS	NO	NO	NO	NO	DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE
DATA	27	28	29	30	1	2	3	4	5	6	7	8
DIA	Do	2*	3*	4*	5*	6*	Sa	Do	2*	3*	4*	5*
CONFERÊNCIA	X	F	F	F	F	F	X	X	D	D	T	X



C R O S E S

Horário da Quarta Semana

(Fevereiro - 1967)

SÃO PAULO

MÊS	JA	JA	JA	FE	FE	FE	FE
DATA	29	30	31	1	2	3	4
DIA	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	x	T	T	T	$\frac{T}{D}$	$\frac{T}{F}$	x

BRASÍLIA

MÊS	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	-
DATA	5	6	7	8	9	10	11	
DIA	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	
CONFERÊNCIA	x	T	T	T	$\frac{T}{D}$	$\frac{T}{F}$	x	

BELEM

MÊS	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE
DATA	12	13	14	15	16	17	18
DIA	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	x	T	T	T	$\frac{T}{D}$	$\frac{T}{D}$	x

RIO

MÊS	FE	FE	FE	MA	MA	MA	MA
DATA	26	27	28	1	2	3	4
DIA	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	x	T	T	T	$\frac{T}{D}$	$\frac{T}{F}$	x

C R O S E S

<u>SEMANAS</u>	<u>NÚMERO DE DIAS DA PRESENÇA</u>		
	<u>D</u>	<u>T</u>	<u>F</u>
Primeira	20	20	20
Segunda	8	12	12
Terceira	12	4	16
Quarta	20	20	20
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	60	56	68

<u>NÚMERO DE DIAS DE CONFERÊNCIA</u>			
Primeira	12	4	4
Segunda	8	12	12
Terceira	12	4	16
Quarta	2	16	2
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	34	36	34

PRIMEIRA SEMANA

1º DIA

COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS  
SISTEMAS DE EDUCAÇÃO (CROSE)

9 - 10,15

I,1,A - Objetivos dos "CROSE" (exposição):

Os "CROSE" se propõem:

- a) a realizar um balanço ao mesmo tempo sintético e pormenorizado da realidade educacional brasileira, dos seus pontos fortes e das suas deficiências, encarados à luz, simultaneamente, dos fins humanísticos tradicionais e dos fins próprios da era da civilização industrial.

Haverá de explicitar êsses fins todos, principalmente os que possuem um caráter marcadamente social (sejam quais forem os benefícios que sua realização traz para o indivíduo). Insistir-se-á, notadamente, sobre os fins :

- sócio-econômicos: desenvolvimento da coletividade nacional; multiplicação das oportunidades de mobilidade vertical.
- sócio-culturais: integração refletida do indivíduo à sociedade global e às comunidades (família, grupos profissionais, etc. ...) nela pertencentes; multiplicação das oportunidades de ascensão cultural (a educação aparecendo, aqui, como valor consumo).
- sócio-políticos: multiplicação das oportunidades de atitudes políticas lúcidas.



b) de estudar meios de racionalização dos sistemas educacionais estaduais, com vistas aos fins acima referidos (poder-se-á, eventualmente, sugerir critérios de opção ou hierarquização entre os próprios fins, caso a sua realização simultânea se torne - parcial ou totalmente - impossível), atendendo-se:

- à Lei de Diretrizes e Bases
- ao Plano Nacional de Educação
- às recomendações das conferências e seminários internacionais sobre educação.

10,45 - 12

I,1.B - Espírito e Programa dos "CROSE" (exposição):

Espírito:

Caráter antes didático do que operacional dos "CROSE", que não podem constituir senão uma introdução ao planejamento efetivo. O caráter didático dos "CROSE" tem, porém, de ser bem entendido:

- a) As exposições ex cátedra limitar-se-ão/-salvo nos assuntos muito técnicos - a uma colocação dos problemas em foco: uma tomada de posição em relação a eles devendo resultar dos diálogos a serem instaurados nos seminários.
- b) Conforme vimos, os "CROSE" não têm uma finalidade acadêmica: devem propiciar, numa etapa ulterior, o desencadeamento de toda uma série de ações racionalizadoras dos sistemas estaduais de educação. Devem facilitar notadamente a confecção ou o aperfeiçoamento dos Planos Estaduais. Por outro lado, muitos temas só poderão ser devidamente equacionados na medida em que serão captados a partir de

dificuldades educacionais concretas (encontradas, de preferência, no âmbito estadual), trazidas pelos participantes.

O aspecto didático dos "CROSE" poderia, pois, ser melhor qualificado de "didático operacional".

Programa:

Os "CROSE" se desdobrarão em 4 etapas:

- a) uma (ainda 1ª semana) destinada em parte a completar a apresentação dos conceitos fundamentais para os "CROSE" (educação, desenvolvimento, organização, planejamento, etc. ...); em parte a inventariar as demarches e os instrumentos destinados à descrição e avaliação da realidade educacional brasileira. Duração desta fase: 5 dias.
- b) Descrição e avaliação da realidade educacional brasileira. Duração desta fase: 10 dias.
- c) Sugestões para melhoria organizacionais a curto prazo. Duração desta fase: 10 dias.
- d) Conceituação dos métodos e técnicos do planejamento educacional. Duração desta fase: 5 dias.

15 - 18

I,1,C - Seminários:

- a) Dois grupos de discussão serão formados, para debater sobre os pontos A e B, respectivamente.
- b) Depois de 1 hora e meia de discussão, o plenário reunir-se-á novamente, a fim de apresentar eventuais emendas para o temário e as discussões ulteriores.

PRIMEIRA SEMANA2º DIAEDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- 9 - 10,15      I,2,A    - As relações recíprocas entre educação e desenvolvimento  
(exposição):
- Causalidade circular cumulativa entre educação e desenvolvimento (bem como entre falta de educação e subdesenvolvimento) - as noções de "fator residual" e de "capital humano".
- No decorrer dessa exposição a noção de educação será conceituada em vários sentidos: no sentido restrito, como processo de ensino; no sentido amplo, como incluindo todos os processos de formação de recursos humanos.
- 10,45 - 12,45      I,2,B    - Seminários sobre o tema acima:
- Três grupos serão formados para debater, respectivamente:
- a) sobre as contribuições do desenvolvimento à educação;
  - b) sobre as contribuições da educação ao desenvolvimento;
  - c) sobre a importância prioritária de umas ou outras, num país em vias de desenvolvimento rápido como o Brasil.
- 15 - 16,15      I,2,C    - A racionalização dos sistemas educacionais (exposição):
- a) O processo circular cumulativo educação - desenvolvimento só pode ser ativado mediante ações racionalizadoras, destinadas em particular a poupar recursos por definição escassos; sugestões, neste particular, das conferências e seminários internacionais sobre Educação.
  - b) os dois graus da racionalização (a análise destes graus será retomada, pormenorizadamente, no decorrer das 3ª e 4ª semanas):
- a Organização, entendida como todo processo de racionalização limitada, tanto no que diz respeito ao seu pon-



to de aplicação (um sub-sistema ou, eventualmente, um sistema - por exemplo o sistema educacional nacional - considerado independentemente, pelo menos até certo ponto, da sua integração desejável a um ou vários outros sistemas sociais mais amplos) quanto no concerne ao seu prazo (que deve ser curto ou, no máximo, médio).

- o Planejamento, entendido como todo processo de racionalização integradora, visando à articulação de um sub-sistema ou de um sistema a um ou vários outros sistemas mais amplos, principalmente ao sistema socioeconômico nacional encarado à luz de seu crescimento desejável, o que implica em projeções a médio e a longo prazo.

Haverá de salientar que muitos processos se situam numa zona intermediária entre organização e planejamento. Assim, por exemplo, a formulação dos planos estaduais de educação, na medida em que importa, simultaneamente, na definição de tarefas urgentes e num esboço de integração da educação local ao Plano Nacional de Educação e ao sistema econômico nacional.

- c) Características específicas da organização e do planejamento educacionais - As responsabilidades inalienáveis dos educadores em matéria de planejamento educacional.

I,2,D - Seminários sobre os temas acima:

Procedimento idêntico ao do II,2,B.

PRIMEIRA SEMANA3º DIACRITÉRIOS ADMINISTRATIVOS E ANÁLISE SOCIOLÓGICA

9 - 10,15

I,3,A - As várias abordagens da realidade educacional (exposição):

- a) No decorrer dos CROSE a realidade educacional brasileira, e os projetos suscetíveis de remodelá-la, serão encarados sob diversos ângulos: eficiência administrativa, relações entre a esfera educacional e as outras esferas sociais, custos e financiamento do ensino, rendimento pedagógico.
- b) Cada uma dessas abordagens reclamará, por sua vez, a existência de um aparelho estatístico não só volumoso bem como alicerçado em bases metodológicas seguras.
- c) A segunda parte da primeira semana está justamente destinada a elaborar a metodologia das várias abordagens - sobretudo a estatística - e a delinear os principais problemas a serem por elas enfocados.

10,45 - 12

I,3,B- CrITÉrios de avaliação do rendimento administrativo (exposição):

- a) A administração educacional atual e os projetos de reformas - concernentes, notadamente, aos órgãos encarregados da política educacional - serão encarados à luz de princípios tais como:
  - harmonização, visando a tornar impossível as duplicações e os paralelismos de providências e esforços voltados para os mesmos objetivos, bem como prevenindo processos perturbadores da ação conjunta;
  - coordenação, visando a assegurar coerência interna entre as diversas unidades reunidas no MEC ou nas Secretarias de Estado, a fim de facilitar o controle e impulsionar sua atividade.

Institucionalização do assessoramento especializado e estebelecimento de órgãos próprios para isso.

Descentralização, visando a desvencilhar os chefes executivos das tarefas rotineiras e repetitivas, para que possam dedicar-se a assuntos de magna importância, como sejam formular planos de trabalho e diretrizes, apreciar assessoramentos, controlar planos e verificar o cumprimento de ordens.

Função Pública, eventualmente em moldes parecidos com os da "Fonction Publique" francesa, a fim de assegurar, através das mudanças políticas, a continuidade da atuação administrativa.

etc... etc...

- b) Os custos de ensino serão objeto de uma apreciação crítica, a partir de comparações internacionais, descontando-se, para medir o rendimento administrativo, a influência eventual dos fatores propriamente pedagógicos.

15-16,15

I,3,C - A análise sociológica (exposição):

Ela deverá focalizar, principalmente:

- a) as relações entre a estrutura social e o sistema educacional: adequação global do segundo à primeira, mas também possibilidade de adiantamentos e atrasos, originando não só conflitos como reestruturações fecundas.
- b) O papel desempenhado por determinados tipos de ensino e escolas, no sentido de manter ou fortalecer determinados status e estruturas sociais - As várias modalidades dêsse papel: seletividade social no recrutamento e nas promoções dos alunos, quer pelo dinheiro quer pela natureza dos testes propostos; conteúdo do ensino, mais condizendo com as tradições ou os interesses de determinadas categorias; a estrutura administrativa do ensino, as modalidades de recrutamento do corpo docente, os seus estatutos; o magistério, como canal de acesso a certos status ou como dedorrên



cia dêles.

- c) A escola como instrumento de promoção de novos valores , de mobilidade socio-cultural para as categorias desfavorecidas, de formação de uma nova elite político-econômica - as relações recíprocas entre as mentalidades "empresarial", tecnocrática" etc... e o ensino de certas escolas superiores.

16,45 - 18

I,3,D - Seminários:

Vários grupos serão formados, para debater os temas acima.

PRIMEIRA SEMANA

4º DIA

AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

9 - 10,15

I,4,A - Crítérios de avaliação das estatísticas em geral  
(exposição):

- a) Como avaliar o grau de confiança que se possa depositar numa Estatística?
- b) Como avaliar a operatividade de uma Estatística, em relação a determinado problema?

10,15 - 12

I,4,B - Seminário sobre os temas acima:

O expositor ou seus colaboradores, respondendo às perguntas dos participantes (reunidos em plenários ou divididos em grupos), esclarecerão os pontos difíceis, utilizando principalmente exemplos extraídos da realidade brasileira.

15 - 16,15

I,4,C - Bases para a formação e a análise das Estatísticas econômicas de educação (exposição):

- a) A determinação dessas bases será encarada, simultaneamente, como exemplo para a aplicação dos critérios acima, e como elaboração de um instrumento destinado, ulteriormente, a avaliar os gastos e o financiamento da educação brasileira.
- b) Poderão ser evocadas as bases propostas pela UNESCO, para a preparação do próximo seminário regional (Santiago) de assistência técnica sobre inversões em educação na América Latina.

16,45 - 18

I,4,D - SEMINÁRIOS

Procedimento idêntico ao da parte da manhã.

REESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA PEDAGÓGICA

9 - 10,15

I,5,A. - Estratégia e tática da "pesquisa em ação" (exposição):

- a) Uma longa exposição mostrando que, numa situação caracterizada pela escassez dos recursos e pela urgência dos problemas, é normal que este tópico/<sup>veja</sup> considerado - a prióri- como secundário. De um lado, porque formar especialis tas quando faltam professôres, administradores, equipamen tos e salas de aulas? De outro lado, porque esperar os resultados de longas pesquisas diante da pressão das neces sidades?
- b) É necessário, pois, redefinir a função atual da pesquisa, levando em conta as características da situação concreta. A pesquisa será:
  - ligada estreitamente à atividade de avaliação, fundamental para qualquer racionalização; a pesquisa é uma avaliação quantitativa e crítica das qualidades do corpo docente, do currículo, das técnicas e do material usados; tem de veri ficar os resultados de qualquer inovação (exemplo: a influ ência da praxe dos "turnos" na aprendizagem real)
  - mais do tipo "survey" - isto é: estudo que visa a compreen são dos fatos básicos de uma situação dada - do que "expe rimental" - isto é: de mudança artificialmente provocada para melhorar em seguida um sistema; o seu alvo será de verificar e de aprofundar os dados estatísticos para abarcar toda uma situação tôda uma situação (exemplo: as razões do baixíssimo rendimento da 1ª série do primário).
- c) Também, no caso de uma decisão a ser tomada, a pesquisa de verá:
  - reunir, o mais objetivamente possível, os dados que permi tirão evitar que a decisão seja só motivada por opiniões (exemplo: o problema da admissão à universidade e o 3º ano colegial);
  - na medida do possível e quando o assunto o permitir, quan tificar os argumentos para permitir um tratamento mais rá pido e a comparação com outras soluções. (Exemplo: o tempo necessário para formar um professor aos diversos níveis).
- d) Em consequência, a estratégia da pesquisa depende da defi nição da pesquisa como "pesquisa em ação" e influirá sôbre a organização da seguinte maneira:
  - será raramente uma pesquisa acadêmica; a menos que, na perspectiva de um planejamento integral, seja necessário proceder a uma pesquisa fundamental - isto é: que modifi-



- ca ou completa uma parte da teoria educacional vigente;
  - será sobretudo uma pesquisa aplicada - isto é: diretamente orientada para problemas específicos, concretos e limitados - obrigando a uma estreita ligação com a praxe educacional e reduzindo a pesquisa "pura";
  - não será muito urgente formar pesquisadores especializados, mas bem difundir uma mentalidade de observação sistemática, de avaliação contínua dentro do corpo docente em atividade, apoiando em particular os professores que inovam; isto poderá se fazer através do programa de supervisão e por centros diretamente ligados às Secretarias de educação;
  - será importante que através da inspeção e da supervisão, as observações, as inovações, isto é: a informação em geral, circulem intensamente.
- e) Enfim, isto implica a seguinte tática:
- eliminação sistemática do caráter esotérico da pesquisa e preocupação para a sua vulgarização;
  - revisão e sistematização da terminologia em uso, como um esforço de normalização dos instrumentos (em particular dos testes ):
  - organização ao nível nacional de uma rede de informação; eventualmente através do sistema do INEP, do CBPE e dos CRPE, devidamente reformados;
  - elaboração de uma política nacional de publicações, seja de revistas, de livros ou de boletim.

10,45 - 12

I-5-B Exemplos de "pesquisa em ação" (exposição seguida de um seminário):

- a) Uma breve apresentação de uma seleção de pesquisas que já foram realizadas no Brasil dentro deste espírito.
- b) Debate geral sobre a exposição a partir destes exemplos
- c) Propostas para a reorganização prevista.

SEMINÁRIOS:

15 - 18

I-5-C. Trabalhos de grupos, cada um analisando um (ou uns) projeto(s) de "pesquisa em ação", tendo em vista:

- a) a sua relevância;
- b) a sua rentabilidade;
- c) o seu orçamento e
- d) a sua difusão.

SEGUNDA SEMANA

1º DIA

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL

BRASILEIRA: O NÍVEL PRIMÁRIO

9 - 10,15

II-1-A - Avaliação do rendimento da escola primária brasileira.

(Exposição):

- a) Dar-se-á uma visão objetiva e a mais quantitativa possível, das deficiências qualitativas da escola primária.
- b) Estimar-se-á o rendimento escolar, isto é a capacidade do ensino em reter os alunos e em lhes dar uma escolarização completa a partir:
  - do cálculo do índice de retenção e portanto dos desperdícios por tipo de ensino, por série, por professor e pela localização;
  - do índice de estagnação escolar em função da evolução das matrículas, das repetições, e suas consequências sobre a desordem das idades que impede uma graduação da aprendizagem escolar;
  - a influência da praxe do "desdobramento" e do "tresdobramento" dos turnos sobre o tempo passado efetivamente na escola.
- c) Na exposição, analisar-se-á também, a aplicação real do currículo, estudando:
  - o tempo consagrado em cada série às diversas disciplinas;
  - as dificuldades materiais encontradas na aplicação do currículo;
  - a adaptação do currículo à situação real da escola, da comunidade e à psicologia infantil;

- a sua adequação à situação singular das "escolas isoladas".

- d) Enfim, dar-se-á uma idéia dos fatores sócio-econômicos que influem sobre a vida escolar, e até que medida podem explicar a alta taxa de deserção neste grau.

10,45 - 12

II-1-B - Trabalhos de grupos, destinados a avaliar a validade da exposição para cada Estado, valendo-se dos resultados do Censo Escolar de 1964.

15 - 16,30

II-1-C - Caracterização do corpo docente primário(exposição):

- a) Esta exposição será mais curta, visto que aproveitará e resumirá o material reunido para a IIª Conferência Nacional de Educação.
- b) Insistir-se-á sobre as dimensões sócio-econômicas da situação do professorado:
- o fato que o professorado é uma profissão que sempre mais se feminiza;
  - as repercussões psicológicas da feminização;
  - as consequências pedagógicas da ausência de motivação profissional;
  - a relação entre os vencimentos, o salário-mínimo e o nível de vida que devia corresponder;
  - as outras vantagens materiais que foram concedidas ao professorado;
  - o nível e a qualificação profissionais
  - as condições materiais em que se dá o ensino, sobretudo nas zonas rurais.



16,45 - 18

II-1-D - As tarefas pedagógicas da inspeção.

- a) Breve exposição sobre os impecilhos que encontram os inspetores para desenvolver a sua tarefa pedagógica.
- b) Analisar as dificuldades práticas que encontraram os supervisores na sua tarefa específica.
- c) Balanço dos esforços para animar, "reciclar", aperfeiçoar o corpo docente pelas "semanas educacionais" e outras iniciativas estaduais.
- d) Estudo de grupos sobre as duas últimas exposições para verificar a validade da descrição.
- e) Avaliar o que já se fez depois da IIª Conferência para melhorar a situação.

SEGUNDA SEMANA

2º DIA

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL

BRASILEIRA: O NÍVEL MÉDIO

9 - 10,15

II-2-A - Formação do corpo docente primário (exposição):

- a) Nesta exposição, avaliar-se-á a capacidade das Escolas normais, dos Institutos de Educação e dos Centros em geral, de maneira a poder apreciar o déficit ou superavit provável em professores.
- b) Esta avaliação também deve levar em conta que muitos alunos não se formaram para serem professores, e sim apenas para terem um diploma de nível médio. É importante, pois, caracterizar a clientela destas instituições, as suas aspirações e os seus interesses vocacionais.
- c) Características da pedagogia dada segundo o tipo de estabelecimento.
- d) A importância das escolas de demonstração: as consequências nefastas da sua ausência.
- e) Valor e sentido dos cursos de especialização dos Institutos de Educação.
- f) Origem e formação dos professores do ensino normal.

SEMINÁRIOS:

10,45-12

II-2-B - Grupos estudarão a validade desta análise para cada Estado considerado, levando em conta a pesquisa realizada pelo INEP.

15 - 16,30

II-2-C - Condição de funcionamento dos estabelecimentos de ensino médio (exposição):

- a) Sendo que os estabelecimentos do ensino médio são os mais procurados, importa que seja avaliada rigorosamente a sua produtividade. Avaliar-se-á, pois, o grau de utilização efetiva dos prédios, das instalações e do

equipamento segundo os ramos e a localização dos estabelecimentos.

- b) Estudar-se-ão também o grau de utilização do corpo docente disponível (quanto ao tempo dedicado ao ensino: a proporção de alunos por professor).
- c) Sendo que o currículo implica um mínimo de condições materiais para ser preenchido, analisar-se-ã as disponibilidades.
- d) Estudar-se-á como as subvenções são utilizadas para remediar esta situação.
- e) Já que a LDB favoreceu a diversificação do currículo, far-se-á um balanço das matérias escolhidas e da dotação em horas de cada uma.
- f) Estudar-se-á até que ponto as condições materiais impedem a utilização plena das possibilidades da LDB.
- g) Avaliar-se-á o valor pedagógico e o funcionamento das inspetorias federal e estadual.

SEMINÁRIOS:

16,45 -18

II-2-D- Estudo de grupos sobre a validade desta análise para cada Estado considerado. - Exemplos de cadastros.



SEGUNDA SEMANA

3º DIA

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL

BRASILEIRA: O NÍVEL SUPERIOR

9 - 10,15

II-3-A - A condição estudantil (exposição):

- a) Exposição, focalizando o rendimento dos estudos no ensino superior levando em conta:
  - o número e a distribuição dos fracassos e da evasão;
  - a duração média dos estudos por curso e por estabelecimento;
  - o regime de trabalho real.
- b) Análise das dificuldades materiais dos estudantes levando em conta sobretudo as dificuldades de transporte (no caso das "cidades universitárias"), de equipamento e de lugares de estudo.
- c) Caracterização do nível sócio-econômico da população estudantil e
- d) O problema da gratuidade deste nível.

SEMINÁRIOS:

10,45 - 12

II-3-B - Trabalho de grupos sobre os dados fornecidos pela CAPES para cada região do país.

15 - 16,30

II-3-C - O estatuto do magistério superior (exposição):

- a) Exposição analisando a situação do corpo docente superior.
- b) As suas relações, quantitativa e qualitativa, com os estudantes.

- c) A ausência de uma pedagogia do ensino superior e as razões desta ausência.
- d) O difícil equilíbrio entre as diversas funções que, segundo a LDB, o corpo docente deveria desempenhar; relações difíceis, em particular, entre a pesquisa e o ensino, segundo os cursos e segundo a localização geográfica.
- e) As possibilidades de aperfeiçoamento, de pósgraduação e de renovação oferecidas; o trabalho da CAPES.
- f) O problema da formação de novos professores e a carreira universitária.

SEMINÁRIOS:

16:45 - 18

II-3-D - Trabalhos de grupos sobre os dados fornecidos pela CAPES para cada Estado.

SEGUNDA SEMANA

4º DIA

OS OBSTÁCULOS SÓCIO-CULTURAIS E AS DEFICIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

9 - 10,45

II-4-A - O contexto social do ensino - (Exposição):

- a) Situações e motivações desfavoráveis à frequência da escola primária, dando-se uma atenção particular ao problema das "escolas isoladas"; à escolha dos ramos secundários técnicos; às carreiras de professor primário (consideradas como atividades subsidiárias, principalmente para mulheres).
- b) As expectativas exageradamente individuais <sup>listas</sup> em relação ao ensino secundário, encarado sobretudo como instrumento de promoção ou de conservação de status sociais.
- c) Incentivos à multiplicação das Faculdades de Filosofias (e acessoriamente das Faculdades de Direito), utilizadas como instrumento de promoção, de reprodução e sustentação de determinadas camadas sociais.
- d) Desnível entre a politização aparente do elemento estudantil e a falta de aceitação de responsabilidades sociais efetivas.

10,45 - 12

II-4-B - Deficiências gerais da administração pública brasileira. (Exposição):

- a) A dispersão das funções de governo entre excessivo número de ministérios, autoridades, agências, acarretando a difusão da autoridade e da responsabilidade e a inadequada direção dentro do governo para a formulação da política, para a elaboração e a execução dos programas.



- b) A ausência de delegação de autoridade por parte das autoridades centrais dos ministérios às repartições regionais.
- c) A inexistência de uma verdadeira "Fonction Publique".
- d) As várias manifestações do empreguismo.

15 - 16,30

II-4-C - Deficiências particulares da administração escolar.  
(Exposição):

- a) Direções ministeriais insuficientemente articuladas entre si e com as secretarias estaduais de educação.
- b) Ausência de um verdadeiro órgão de coordenação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, permitindo aos educadores fazerem ouvir suas legítimas aspirações, sendo respeitadas as exigências de integração da educação ao do desenvolvimento econômico e social.
- c) A falta de operatividade de certas secretarias estaduais de educação.
- d) A inadequação da rede de inspeção primária, notadamente no que tange à multiplicação dos órgãos encarregados da sua realização.
- e) O desenvolvimento <sup>1</sup>espontâneo do ensino secundário privado.
- f) O sistema da cátedra, a autonomia exagerada e a má distribuição geo-social das universidades.

SEMINÁRIOS:

16,45 - 18

II-4-D - Grupos discutirão as deficiências apontadas em A, B, C, respectivamente. Na medida do possível, propor-se-ão conclusões a serem adotadas no plenário.

SEGUNDA SEMANA4º DIAOS OBSTÁCULOS SÓCIO-CULTURAIS E AS DEFICIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

9 - 10,45

II-4-A - O contexto social do ensino - (Exposição):

- a) Situações e motivações desfavoráveis à frequência da escola primária (dando-se uma atenção particular ao problema das "escolas isoladas"); à escolha dos ramos secundários técnicos; às carreiras de professor primário (consideradas como atividades subsidiárias, principalmente para mulheres).
- b) As expectativas exageradamente individualistas em relação ao ensino secundário, encarado sobretudo como instrumento de promoção ou de conservação de status sociais.
- c) Incentivos à multiplicação das Faculdades de Filosofias (e acessoriamente das Faculdades de Direito), utilizadas como instrumento de promoção, de reprodução e sustentação de determinadas camadas sociais.
- d) Desnível entre a politização aparente do elemento estudantil e a falta de aceitação de responsabilidades sociais efetivas.

10,45 - 12

II-4-B - Deficiências gerais da administração pública brasileira. (Exposição):

- a) A dispersão das funções de governo entre excessivo número de ministérios, autoridades, agências, acarretando a difusão da autoridade e da responsabilidade e a inadequada direção dentro do governo para a formulação da política, para a elaboração e a execução dos programas.

- b) A ausência de delegação de autoridade por parte das autoridades centrais dos ministérios às repartições regionais.
- c) A inexistência de uma verdadeira "Fonction Publique".
- d) As várias manifestações do empreguismo.

15 - 16,30

II-4-C - Deficiências particulares da administração escolar.  
(Exposição):

- a) Direções ministeriais insuficientemente articuladas entre si e com as secretarias estaduais de educação.
- b) Ausência de um verdadeiro órgão de coordenação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, permitindo aos educadores fazerem ouvir suas legítimas aspirações, sendo respeitadas as exigências de integração da educação ao do desenvolvimento econômico e social.
- c) A falta de operatividade de certas secretarias estaduais de educação.
- d) A inadequação da rede de inspeção primária, notadamente no que tange à multiplicação dos órgãos encarregados da sua realização.
- e) O desenvolvimento espontâneo do ensino secundário privado.
- f) O sistema da cátedra, a autonomia exagerada e a má distribuição geo-social das universidades.

SEMINÁRIOS:

16,45 - 18

- II-4-D - Grupos discutirão as deficiências apontadas em A, B, C, respectivamente. Na medida do possível, propor-se-ão conclusões a serem adotadas no plenário.



SEGUNDA SEMANA

5º DIA

A LEI DE DIRETRIZES E BASES

Ela será focalizada, essencialmente, sob o ponto de vista da sua contribuição, positiva e negativa, ao rendimento administrativo do sistema educacional brasileiro, não se excluindo, porém, a consideração do ângulo pedagógico.

9 - 10,15

II-5-A - Pontos positivos (Exposição):

A lei prescreve:

- a) Uma ação descentralizadora, "funcional ou articulada", que aumenta as responsabilidades estaduais e municipais; progressos, nêsse sentido, em relação às Leis Orgânicas do período 1942 - 1959.
- b) A elaboração de um planejamento nacional de educação articulado com os planos estaduais.
- c) A obrigação de levantar regularmente o número de crianças escolarizáveis.
- d) O estabelecimento de um currículo flexível no grau médio com um núcleo nacional e a possibilidade de adaptações regionais.
- e) A avaliação do trabalho escolar pelos próprios estabelecimentos.

10,45 - 12

II-5-B - Pontos negativos (Exposição):

- a) Ausência de uma orientação pedagógica nos ensinos médio e primário.
- b) Insuficiente preocupação com a formação de professores para o ensino médio, das condições de trabalho do corpo docente, o descuido para com o ensino normal.

- c) Sobrecarga do CFE, que não dispõe dos órgãos técnicos e administrativos requeridos pela sua tarefa.
- d) Pulverização da ajuda federal aos Estados e aos Municípios.
- e) Insuficiência dos controles destinados a disciplinar as iniciativas dos Municípios, no que tange à criação de estabelecimentos de ensino secundário e superior.
- f) Equiparação arbitrária dos três fundos de ensino (30 por cento para cada um).

SEMINÁRIOS:

15 - 18

II-5-C - Vários grupos de discussão para debater os pontos acima, estudando-se em particular o impacto da LDB sobre a evolução do ensino em cada Estado.

SEGUNDA SEMANA

7º DIA

A FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA E AS NECESSIDADES NACIONAIS

9 - 10,45

11-7-A - Os diversos tipos de formações existentes (Exposição):

- a) Avaliação das diversas maneiras de formar a mão-de-obra no Brasi.
- b) Apreciação crítica do ensino médio industrial, comercial e agrícola; as distorsões da sua implantação; as suas deficiências qualitativas e quantitativas.
- c) Balanço da obra realizada respectivamente, pelo SENAI e pelo SENAC; as suas limitações.
- d) A aprendizagem na empresa; os seus resultados quantitativos.
- e) A evolução da formação de profissionais pelo ensino superior.

10,45 - 12

II-7-B - O deficit em mão-de-obra (Exposição):

- a) Focalização do deficit nos diversos níveis e de modo global: deficit de escolarização; o analfabetismo.
- b) No nível da mão-de-obra qualificada; a situação da aprendizagem.
- c) Enfim no nível dos técnicos de média e alta qualificação.

SEMINÁRIOS:

15 - 18

II-7-C - Trabalho de grupo para estudar a aplicação da análise nacional à situação local e regional.



SEGUNDA SEMANA

8º DIA

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO OU SISTEMAS EDUCACIONAIS

9 - 10,15

II-8-A - Escolas ou sistema de educação? (exposição):

- a) Contradição entre a vontade de criar um sistema de educação por Estado e a realidade atual do ensino.
- b) O problema das articulações:
  - impossibilidade de analisar cada nível por si só;
  - o exemplo do corpo docente;
  - o exemplo das construções escolares.
- c) Os pontos de estrangulamento na atual situação.
- d) Os limites da descentralização.
- e) O caso da integração do ensino superior ao sistema estadual de educação.
- f) A articulação dos "sistemas estaduais" <sup>com</sup> / um "sistema nacional".

SEMINÁRIO:

10,45 - 12

II-8-B - Discussão sobre as perspectivas assim abertas.

15 - 16,30

II-8-C - Integração dos sistemas de educação ao desenvolvimento nacional (Exposição):

- a) A escassez dos recursos disponíveis e a necessidade de escolher prioridade:
  - Critérios pedagógicos?
  - Econômicos?
  - Sociais?
  - Políticos?

- b) Necessidade de uma integração dos sistemas educacionais a sistemas mais complexos.
- c) No nível dos Estados: relações com os Municípios e com o plano de desenvolvimento estadual.
- d) No nível nacional: relações com o plano nacional de desenvolvimento.

16,45 - 18

SEMINÁRIO

II-8-D - Discussão preparando as próximas semanas.

TERCEIRA SEMANA

1º DIA

A RACIONALIZAÇÃO DO PRIMÁRIO

- 9 - 10,15      III,1,A - Para uma estratégia da expansão do primário (exposição)
- a) a necessidade de pensar em critérios pedagógicos para a criação de novas escolas (o número mínimo de alunos ou professor...)
  - b) Possibilidade de assistência aos alunos: merenda; transporte, em particular no caso da criação de centros escolares nas regiões pouco povoadas; assistência social; criação de cooperativas de material e de manuais escolares.
  - c) utilidade e critérios da revisão dos currículos;
  - d) necessidade de uma pedagogia específica para "as escolas isoladas"
  - e) influência das escolas de seis séries na zona rural.
  - f) reconsideração da idade de entrada na escola primária; começo aos 8 anos? as suas consequências para o pré-primário.
  - g) vantagens e desvantagens da "promoção automática".
- 10,45 - 12      III,1,B - Para uma política de valorização do corpo docente (exposição):
- a) a aplicação das medidas previstas na II conferência nacional de educação.
  - b) eliminação dos leigos.
  - c) utilização dos supervisores para a formação rápida dos leigos já em serviço e o aperfeiçoamento dos regentes.
  - d) organização de uma carreira; garantias da estabilidade.
  - e) a idéia de uma formação profissional acelerada.
  - f) o papel dos CTM nesse processo.
  - g) necessidade de uma reorganização das inspetorias de maneira a introsar a inspeção e a supervisão.
  - h) novas formas de formação do professorado normal; a idéia de centros regionais ou nacionais para esta formação.
- 15 - 18      III,1,C - Seminários:
- Trabalhos de grupos sobre as medidas que já poderiam ser adotadas.



A RACIONALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CICLO MÉDIO.

- 9 - 10,30      III,2,A - A articulação do primário e do primeiro ciclo médio(exposição):
- a) Necessidade de uma articulação
  - b) Uma escola básica de 6 ou 8 anos? a sua implantação
  - c) Análise, a partir deste objetivo, das alternativas atuais:
    - de um lado a implantação das 5ªs e 6ªs séries; a sua função social e escolar; a sua pedagogia; a necessidade de rever a equiparação da 6ª série com a 1ª ginásial.
    - de outro lado os ginásios para o trabalho; as suas funções; a sua pedagogia; as oficinas .
  - d) necessidade de ultrapassar as alternativas numa síntese: a idéia do ginásio como "centro da comunidade", estreitamente ligado à escola primária, com um tronco de quatro anos ou de dois só.
- 11 - 12      III,2,B - Um novo corpo docente (exposição):
- a) As alternativas atuais: dois tipos novos de professores: os das 5ªs e 6ªs séries e os dos ginásios para o trabalho.
  - b) Na verdade: o mesmo corpo docente.
  - c) O papel dos centros nacionais na sua formação.
  - d) Possibilidade para o corpo docente primário de ter acesso a este nível.
- 15 - 18      III,2,C - Seminário:
- Grupos discutirão:
- a) as experiências feitas nos Estados com as 5ªs e 6ªs séries.
  - b) as experiências feitas nos Estados com os ginásios do trabalho.
  - c) a elaboração do esquema do "ginásio centro da comunidade", como segundo ciclo de uma escola básica de 8 anos.

A RACIONALIZAÇÃO DO SEGUNDO CICLO MÉDIO.

- 9 - 10,15 IV,3,A - O problema da formação geral (exposição):
- a) a cultura geral e a especialização no ensino secundário moderno.
  - b) a importância do princípio da equivalência entre os diversos ramos do ensino médio; primeiro passo para a realização de um tronco comum.
  - c) outra solução: colégio multilateral.
  - d) importância da 3ª série terminal.
- 10,45 - 12 IV,3,B - A orientação e a seleção (exposição):
- a) os diferentes aspectos da orientação.
  - b) a sua importância e o seu papel no tronco comum.
  - c) a sua organização.
  - d) a necessidade e as possibilidades de formação de orientadores.
  - e) a seleção como orientação contínua.
- 15 - 16,15 IV,3,D - A formação do corpo docente do segundo ciclo médio (exposição):
- a) o trabalho realizado pelas Faculdades de Filosofia.
  - b) adequação da formação dada à prática pedagógica exigida no ensino médio.
  - c) a reformulação da Faculdade de Filosofia: Faculdade de Educação ou Escola Normal Superior.
  - d) a relação desta reforma com a introdução dos Institutos Centrais nas universidades.
  - e) ligação da formação do corpo docente médio com a pedagogia universitária.
  - f) importância dos colégios de aplicação como escolas de prática e de demonstração e como centros de renovação pedagógica do ensino médio.
- 16,45 - 18 IV,3,E - Seminários:
- Trabalhos de grupos sobre os projetos em vias de realização no Brasil.

TERCEIRA SEMANA

4º DIA

O SEGUNDO CICLO MÉDIO E A SOCIEDADE.

- 9 - 10,30 IV,4,A - As articulações do segundo ciclo com o pós-colegial (exposição):
- a) A articulação do segundo ciclo com a universidade é só um caso particular de um problema mais vasto: a articulação do segundo ciclo com qualquer formação pós-colegial.
  - b) A importância estratégica do 3º ano colegial.
  - c) A necessidade de ter dois tipos de 3º ano: um que abra sobre a universidade; outro que abra sobre o ensino pós-colegial.
  - d) Elaboração de um novo tipo de ensino pós-colegial que prepararia técnicos de nível médio.
- 11 - 12 IV,4,B - Seminário:  
Discussão sobre experiências realizadas nos E.U.A. e na América Latina, no campo da formação pós-colegial.
- 15 - 16,15 IV,4,C - O ensino médio extra-escolar:
- a) A importância da formação extra-escolar para satisfazer a demanda sempre maior de uma formação de nível médio, e para evitar uma dispersão dos esforços.
  - b) Uma oportunidade da L.D.B.: o artigo 99. A importância da formação dos exames de madureza.
  - c) Utilização de técnicas modernas para esta formação: TV, cursos para correspondência...
  - d) A importância dos cursos noturnos para a utilização da capacidade ociosa do ensino colegial; necessidade de uma adaptação pedagógica.
  - e) A possibilidade de uma formação de nível médio acelerada pela utilização de novas técnicas de ensino.
- 16,45 - 18 IV,4,D - Seminário:  
Discussão sobre as experiências e os projetos em curso.



A RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

- 9 - 10,30      III,5,A - Reformulação da expansão das universidades(exposição):
- a) Universidade seletiva ou extensiva?
  - b) articulação da autonomia universitária e dos planos nacional e estaduais de educação, notadamente no que diz respeito à organização da pesquisa.
  - c) o problema das universidades regionais.
  - d) problemas referentes à expansão do ensino técnico superior - as experiências estrangeiras ( por exemplo os novos "Institutos Techniques" franceses).
  - e) formas de diálogo entre as universidades e as empresas.
- 11-12      III,5,B - Possibilidade das reformas universitárias (exposição):
- a) as possibilidades oferecidas pela LDB para uma reformulação das Universidades.
  - b) o problema do equilíbrio entre as três funções reconhecidas à Universidade: formação - pesquisa - centro de cultura.
  - c) a reorganização da estrutura universitária:
    - ao nível administrativo: a função da reitoria.
    - a divisão dos poderes dentro da universidade.
  - d) o planejamento do desenvolvimento universitário pela aplicação da técnica de orçamento-programa,
  - e) A reorganização da estrutura pedagógica:
    - introdução de um tronco comum
    - dos Institutos Centrais
    - a distinção entre a formação básica e a formação profissional.
- 15 - 18      III,5,C - Seminários:
- Discussão de grupos sobre estes tópicos, a partir de experiências realizadas no Brasil e das reformas em elaboração em certas unidades federais.

TERCEIRA SEMANA6º DIAAPRIMORAMENTO DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

- 9 - 10,30      III,6,A - O acesso à universidade (exposição):
- a) os aspectos quantitativos do problema; a sua solução parcial pela racionalização geopolítica da rede do ensino superior
  - b) os seus aspectos qualitativos
  - c) a necessidade de uma seleção; a sua reformulação para que a seleção seja mais justa e educativa
  - d) a reformulação dos vestibulares
  - e) as diversas formas de uma preparação propedêutica:
    - os colégios universitários
    - a "Faculdade de Estudios Generales"
    - os "institutos centrais"
- 10,45 - 12      III,6,B - O aprimoramento do magistério (exposição):
- a) repercussões prováveis do "Estatuto do Magistério" sobre a melhoria do corpo docente.
  - b) reformulação do ano escolar; introdução de "cursos curtos"
  - c) a pós-graduação
  - d) a "reciclagem" dos profissionais
  - e) a necessidade de conciliar pesquisa e ensino; possibilidade de uma coordenação entre universidades, empresas, Ministérios e o CMP
  - f) melhoria da condição estudantil:
    - assistência social
    - critérios para uma política de bolsas
- 15 - 18      III,6,C - Seminários:
- Trabalhos de grupos sobre estes tópicos, dando-se ênfase à análise dos projetos em curso.

A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS ORGÃOS  
ENCARREGADOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

9 - 10,15

III,7,A - A reforma administrativa geral (exposição):

- a) Muito embora a existência dessa reforma não seja, a rigor, imprescindível à realização de uma reforma visando a reorganização dos órgãos educacionais de decisão, a probabilidade de êxito desta última será maior se ela fôr precedida, enquadrada e impulsionada pela reforma geral.
- b) Análise dos projetos, passados (desde a década de 30) e em curso, de reforma administrativa - à luz dos critérios definidos no I,3,B.

10,45 - 12

III,7,B - A reestruturação no âmbito do MEC (exposição):

Com ou sem reforma administrativa geral:

- a) Organograma funcional, evitando os conflitos de competência e as duplicações inúteis, integrando melhor à ação geral do MEC a das diversas "Campanhas", concentrando na dependência de uma mesma diretoria todas as matérias afins.
- b) Reestruturação instrumental: generalização da mecanografia, reorganização do aparelho estatístico etc...
- c) Definição rigorosa do tipo de colaboração que cada diretoria ou serviço deve prestar ao C.F.E., na elaboração ou revisão do Plano Nacional de Educação.
- d) Maior flexibilidade na atribuição dos recursos federais aos três níveis de ensino.
- e) Modificações da lei de Diretrizes e Bases eventualmente exigidas pelas reestruturações acima referidas.

15 - 16

III,7,C - A reestruturação no âmbito estadual (exposição) :

- a) reestruturação instrumental das secretarias e dos conselhos
- b) organograma funcional das secretarias
- c) reforçamento da assessoria dos C.E.E., permitindo um melhor entrosamento com os objetivos do Plano Nacional de Educação, que não deve ser visto, apenas, como disciplinador e limitativo em relação aos planos estaduais.

16,30 - 18

IV,7,D - Seminários sobre vários pontos de A, B e C:

Diversos grupos serão formados, para discutir, notadamente, sobre A,b; B,a; B,c; B,e; C,c;



TERCEIRA SEMANA8º DIAORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO.

9 - 10,15

III,8,A - Os limites da organização racional (exposição):

- a) As diferenças entre <sup>as</sup> reformas de organização e os planos já foram discutidas em I,2,C. Fica claro que, com exceção de algumas reformas estruturais nos campos administrativo e pedagógico, uma reorganização mais geral poderia ter efeitos contrários se não se realizasse através de planos integrados a um sistema de planejamento econômico e social global.
- b) Isto se evidencia:
  - quando se examina as possibilidades de organização das construções escolares ou de integração do setor privado.
  - quando se pretende basear uma reforma sobre projeções de uma situação histórica.
  - quando se deve fixar prioridades: por exemplo a localização das escolas não se pode determinar só pela extrapolação das condições demográficas existentes, visto que poderiam ser rapidamente modificadas pelas decisões planejadas ou pela mera evolução econômica.
- c) A produção durável de profissionais e de técnicos de diversas categorias também só pode ser calculada em função da evolução econômica e social global da nação.
- d) Os educadores não podem levar em conta estas prioridades, se desconhecem as metas estaduais e federais.
- e) A contribuição do setor privado, os meios para coordenar a sua ação com a do ensino público, só podem ser avaliadas à luz dos objetivos previstos pelo Estado, e em função dos recursos de que dispõe ou poderia dispor.
- f) O campo em que a organização poderia suprir um verdadeiro planejamento é, pois, limitado. Parece mais útil propor um planejamento autêntico do que se deixar levar por impulsos imediatos e organizar no vazio.

10,30 - 12

III,8,B - A natureza do pré-planejamento (exposição):

- a) Até que o aparelho de planejamento seja pronto, já é possível se dedicar a estudos que constituirão os elementos básicos de uma planejamento coerente.
- b) Também é possível transformar estes estudos em pré-planos e executá-los parcialmente, desde que as devidas cautelas sejam tomadas para evitar um conflito futuro com os planos definitivos.

- c) Assim poder-se-ia:
  - analisar as necessidades em mão-de-obra.
  - realizar partes de planos no campo da construção escolar ou da formação de professores.
- d) Certas técnicas já deveriam ser postas em prática: assim a do orçamento-programa no nível estadual.
- e) **Tudo** isso, no entanto, constituirá sobretudo um treinamento, sendo, por exemplo, que as técnicas orçamentárias só têm realmente validade quando ligadas à execução de um plano autêntico. Sem este entrosamento, o orçamento-programa não será mais do que uma nova forma de apresentação do orçamento tradicional, resultado do encontro das necessidades imperativas e elementares com as pressões políticas insuperáveis.
- f) Por outro lado, dever-se-á julgar o valor e a oportunidade dos pré-planos: convém que este julgamento seja feito pelo organismo que, a longo prazo, será encarregado da elaboração e da execução do plano nacional integral de educação.

15 - 18

III,8,C.

- Seminários:  
Grupos analisarão, à luz das exposições da manhã, os trabalhos já realizados nos ou pelos Estados. Eventualmente elaboração de projetos.

OS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

9 - 10,15

IV,4,A - Os Instrumentos clássicos (exposição):

Na sua elaboração e execução o planejamento terá de utilizar, dentro de novas perspectivas, instrumentos tradicionais, notadamente:

a) Educação dos adultos:

as suas limitações e o seu uso adequado serão discutidos; necessidade de um esforço generalizado e ininterrupto; inutilidade de alfabetizar pessoas num ambiente em que não há publicações.

b) Bolsas de estudos:

A - o sistema pode desempenhar um grande papel na orientação da educação, mas é necessário ter certeza que os candidatos não só serão escolhidos conforme o mérito, e sim também que terão a oportunidade de utilizar suas novas capacidades após o período de estudos, um comentário será feito sobre os resultados, muitas vezes de animadores, dos melhores sistemas de bolsas, como por exemplo o ICETEX na Colúmbia.

c) Escolas Normais:

A educação do professor é um elemento indispensável de todo plano de educação, mas não é certo que a Escola Normal seja o melhor instrumento para atingir este alvo. Várias alternativas, e seus preços, serão discutidos.

d) Construções escolares:

Não é suficiente construir as melhores escolas, atendendo às especificações científicas (CONESCAL), e equacionar devidamente sua situação e capacidade: há de utilizá-las do modo o mais eficiente. É provável que grande parte do déficit brasileiro de escolas poderia ser eliminado se as técnicas pedagógicas pudessem ser modificadas (o que eliminaria as repetições) e se as escolas fossem utilizadas continuamente, de 7 até 22 horas, para classes diferentes.

e) Alimentação:

a sub-alimentação do aluno reduz a sua capacidade de atenção e resistência, e, portanto, a eficiência do sistema educativo; ela repercute no estado físico do homem, afetando a produtividade de todo o edifício econômico e social brasileiro: convém alimentar adequadamente o aluno, mas isso não consiste apenas em proporcionar-lhe as calorias necessárias (as grandes deficiências alimentícias no Brasil e na América Latina provêm da falta de

vitaminas, gorduras, e sais minerais: a Venezuela resolve êse problema dando a todas as crianças da escola primária, todos os dias, um copo de "complemento dietético", contendo êses elementos todos).

f) Ajuda técnica:

permite aliviar determinadas faltas temporárias de técnicos muito especializados, mas as ajudas multilaterais ou bilaterais devem ser entrosadas entre si, dentro das prioridades estabelecidas pelo plano.

10,45 - 12 IV,4,A - Novas técnicas utilizáveis pelo planejamento (exposição)

- a) Os planos educativos não devem, apenas, incorporar ~~de~~ as técnicas e meios tradicionais: devem lançar mão das técnicas as mais modernas, e estender as possibilidades de intervenção dos educadores. Comentários ~~pormenorizados~~ serão feitos sobre o uso e os custos da televisão e do rádio educativos, dos filmes educativos, do ensino programado, da imigração seletiva, ~~da ajuda bilateral e multilateral.~~

b) Televisão educativa:

as limitações do sistema serão examinadas: essa técnica só é econômica se o número dos alunos é considerável; a TVE só se justifica realmente se os programas são excelentes, portanto dispendiosos; a TVE destinada ao ensino primário só é eficiente na medida em que os alunos estão assistidos por instrutores (que podem ser leigos); a TVE não convém igualmente para todos os cursos - a TVE é um ótimo meio de treinamento e "reciclagem" do pessoal educador.

c) Rádio educativa:

menos cara do que a TVE, mas seu efeito pedagógico é inferior; deve ser utilizada, prioritariamente, nas zonas de baixa densidade da população.

d) Filmes:

Excelente técnica se os filmes estão comentados por instrutores qualificados, mas técnica cara (alto preço dos projetores e dos transporte dos filmes.)

e) Instrução programada:

Técnica menos dispendiosa, sobretudo quando conjugada com o uso da TVE. Infelizmente o número dos bons programas é muito limitado, e sua elaboração reclama a intervenção de especialistas, extremamente escassos.

f) Imigração seletiva:

Permite, a curto prazo, resolver problemas urgentes de déficit de capacidade, insólúveis no plano educacional; permite, a longo prazo, não incluir na estrutura dos sistemas educacionais certos programas inutilmente dispendiosos (comentários sobre a ação do CIME).



- b) Poder-se-á também analisar outras técnicas, por exemplo a proposta pelo Professor Tinbergen.
- c) Haverá, de qualquer modo de adaptar a técnica mais adequada às necessidades específicas da economia nacional.

15 - 18

IV,2,C - Seminário sobre o cálculo das necessidades em mão-de-obra.

Discutir-se-á diversos exemplos brasileiros, como por exemplo o "Estudo para a formação de técnicos de nível médio no Estado do Paraná".

15 - 16,15 IV,4,C - Seminário:

Discussão sôbre o rendimento de um sistema de TVE no Brasil.

16,45 - 18 IV,4,D - Seminário:

Discossão sôbre o rendimento dos programas de educação de adultos - já realizados ou em vias de realização - no Brasil.

C R O S E

def

Diretrizes para o funcionamento de Comissão  
INEP-UNESCO, e da sua Coordenação

- x
- 1 - Os objetivos do CROSE serão definidos pelo INEP, em documento especial.
- x
- 2 - As tarefas implicadas na realização dos CROSE serão distribuídas pelo seu Coordenador entre os membros da Comissão INEP-UNESCO, e outras personalidades destacadas no campo educacional.  
*ou seja o Conselho da América de UNESCO*
- 3 - Constituem atribuições fundamentais dos membros da Comissão INEP-UNESCO:
- a) Reunir a documentação básica, referente às áreas a seu cargo, selecionando os elementos mais importantes, do ponto de vista do nível e da atualidade, e organizando-os da maneira mais adequada à sua utilização. A documentação aqui mencionada abrange estatística, bibliografia, pesquisas e levantamentos educacionais e sociológicos, além de outros elementos.
- b) Com essa documentação e com os subsídios por eles próprios elaborados, prover os temas gerais dos Colóquios e, eventualmente, colaborar com os conferencistas estrangeiros à Comissão.
- ?x
- c) Encarregar-se de conferências sobre os temas que lhes forem distribuídos pela Coordenação, ou por ela aprovados.

A fixação dos temas e a sua distribuição pelos membros da Comissão, na parte que a esta couber, serão objeto de estudo e discussão no respectivo plenário.

- 4 - São atribuições do Coordenador dos CROSE:
- a) De acôrdo com as diretrizes do Diretor do INEP, orientar e superintender a execução do Projeto, junto à Comissão INEP-UNESCO e aos outros especialistas que dele vierem a participar. Tal supervisão inclui os seguintes encargos:
- SIC
- ↑ ?

- I) distribuir pelos membros de Comissão INEP-UNESCO as ta refas mencionadas no item 3;
- II) propor ao Diretor do INEP os nomes dos conferencistas es tranhos à Comissão;
- III) presidir as reuniões plenárias da Comissão, preparando a respectiva pauta de trabalhos;
- IV) superintender os serviços administrativos da Comissão, a serem executados por uma Secretaria Geral.

b)) Responder oficialmente pela Comissão.

- 5 - O Plenário da Comissão, que constituirá um órgão de estudo, de debate e de consulta, reunir-se-á, normalmente, duas vezes por semana para:

- a) o ~~primeiro~~ <sup>primeiro</sup> ~~do~~ <sup>do</sup> ~~trabalho~~
- b) debater os temas em estudo, bem como os textos de conferên cias já redigidos pelos membros da Comissão (sem prejuízo de sua liberdade intelectual);
- c) estabelecer ~~planos de trabalho~~;
- d) avaliar os trabalhos em execução.

- 6 - A Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Coordenador, te rá a responsabilidade dos serviços de protocolo, arquivo, comu nicações, contabilidade, mecanografia, além de outros serviços gerais da Comissão.

- 7 - Dentro das linhas traçadas no item 3, será observado o seguin- te programa de atividades:

- a) Antes dos C R O S E, os membros da Comissão estabelece - rão contatos com as autoridades estaduais, dentro do plano estabelecido pela Coordenação, visando motivá-las, esclare cê-las quanto aos objetivos dos Colóquios, e orientá-las quanto aos dados que deverão preparar.
- b) Durante os C R O S E, a coordenação técnica dos trabalhos caberá, em ordem de prioridade, ao Diretor do INEP, ao Coor denador da Comissão, ou a um membro da Comissão designado pelo Diretor do INEP.
- c) Depois dos C R O S E, a Comissão Se ocupará de:
  - I) promover a avaliação do seu funcionamento e dos seus resultados imediatos;
  - II) elaborar o relatório geral, com a documentação selecio nada.

§ §

a) sem o texto  
 b) sem o texto  
 c) sem o texto



MEIOS RECOMENDADOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL

1. PRÉ-PRIMÁRIO: 1) Convirá introduzir no Ensino Pré-Primário gratuito em grande escala nas zonas rurais e ou urbanas ? *não* *sim (compulsor)*

PRIMÁRIO:

- 2) Que técnica deve-se utilizar para eliminar o problema dos repetentes ? *(dar um crédito de a cada aluno; prazos mais curtos)*
- 3) Que técnica deve-se utilizar para eliminar o problema dos desertores ? *(fazer a escola mais eficiente, melhor ambiente)*
- 4) Só 60 a 80% da população rural frequenta a Escola Primária. Seria necessário aumentar uma assistência de 90 a 100% ? Porque? *não*
- 5) Qual deveria ser a duração da Escola Primária Urbana e ou da Escola Primária Rural ? 4, 5 ou 6 anos? *8*
- 6) Seria conveniente introduzir rudimentos de ensino técnico e especializado no Ensino Primário ? *não*

MÉDIO:

- 7) Como se deve aplicar o Sistema de Tronco Comun na organização atual do Ensino Médio do Brasil ? *em 7 anos*
- 8) Que tipo de especialização deve-se introduzir aos níveis Ginásial e Colegial ? *de acordo com a situação local*
- 9) O Ensino Médio deve ter 6 a 7 anos ? *3*
- 10) Que reforma do Ensino Médio pode eliminar a necessidade dos Vestibulares ? *de acordo com a situação local*

SUPERIOR:

- 11) Conviria substituir o Sistema Americano de colégios e escolas graduadas ao atual Sistema Europeu de universidades ? *sim*
- 12) Como deveriam ser reorganizadas as Faculdades de Ensino Superior ? Qual seriam as características principais de uma Faculdade Universitária de Educação ? *sim*

NORMAL:

- 13) Conviria treinar os leigos e convertê-los em regentes, ou substituí-los por graduados de escolas normais que provavelmente se graduarão em número excessivo, nos anos vindouros ? *não*

Jacques Torfs  
Expert da Unesco

cc: Debrun  
Furter ✓  
Belo Horizonte

A : Jacques Torfs  
Expert de l'UNESCO, Rio de Janeiro  
De: Pierre Furter  
Expert de l'UNESCO, Rio de Janeiro

Concerne : Questionnaire intitulé " MEIOS RECOMENDADOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONAL".

1. Je réponds, comme tu l'as demandé, de façon télégraphique, me réservant le droit, si c'est nécessaire de développer l'un ou l'autre de mes points de vue. De toute manière, tu trouveras soit dans mes rapports, soit dans mon exposé "PERSPECTIVAS E TAREFAS NA EDUCACAO BRASILEIRA" (Edition de l'UFMG, 1966), de quoi justifier certaines affirmations.
2. Je réponds donc en répétant les points de ton questionnaire :
  - 2.1. Le préprimaire dans la zone rurale est inutile.  
Le préprimaire dans la zone urbaine est utile, mais doit être organisé au sein des entreprises, institutions et payé par elles.
  - 2.2. "Promotion automatique" : voir A. Teixeira sur ce sujet. Tout a été dit, rien n'a été fait.
  - 2.3. Organiser une stratégie rigoureuse et planifiée de l'implantation des unités scolaires.
  - 2.4. Inutile d'augmenter la proportion, mais revoir l'implantation. Intérêt d'une carte scolaire.
  - 2.5. 8 ans.
  - 2.6. non. Question peu claire d'ailleurs qu'est-ce que ces "rudiments" ?
  - 2.7. Voir le tableau à la fin de la publication citée.
  - 2.8. Au niveau gimnsial, aucune spécialisation, mais tronc commun total, donc école unique.  
Au niveau colégial, spécialisation lors de la dernière année par le système américain des crédits.
  - 2.9. 3 ans.
  - 2.10. Question mal posée : cela dépend strictement des Universités.
  - 2.11. Ni l'un, ni l'autre, car il n'existe ni un système américain, ni un système européen, mais différents systèmes. A mon avis, le problème doit être strictement pensé en termes brésiliens.
  - 2.12. Voir le rapport de la commission des Recteurs envoyée par l'UNESCO.
  - 2.13. Les "leigos" doivent être formés professionnellement par des cours intensifs selon les idées de P. Vaast. Les Ecoles normales doivent être complètement supprimées et remplacées par des Centres d'entraînement professionnel fédéraux d'une année de cours au maximim selon les décision de la 2e Conférence Nationale d'Education de P. Alegre.

Rio, le 29 août 1966

MEIOS RECOMENDADOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM PLANO EDUCACIONALI - PRE-PRIMÁRIO:

- 1) Por razões sociais e também para facilitar a integração dos meninos dos grupos sócio-econômico "debéis" no sistema de ensino primário, convém introduzir o Ensino Pre-Primário gratuito em grande escala, pelo menos nas zonas urbanas.

Isto significaria um aumento considerável da matrícula. No caso de haver ② séries de Classes Pre-Primária, calcular-se-ão as matrículas do seguinte modo:

- População total do país .....	80.000.000
- Porcentagem da população em grupo de idade correspondente a Escola Pre-Primária .....	x 3%
- População urbana em percentagem da população total .....	x 50%
- Parte da população urbana que poderia beneficiar-se do Sistema do Ensino Pre-Primário .....	x 50%
- Número de Séries .....	x 2
Igual:	
- Matrícula Geral Provável de alunos .....	1.200.000

uma  
basta!  
ab. solução  
fröbeliana.

II - PRIMÁRIO:

- 1) REPETENTES: Existe provavelmente um total de 25% de repetentes na Escola Primária.

No 1ª <sup>série</sup> ano Primária existe 50% de repetentes.

De acordo com a projeção das estatísticas oficiais, a matrícula geral do Primário foi de 11.000.000 de alunos em 1966. Isto então quer dizer na realidade, que deste total haviam 2.750.000 repetentes e que somente estavam se educando 8.250.000 alunos. Esta situação representa à Nação, uma perda de 137 bilhões de cruzeiros.

Parece que tal desgaste é completamente inútil:

Não existe razão objetiva para aplicar normas e exames tão severos no Ensino Primário que justifica a eliminação perpétua e automática de 25% dos efetivos totais.

Em realidade tal severidade deveria ser aplicada nos últimos anos do Ensino Médio e também no Ensino Superior, onde ao contrário apresenta-se uma eliminação muito menor.

→ 2. quantos  
pratos?  
- quantos  
refeições?



Para eliminar em grande parte, o problema dos repetentes, dever-se-ia:

- a) Intensificar os programas de treinamento do professorado.
- b) Reformar os programas escolares.
- c) Introduzir novos meios, em particular, a TELEVISÃO EDUCATIVA (E.T.V.), que permitem melhorar a qualidade do ensino.
- d) Introduzir simultaneamente, um sistema de promoção - quase-automática no ciclo primário. Utilizar aqui deliberadamente a expressão "quase".

Não se deve permitir que o progresso dos alunos em geral esteja freiado pelo comportamento de alguns elementos anormais ou anti-sociais, os quais deveriam ser transferidos para escolas especiais.

## 2) DESERÇÃO

A deserção imediata (durante o ano escolar) é de aproximadamente 12% da matrícula geral para todo o Brasil. A deserção mediata (entre um ano e o outro) não pode ser calculada precisamente, porque não se conhece o número dos repetentes, porém calcula-se em média a ..... 15/18% da matrícula efetiva.

- a) Este problema - em parte - tem as mesmas causas e consequentemente os mesmos remédios - que o dos repetentes.
- b) A deserção é também uma resultante das condições econômicas gerais: é evidente que este aspecto não pode ser solucionado a breve prazo, e sim diretamente por meio de um plano educativo: releva da política sócio-econômica geral da União.
- c) Finalmente a deserção pode ser atribuída em parte, a uma má utilização das escolas. A solução do problema encontrar-se-á numa estratégia rigorosa e planificada da implantação.

## 3) MATRÍCULA TARDIA

A matrícula tardia também reflete as condições sócio-econômicas e pouco se presta a uma ação específica da parte dos educadores.

solução?

porque "quase"?

custo e possibilidade de de aquisição de serviços psico-pedagógicos?

localização ←



4) FALTA DE VAGAS

A curto prazo o problema da falta de Vagas será consideravelmente aliviado se se reduzir ou se eliminar o número dos repetentes. A longo prazo, a população escolar livre dos repetentes, inevitavelmente continuará aumentando em ritmo acelerado. Aparentemente a produção atual das escolas normais é suficiente para atender ao provável pedido de professores.

} em todos os Estados?

O problema por resolver é o da construção e equipamentos de escolas - que deve ser realizado de acordo com um plano a longo prazo integrado com os demais planos educacionais e econômicos.

5. ARTICULAÇÃO DOS ENSINOS PRIMÁRIOS E MÉDIOS

É pedagogicamente e socialmente desejável, e econômica-  
mente factível, nos estados mais privilegiados da União,  
assegurar ~~em~~ toda a população, um mínimo de 8 anos de  
estudos. (escoltaridade?)

A adoção de tal sistema permitiria resolver definitiva-  
mente as contradições e dificuldades criadas pela co-  
existência dos quintos e sextos anos da escola primária  
e dos dois primeiros anos do ciclo ginásial.

- a) Recomenda-se ter dois ciclos: um de quatro anos que cor-  
responde a atual escola primária, um segundo que corres-  
ponde ao atual ciclo ginásial.
- b) A promoção deverá ser ["quase"] automática no primário en-  
tre os dois ciclos, <sup>e</sup> eliminando-se os elementos insuficientemen-  
te <sup>do</sup> <sup>fatosos</sup>.
- c) No ciclo ginásial pode-se introduzir os princípios de um  
sistema de seleção [por exames, graus etc...] com o fim  
de assegurar uma penetração maior e também de pre-sele-  
cionar progressivamente os alunos antes da chegada ao  
nível colegial.
- d) Dever-se-ia estabelecer uma perfeita mobilidade do pro-  
fessorado de um sistema ao outro.
- e) Haverá um programa <sup>único</sup> [unitário] <sup>os alunos</sup> para todos, durante 8 anos  
de ensino básico.

não!  
porque  
haveria  
ainda a  
resolução  
do  
problema  
da  
implantação  
sucessiva  
deste sistema  
de (p. 5)

no  
então?

perigo ??  
deve haver  
condições!

6. ESCOLAS RURAIS

~~Princípiomente~~, As escolas rurais deveriam ter, praticamente os mesmos programas, critérios, normas que as escolas urbanas.

*sistema*

Dentro do quadro descrito anteriormente, a implantação de, pelo menos, um ciclo completo de 4 anos de primário em todas as escolas rurais do país, pareceria indispensável.

Na realidade, recomenda-se eliminar totalmente as escolas nos lugares onde a implantação de grupos escolares capacitados para 4 anos completos de ensino é impossível:

Tem-se pensado na possibilidade de manter as escolas primárias de 6 anos nos setores rurais de estados que têm os recursos econômicos adequados para assegurar 8 anos de estudos na população urbana.

A adoção deste sistema não parece desejável: institucionaliza um tipo de discriminação contra a juventude rural que, nessas circunstâncias não teria o mesmo acesso aos mais altos níveis educativos de que a juventude urbana.

Esta solução é injusta, também é contra-producente no ponto de vista sócio-econômico. Existe, e existirá durante muitos anos uma super-população notória nas regiões rurais de toda a União.

Para que este excedente de população possa ser utilizada, deve ser transferida nos centros urbanos já existentes ou por criar.

Esta operação, somente, poderá ser realizada com êxito, se esta população excedentária for bem educada.? (ou poderá ser formada)

Recomenda-se, em consequência que:

- Organize-se o ensino básico obrigatório nas zonas rurais da mesma maneira que nas zonas urbanas à 2 ciclos de 4 anos, com promoção automática.
- Nos primeiros anos do funcionamento do sistema deve-se prever uma deserção considerável particularmente na passagem do ciclo do primário para o ciclo ginasial. Por essas razões o planejamento da implantação de novos ginsios rurais deverá ser feito com precauções muito especiais.

De quelle manière:  
a) pour la jeune invisible du développement?  
b) Ou par un foet des technocrates, portent pour arriver le développement?  
d'accord!  
P.F.

III - MÉDIO1) TRONCO COMUM

A introdução das reformas descritas anteriormente, modificaria completamente a definição das diferenças existentes tradicionalmente entre o ensino primário e o ensino médio. Na realidade, desapareceria a separação tradicional dos sistemas: a separação não ficaria entre o "nível" primário e o "nível" médio, mas entre uma instrução básica de 8 anos, e uma formação profissional de 3 e mais anos (1).

A unificação dos programas durante os 8 primeiros anos, representa uma aplicação na prática do sistema do TRONCO COMUM.

2) FORMAÇÃO PROFISSIONAL

"Tudo hoje se reforma, se faz, se discute, como se todos os alunos do ensino médio só pensassem em ingressar no ensino superior. Não só esta distorção ideológica não corresponde aos fatos, mas deturpa os ramos técnicos médios da sua função, fazendo deles "ramos" baratos da escola secundária" (1).

Recomenda-se:

a) Orientar a formação profissional até 3 etapas.

(1) Ensino [Colegial] *vesti caro: Secundário?*

(2) Formação ligada às empresas (SENAI, SENAC).

(3) "Ensino dos adultos" por ETV, RTV e correspondência.  
*ou: Educação permanente!*

---

(1) PIERRE FURTER. Perspectivas e Tarefas na Educação Brasileira.

U.F.M.G. - Belo Horizonte - 1966.

*referência importante para C. Pasquale*  
e DAVEE!! cf. Boletim informativo de MEC-IMER  
nº 110, p. 3.



b) Prever 2 tipos de 3ª Séries Colegiais.

(1) Propedêntica - (Pre-Universitária).

(2) Conclusão - (Para formar técnicos de nível médio que depois da 3ª Colegial Conclusiva poderão entrar nas escolas técnicas post-colegiais).

c) Introduzir critérios mais e mais rigorosos na seleção dos alunos:

Nas séries de formação profissional, não se deve aplicar o sistema de promoção automática. Os critérios de eliminação devem tornar-se mais e mais difíceis, e nenhum diploma de veria ser concedido sem que os alunos tenham completado com êxito, o número de anos de ensino e os exames apropriados.

### III - SUPERIOR

#### 1) VESTIBULAR

O sistema de exames de acesso às Universidades (vestibulares), não é necessariamente inútil ou errado "em si", porém sua organização e manejo atuais no Brasil são muito inadequados porque:

(i) Não existe uma norma clara e rígida sobre o conteúdo dos exames de acesso: na realidade, as normas são fixadas arbitrariamente cada ano, e sua severidade reflete a opinião dos líderes universitários sobre o número de "VAGAS".

(ii) As técnicas de cálculo das VAGAS são totalmente subjetivas. Na realidade, são fixadas geralmente num nível muito aquém da capacidade real dos sistemas de ensino.

Recomenda-se então:

(a) Deverão ser suprimidos os exames vestibulares para todos os alunos que passarem com êxito os exames do 3º ano propedêutico do Colégio. O conteúdo dos referidos exames, estará de acôrdo com as autoridades universitárias.

(b) Sòmente haverá exame vestibular para os alunos que não possuam o diploma de Colégio. O conteúdo dos referidos exames será aprovado [pelo Governo].

(c) O sistema de cálculo das vagas será combinado entre as autoridades universitárias e o Governo, e permitirá, e considerará:

- (1) As disponibilidades objetivas de espaço físico;
- (2) as disponibilidades em equipamentos e professores;
- (3) a <sup>demanda</sup> procura provável para talentos profissionais de várias categorias.

(d) Se o número de alunos que possuem diplomas válidos para entrar numa Faculdade ou Escola técnica de nível superior excede o número de vagas, uma preferência será dada aos estudantes com as qualificações mais altas.

## (2) PRIMEIRO CICLO SUPERIOR

Um país em estado de rápido desenvolvimento como o Brasil, necessita uma grande quantidade de técnicos de nível intermediário: especialistas em engenharia, minérios, administração, e também educação que tenham bons conhecimentos teóricos e práticos de suas disciplinas e matérias, sem necessariamente dominar todos os seus aspectos mais abstratos e científicos.

Parece perfeitamente possível formar esses técnicos em dois ou três anos de ensino superior.

Recomenda-se a este respeito:

(a) organizar os estudos universitários de tal maneira, que para cada uma das matérias mais importantes, os alunos tenham opção de terminar um "Ciclo técnico", e graduar-se depois de dois ou três anos de universidade, ou de completar o ciclo técnico, e iniciar em seguida o ciclo de formação post-graduada, que os levará aos mais altos graus acadêmicos.

(b) a operação do ciclo técnico, dentro da organização das Universidades, poderia ser paralela às das escolas Post-Colegiais de especialização técnica.

### (3) UBICAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS E NORMAIS UNIVERSITÁRIAS

Dentro deste esquema, as características das escolas normais, e do treinamento do professorado, tenderiam a modificar-se substancialmente.

(a) Os professores do ciclo primário e ginásial poderiam formar-se através de estudos médios colegiais, e mais um ano de treinamento profissional intensivo. (aonde?)

(b) Os professores do ciclo colegial formar-se-iam através de estudos médios colegiais, e mais o ciclo universitário técnico - em Faculdades de Ensino. Educação

(c) Os professores de ensino superior formar-se-iam através do ciclo técnico, e do ciclo post-graduado, dos estudos universitários, em Faculdades de Ensino. Educação.

perguntas:

- a) aonde colocar a "alfabetização" de adultos? (p. 6)
- b) como entender neste contexto o programa UNICEF / INEP / UNESCO?
- c)



ANEXO Nº2DOCUMENTOS A SER PREPARADOS

- Nota :A: Designa documentos básicos a serem preparados pelos coordenadores  
B: Designa documentos especializados a serem preparados por relato -  
 res especialmente contratados.  
C: Designa documentos que já existem e que devem ser ou resumidos ou  
 traduzidos em português.

## I

- I/1.A. Resumo, adaptação e avaliação de diversas fórmulas utilizadas no le-  
 vantamento de mão-de-obra.
- I/2.C. Sumário dos trabalhos de H.M.Philips publicados em "Economic and so-  
 cial aspects of educational planning" e para o Seminário de Bangkok  
 sobre o financiamento da educação (Ver UNESCO, Regional Seminar on  
 Investment in Education Doc.UNESCO/AD/AS/5)
- I/3.B. Sinopse de indicadores estatísticos do nível de desenvolvimento dos  
 recursos humanos em alguns países, sobre a base de Documentos da  
 UNESCO e do trabalho de F.Harbison e G-Myers "Educação, mão-de-obra  
 e crescimento econômico" (Rio, Fundo de cultura,1965).
- I/4.C. Sumário de trabalhos brasileiros sobre levantamentos de mão-de-obra:  
 A.Teixeira: Planejamento a longo prazo das necessidades do ensino  
 superior no Brasil, documento de 1960.  
 J.F.Góes Filho e R.H.C. da Costa: O trabalho de engenheiros e técni-  
 cos na indústria e a sua formação, Rio, 11964  
 Distribuição e composição educacional no comércio brasileiro, SENAC,  
 Rio, 1963.  
 Análise da demanda de profissionais químicos no Brasil, Rio. I.Bolog-  
 na: O ensino técnico industrial em S. Paulo na Revista de ensino in-  
 dustrial, Rio, Julho de 1963.
- I/5.C. Sumário do relatório da "Educational planning Mission", UNESCO, sept.  
 1964.
- I/6.B. Análise dos critérios reguladores dos Fundos Nacionais de Ensino e da  
 sua aplicação.

## II

- II/1.A. Estudo comparativo de alguns exemplos de planejamento educacional:  
 México, Itália, França, Índia, Espanha.
- II/2.A. Análise das características das ajudas bilaterais e multilaterais no  
 Brasil.
- II/3.B. Análise comparada das projeções de matrículas supostas pelos planos  
 brasileiros (Plano Trienal, Programa de ação 1964/66, Revisão de 1965  
 do Plano Nacional de Educação), das projeções a partir do Censo esco-  
 lar e os recursos financeiros que estas projeções suportam.



- II/4.B. Cálculo dos custos unitários.
- II/5.B. Apresentação das técnicas de "Orçamento-programa".

## III

- III/1.B. Síntese das atividades do CFE.
- III/2.A. Quadro sinóptico dos CEE.
- III/3.B. Estudo histórico da evolução do ensino no Brasil a partir da República.
- III/4.B. Organização e actividades do SENAI.
- III/5.B. Organização e actividades do SENAC.
- III/6.B. Comentário dos artigos da Constituição que se referem diretamente a educação e da LDB.
- III/7.B. Comentário da Lei nº 4320.
- III/8.C. Sumário do trabalho de S.Valitutti "Scuola pubblica e privata", Bari, 1965.
- III/9.C. Sumário das recomendações UNESCO/OIT sobre o ensino técnico e profissional como do capítulo do relatório de 1964 da UNESCO dedicado a este ramo de ensino.

## IV

- IV/1.B. Avaliação do Censo escolar.
- IV/2.A. Estudo comparativo das despesas totais em educação com o PIB e em relação com o total das despesas públicas em alguns países sulamericanos.
- IV/3.C. Sumário do trabalho de L.Pereira: Rendimento e deficiências do ensino primário brasileiro na Revista brasiliense, S.Paulo, nº29.
- IV/4.C. Sumário dos trabalhos de I.Deblé "Rendement scolaire en Afrique" e de J.Prous "Déperditions scolaires au Gabon", ambos publicados em Etudes Tiers-Mondes, Paris, 1964.
- IV/5.C. Sumário da Conferência do Dr.C.Pasquale sobre "Subvenção, assistência técnica e financiamento a estabelecimentos de ensino", B.Horizonte, 1964.
- IV/6.B. As normas para o estabelecimento dum cadastro escolar (com amostras).

## V

- V/1.A. Breve exposição sobre "a escola unitária" na A.Latina.
- V/2.A. Estudo comparativo de trabalhos sulamericanos sobre a escola rural e no meio rural.
- V/3.A. Síntese dos relatórios das instituições que fizeram no Brasil expe

- riências com meios audiovisuais (PABARE, MEB, CRPE de S. Paulo...).
- V/4.B. Síntese dos estudos brasileiros sobre a inspeção escolar.
- V/5.B. Síntese dos trabalhos brasileiros sobre a assistência escolar.
- V/6.A. Estudo comparativo de experiências sulamericanas em matéria de produção e distribuição de material escolar.
- V/7.B. Breve estudo sobre a economia dos meios audiovisuais.
- V/8.A. Sinopse dos resultados das campanhas de educação de adultos no Brasil de 1940-1965.
- V/9.B. Relatório sobre o programa de formação de supervisores e de treinamento de professores leigos.
- V/10.B. Projeto de uma Faculdade de Educação modelo.
- V/11.B. Relatório da Campanha Nacional de Alimentação escolar.
- V/12.C. Estudo sobre algumas experiências brasileiras de "promoção automática na escola primária".
- V/13.C. Sumário dos trabalhos de A.J.Gouveia sobre os normalistas brasileiros.
- V/14.C. Sumário dos trabalhos de L.Pereira sobre o magistério primário.
- V/15.C. Sumário dos trabalhos de J.R.Moreira sobre o estudo do currículo primário.
- V/16.B. Estudo sobre a pedagogia das 5ª e 6ª séries.

## VI

- VI/1.A. Análise da jurisprudência do CFE e dos CEE acerca do currículo no ensino médio.
- VI/2.A. Estudo comparativo dos currículos, dos programas e horários vigentes em alguns Estados.
- VI/3.B. Estudo sobre a "comprehensive school".
- VI/4.B. Estudo comparativo das reformas do ensino médio na França, na Suécia e na Itália.
- VI/5.B. Sinopse das diferentes correntes da "orientação" e tentativa de definição.
- VI/6.B. Estudo comparativo de experiências de renovação do ensino médio em alguns Estados.
- VI/7.C. Sumário do trabalho de W.F.Cunha sobre os candidatos aos exames vestibulares na GB.
- VI/8.B. Sinopse dos artigos de Dr.J.Abreu sobre o ensino médio.
- VI/9.B. Sinopse dos resultados da pesquisa de R.Havighurst sobre o nível sócio-econômico dos alunos do ensino médio.

- VI/10.C. Sumário do trabalho de Prof. Mascaro (e outros) sobre o funcionamento dos ginásios oficiais de S. Paulo em Pesquisa e planejamento. 1964/7
- VI/11.C. Sumário do trabalho de M-Brejon sobre "Racionalização do ensino industrial", S. Paulo.
- VI/12.C. Sumário do trabalho do Cons.J.F. de Góes sobre o "Ensino industrial" apresentado à Conferência de Santiago, 1962.
- VI/13.B. Análise dos resultados dos "exames de madureza"
- VI/14.A. Algumas soluções e experiências no campo do ensino póscolegial.

## VII

- VII/1.A. Estudo comparativo do planejamento do ensino superior em países descentralizados ou federais como: Índia, Grã-Bretanha, USA, Austrália, Canadá e URSS.
- VII/2.A. Estudo comparativo de experiências feitas com "Faculdades de estudos generales".
- VII/3.A. Análise de algumas soluções brasileiras ao ano propedêutico.
- VII/4.B. Balanço e avaliação dos estudos realizados pela COSUPI/Fundação G.Vargas sobre custos unitários no ensino superior.
- VII/5.C. Sumário dos trabalhos do Prof. Timbergen (e outros) para a Conferência de Tananarive, 1962.
- VII/6.B. Relatório da CAPES sobre os resultados do aperfeiçoamento do professorado de nível superior.
- VII/7.B. Relatório da CAPES sobre o inquérito acerca das origens dos candidatos aos vestibulares.
- VII/8.C. Sumário do trabalho de F.Bowles "Access to higher education" UNESCO, 1963.

## VIII

- VIII/1.C. Sumário do trabalho do CONESCAL sobre construções escolares do ensino primário, 1964.
- VIII/2.C. Sumário dos resultados do CONESCAL sobre critérios adaptados em alguns países para as construções escolares.

## IX

- IX/1.A. Sumário dos resultados obtidos nas semanas anteriores.

Reunião de dia 25.11.66 (com o Diretor do INEP)

Pauta dos trabalhos

1) Temário

2) Conferencistas e outros colaboradores

3) Plano de viagens

4) Material a levar

- a) Temário (com desdobramento dos temas).
- b) Cronograma .
- c) Nomes dos conferencistas, com currículos.
- d) Ofício do Diretor do INEP.

5) Material a recolher dos Estados

- a) Organograma de sua estrutura administrativa.
- b) Relatório sobre o seu funcionamento.
- c) Plano global estadual e planos setoriais. Informação sobre sua elaboração e execução.
- d) Orçamento analisado.
- e) Informe sobre estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação.
- f) Legislação vigente (inclusive jurisprudência do CEE).
- g) Informe sobre as equipes técnicas existentes e suas qualificações; necessidades no que concerne à formação e aperfeiçoamento de especialistas de educação.

6) Presença dos membros da Comissão nos Estados

a) Encontros -

- I) Secretários de Educação.
- II) Órgãos administrativos e técnicos importantes - na esfera da educação e do planejamento.
- III) Conselho Estadual de Educação.

b) Objetivos dos encontros -

- I) Exposição dos objetivos dos CROSE, e dos documentos que lhe dizem respeito.
- II) Receber e discutir os documentos referentes ao Estado (item 5).
- III) Procurar identificar os problemas mais importantes, as deficiências, aspirações e possibilidades. Quais as expectativas formadas em relação à cooperação do MEC e, especialmente, do INEP.



c) Obter informações sobre as pessoas que poderiam assumir alguma responsabilidade nos Colóquios, particularmente no grupo a que essas pessoas pertençam; procurar entrevistá-las. Informar-se igualmente sobre pessoas, dentre as quais possa ser escolhido um delegado da Comissão dos CRO SE, pela própria Comissão, com o referendun do Diretor do INEP.

Obs: I) Deverá ser remetido aos Estados, antes das visitas, um questionário abrangendo os assuntos referidos nos itens 5 e 6-b-III, cuja resposta, escrita, deverá ser entregue diretamente aos membros da Comissão, por ocasião das visitas.

II) Correspondência prévia com cada Estado informará sobre a chegada do técnico, e toda a programação de seus trabalhos no Estado, indicando-se a duração da visita.

#### 7) Trabalhos a cargo da Comissão, além das conferências

a) Levantar a legislação vigente e a bibliografia brasileira importante em educação, com a colaboração do Serviço de Documentação dos ~~CROSE~~ <sup>CRV</sup>.

b) Escolher textos que, pelo método de reprodução ou de abstracts possam ser oferecidas aos congressistas, como fontes subsidiárias, ao lado das conferências. Esses textos serão predominantemente da bibliografia brasileira, salvo em matérias em que esta se mostre deficiente.

c) Levantar os temas de pesquisa que a cada um, na sua especialidade, se afigura indispensável, para o conhecimento da realidade educacional brasileira. A responsabilidade da pesquisa poderá ser confiada a outras pessoas, por escolha da Comissão, homologada pelo Diretor do INEP.

d) Encomendar estudos especiais - além das conferências - a serem elaborados por terceiros, para integrarem o dossier de cada congressista.

Obs: I) Os trabalhos realizados pelos membros da Comissão, nos termos acima indicados, serão objeto de estudo e discussão de Plenário, duas vezes por semana.

II) Os documentos referidos neste item, destinados aos congressistas, serão reproduzidos por mimeógrafo, ou por outro meio ao alcance do INEP.

#### 8) Providências administrativas

a) Organização dos serviços de secretaria (distribuição de serviços; horários).

b) Implantação do serviço de documentação.

## I- OBJETIVOS:

## II- NORMAS GERAIS:

1. As atividades de organização e de supervisão dos colóquios serão coordenadas pela Direção do INEP, assessorada por técnicos brasileiros e peritos da UNESCO.
2. O campo de assessores se organizará em comissões de planejamento para elaboração do projeto definitivo dos colóquios.
3. Os colóquios serão realizados em âmbito regional e terão por sedes as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife.
4. A Direção do INEP designará os coordenadores regionais dos colóquios, responsáveis diretos pelo seu desenvolvimento nas respectivas regiões.
5. Após a elaboração do projeto definitivo dos colóquios, os membros da comissão de planejamento e os coordenadores regionais se organizarão em comissão de preparação dos colóquios.
6. Os colóquios se desenvolverão em 10 semanas de trabalhos, divididas em duas fases de 5 semanas cada. Em cada mês haverá apenas uma semana de atividades, havendo entre uma e outra fase, um mês de intervalo para avaliação dos resultados de primeira fase e preparação da segunda.

## III- PARTICIPANTES:

1. Haverá duas categorias de participantes nos colóquios: representantes da cúpula das Administrações do Ensino dos Estados e Territórios e especialistas brasileiros e estrangeiros.
2. A composição das representações estaduais e territoriais deverá variar em função do temário de cada semana, de modo a garantir que os representantes sempre sejam elementos cujas responsabilidades específicas nas Administrações estejam relacionados com o

temário semanal.

3. Não haverá número fixo de participantes por representação, mas o total de representantes em cada colóquio não deverá ultrapassar a 30.

#### IV- TEMÁRIO:

1. O temário dos colóquios abrangerá 10 áreas de estudo, correspondendo 5 a cada fase.
2. As áreas de estudo correspondentes à primeira fase dos colóquios serão relativas à organização do ensino primário e médio, nos seus aspectos de interesse comum e imediato das Administrações.
3. As áreas de estudo correspondentes à segunda fase dos colóquios serão relativas ao planejamento educacional.
4. Os trabalhos de cada semana versarão sobre uma única área de estudo, dividida, no máximo, em 5 itens.
5. Para cada item será designado um relator dentre os especialistas brasileiros e estrangeiros.
6. Cada representação de Estado ou Território apresentará comunicação abordando, especificamente, a situação local no que se refere ao assunto da área de estudos da semana.
7. Uma comissão de representantes dos Estados e Territórios, assessorada por especialistas brasileiros e estrangeiros, preparará comunicação-síntese dos trabalhos de cada semana.

#### V- DOCUMENTOS BÁSICOS:

1. Os trabalhos de cada semana se desenvolverão à base de documentos relativos à área de estudo correspondente.
2. Dentre os documentos básicos se incluirão, necessariamente, as

comunicações a serem feitas pelas representações dos Estados e Territórios e pelos especialistas participantes.

3. Os demais documentos serão constituídos por textos especialmente selecionados.

#### VI- DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS EM CADA SEMANA:

1. Os trabalhos a serem desenvolvidos em cada semana compreendê<sub>ẽ</sub> rão:

1.1 - exposições gerais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade dos especialistas participantes, versando ca da exposição sôbre um dos itens da área de estudos da semana. Haverá, portanto, 5 exposições dêsse tipo por semana.

1.2 - Exposições especiais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade de cada representação participante. Haverá, portanto, tantas exposições dêsse tipo quantas forem as representações presentes.

1.3 - Reuniões para exame de documentos básicos: a serem realizadas por comissões de representantes, assessoradas pelos especialistas participantes.

1.4 - Reunião final: a ser realizada sob a responsabilidade de uma comissão de representantes, assessorada pelos especialistas participantes. Essa reunião deverá ter o sentido de um balanço dos trabalhos da semana.

#### VII- PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS:

1. Constituição da comissão de planejamento dos colóquios, delimitação de suas atribuições e fixação dos prazos de que disporá.
2. Escolha dos coordenadores regionais de colóquios e delimitação das suas atribuições.



3. Delimitação das atribuições da comissão de preparação de colóquios e fixação dos prazos de que disporá.

Observações:

Dentre outras, serão atribuições da comissão de planejamento ou de preparação dos colóquios, as seguintes:

1. Indicação dos especialistas a serem convidados.
2. Estabelecimento de critérios para composição das representações dos Estados e Territórios.
3. Estabelecimento dos contactos com as Administrações estaduais e territoriais.
4. Estabelecimento de normas para elaboração dos documentos a serem preparados pelos Estados, Territórios e especialistas participantes.
5. Seleção dos demais documentos.

COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE ORGANIZAÇÃO E  
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO (CROPE)

I. INTRODUÇÃO

Objetivo: O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos promoverá, dentro de seu programa de Assistência Técnica correspondente aos anos de 1965 e 1966, a realização de vários ciclos sobre organização e planejamento de educação, visando, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, e na esfera de sua competência, a:

1. marcar o ano de 1965 como um período decisivo de esforços determinados e de providências eficazes por parte do Governo Federal, no sentido de criar condições propícias à implantação e ao cumprimento da ordem educacional definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. incentivar as iniciativas e o empenho dos governos das Unidades Federadas a fim de que ponham em prática as adequadas medidas configuradoras da reorganização dos seus respectivos sistemas de ensino, dentro dos fundamentais princípios de responsabilidade solidária e de autonomia administrativa decorrentes dos preceitos constitucionais e dos critérios de planejamento vigentes na administração moderna e esposados pela Lei de Diretrizes e Bases;
3. preparar as condições para a instituição de sistemas racionalmente estruturados através dos quais deva a União prestar aos Estados, aos Territórios e ao Distrito Federal a assistência técnica de que necessitarem e o conveniente auxílio pecuniário, de acordo com as disposições legais vigentes sobre a matéria;

4. estabelecer entre os participantes dos CROPES tôdas as formas de contatos e intercâmbio capazes de conduzir ao franco e objetivo debate das idéias e ao maior entendimento entre uns e outros nos assuntos de interesse comum;
5. criar um clima social propício ao estabelecimento e ao fortalecimento das relações funcionais e pessoais, formais e informais, entre as autoridades escolares que vierem a participar do CROPE, colocando tais relações como importante fator de êxito da obra em que deverão empenhar-se, solidariamente, as três esferas de poder público, em matéria de ensino, sob a égide dos princípios que a Lei de Diretrizes e Bases erigiu como básicos da nova política educacional brasileira para a democratização das instituições e costumes;
6. contribuir para a formação e o aperfeiçoamento, em serviço, de pessoal necessário e capacitado para as altas funções consultivas, técnicas e executivas, tanto no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, como no das Secretarias de Educação das Unidades Federais.

## II. MÉTODO E DESENVOLVIMENTO

1. O objetivo dos CROPES é de discutir, em forma de seminário ou de colóquio, com responsáveis estaduais em educação, os problemas administrativos e técnicos relativos à organização dos sistemas de ensino e ao planejamento educacional.

O esquema abrangerá:

- I. Educação e Desenvolvimento
- II. Técnicas de planejamento e programação da educação
- III. Leis e regulamentos
- IV. Estatísticas e dados básicos
- V. O ensino primário
- VI. O ensino médio



- VII. O ensino superior
- VIII. Construções e equipamentos escolares
- IX. Preparação de programas educacionais
- X. (Temário aberto)

2. Os seminários se desenvolverão durante um período de dez meses, à razão de uma semana de trabalho de tempo integral por mês.

Nesta fase da preparação dos colóquios não se define o temário da décima semana, porque é provável que seja necessário um ciclo especial de estudo em relação com temas que abrangem solidariamente o ensino médio, o ensino superior e necessidades de técnicos e profissionais do qual participariam mais diretamente os reitores de universidades e representantes dos setores privados da economia.

3. Cotidianamente, os relatores farão as suas exposições na parte da manhã, podendo cada participante levantar perguntas e prosseguir discussões.

À tarde, os participantes se dividirão em grupos para exame de problemas práticos e pesquisas: levantamentos e análise de subsídios estatísticos e orçamentários; análise de programas e normas educacionais; análise de situações próprias a cada Estado ou relacionadas com o tema, sobre a base de relatórios especiais que se espera de cada participante.

4. Este esquema e temário será repetido em quatro centros regionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília, assim repartidos:

Grupo I: SÃO PAULO

São Paulo	-	15 participantes
Paraná	-	10
Santa Catarina	-	10
Rio Grande do Sul	-	15



Grupo II. RIO DE JANEIRO

Bahia	-	15
Minas Gerais	-	15
Espírito Santo	-	5
Rio de Janeiro	-	5
Guanabara e MEC	-	15
		<hr/>
		55

Grupo III. RECIFE

Maranhão	-	5
Piauí	-	5
Ceará	-	5
Rio Grande do Norte	-	5
Paraíba	-	5
Pernambuco/SUDENE	-	15
Alagoas	-	5
Sergipe	-	5
		<hr/>
		50

Grupo IV. BRASÍLIA

Pará	-	10
Amazonas	-	5
Mato Grosso	-	5
Goiás	-	5
Distrito Federal	-	10
Acre	-	3
Amapá	-	3
Rondônia	-	3
Roraima	-	3
		<hr/>
		47

6. Os participantes têm que ser técnicos em educação, seja no exercício de diretoria ou chefia de departamentos ou serviços estaduais de educação, seja como membros dos Conselhos Estaduais de Educação.

7. A organização desses seminários ficará a cargo, sob a presidência do Diretor do INEP, de quatro coordenadores, especialistas em organização e planejamento da educação, sendo dois representantes do Ministério da Educação e Cultura e dois da UNESCO. *Para cada ciclo semanal, designar-se-á um coordenador próprio.*
8. A organização material e o custeio destes seminários regionais será a cargo do INEP, com a participação dos seus Centros regionais de Pesquisas Educacionais interessados.
9. Se este temário (texto adjunto) for aprovado (INEP e UNESCO), os coordenadores designados propõem-se a preparar uma nota que explicaria cada item do temário. Essa nota recolheria os dados disponíveis sobre a evolução e financiamento do ensino brasileiro e daria breves esclarecimentos sobre alguns exemplos de planejamento educacional, bem como sobre critérios e exemplos de levantamentos das necessidades de mão-de-obra. Essa nota poderia ser aprontada para o começo de outubro.
10. O INEP tomaria a iniciativa de promover uma reunião, eventualmente para o início da segunda quinzena de outubro, dos representantes da UNESCO e de seus próprios representantes para a discussão do temário, a partir da nota proposta no parágrafo anterior. Modificá-lo-ia e aprová-lo-ia para finalmente organizar praticamente o trabalho que decorreria do temário e de seu calendário. Esse grupo proporia os relatores brasileiros do Seminário.

Para esse fim é recomendada a participação, no grupo, de representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Conselho Federal de Educação, do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e da Fundação Getúlio Vargas.



## TEMÁRIO DOS COLÓQUIOS SÔBRE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

## I. PRIMEIRA SEMANA

Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil

1. Educação e desenvolvimento econômico e social; o fator humano no desenvolvimento. Demografia e Educação, Educação e Mão-de-obra, Mão-de-obra e Desenvolvimento.
2. Resoluções da Conferência de Santiago do Chile, 1962 (UNESCO/CEPA).
3. Prioridades reconhecidas à educação em alguns países (U.S.A., Europa Ocidental, Japão).
4. Situação do Ensino no Brasil em relação com outros países da América Latina. Diversificação e desequilíbrio regional no Brasil.
5. Inventários de mão-de-obra. Critérios da O.E.C.D. O Projeto regional mediterrâneo. Pesquisas sôbre levantamento de mão-de-obra na América Latina.
6. Inventário das necessidades da economia brasileira (ao nível nacional e de cada Estado) em
  - operários semi-qualificados
  - operários qualificados
  - técnicos de nível médio e
  - profissionais.
7. O mercado de trabalho no Brasil. Análise da evolução dos setores da população ativa brasileira.
8. Níveis e matrículas educacionais desejáveis no Brasil.
9. Educação fora e além da escola. Educação de adultos. "Reciclagem". Treinamento acelerado.

Com a colaboração de representantes dos:

MEC (CAPES)

Ministério do Planejamento

SENAI e SENAC

SUDENE

e peritos estrangeiros

N.B.: para este curso, os participantes do Grupo IV (Brasília) se deslocariam para a sede do Grupo II (Rio de Janeiro) e se organizaria o calendário a fim de concentrar este curso em 3 semanas <sup>sucessivas</sup> seguidas nos grupos I, II e III.

## II. SEGUNDA SEMANA

### Técnicas de Planejamento da Educação

1. O conceito da integração do ensino. Ligação entre os três níveis do ensino. Pirâmides educacionais.
2. Educação e desenvolvimento econômico.
3. Educação e democratização do ensino.
4. Planejamento quantitativo e qualitativo. Planejamento dos recursos disponíveis. O conceito de rendimento do ensino.
5. Custos unitários. (Custos por aluno em cada nível do ensino; custos por diplomado).
6. Projeções escolares (matrículas, corpo docente, unidades escolares).
7. Programa de formação, treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente.
8. Programa de construções escolares.
9. Prioridades no planejamento da educação brasileira (maior densidade demográfica, cadastro e mapas escolares, áreas de desenvolvimento industrial e agrícola definidos pelo Planeja -



mento Nacional da Economia, infraestruturas sociais integradas).

10. Estrutura administrativa no planejamento da educação. Entrosamento entre o Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Educação, o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho, o SENAI.

Entrosamento entre o planejamento da educação ao nível federal e o planejamento da educação no nível estadual e municipal.

11. As técnicas do orçamento-programa.

12. A ajuda internacional ao ensino.

13. Análise do

1º) Plano Trienal de Educação. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1963.

2º) Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Setor Educação.

3º) Plano Nacional de Educação. Revisão 1965. Conselho Federal de Educação.

14. Critérios da Conferência de Santiago (1962) para o desenvolvimento da educação na América Latina. Análise e discussão.

15. Alguns exemplos de planejamento educacional (México, Espanha, Itália, França, Índia).

16. Pesquisas em planejamento.

Colaboração de:

MEC

Conselho Federal de Educação

Ministério do Planejamento

e peritos estrangeiros.

### III. TERCEIRA SEMANA

#### Leis e Regulamentos sobre Educação no Brasil

1. Desenvolvimento histórico do Ensino no Brasil
2. Art. 169 da Constituição
3. 1942. Lei orgânica do ensino médio
  - " Lei orgânica do ensino industrial
  - " Lei sobre criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
1943. Lei orgânica do ensino comercial
1945. Lei orgânica do ensino normal
1946. Lei orgânica do ensino agrícola
4. Dezembro 1961. Lei de Diretrizes e Bases
5. 17 março 1964. Lei nº 4.320 - Administração Financeira
6. 1964. Lei do Salário-Educação
7. O ensino particular
8. A reforma administrativa
9. O Conselho Federal de Educação
10. Os Conselhos Estaduais de Educação
11. O SENAI. Bases e organização.

#### Colaboração de:

MEC

Conselho Federal de Educação

Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica

SENAI

Representantes do Ensino Privado.



## IV. QUARTA SEMANA

Estatísticas e Dados Básicos\*

1. Análise dos subsídios do Censo Escolar de 1964 e outros dados:
  - 1º) Taxas de população urbana e rural
  - 2º) Grupos etários da população escolar
  - 3º) População ativa e sua distribuição em setores
  - 4º) Matrículas nos ensinos <sup>m/</sup>primário, médio e superior
  - 5º) O "déficit" escolar
  - 6º) Repetição, deserção e "retenção" escolar
  - 7º) O corpo docente
  - 8º) Inventário e situação material das unidades existentes
  - 9º) Organização do cadastro escolar e de mapas escolares
2. Despesas da União, dos Estados e Municípios com a Educação.
3. Relação das despesas totais com o Produto Interno Bruto e com o total das despesas públicas.
4. Despesas do Estado com a educação em 1964 e 1965:
  - 1º) Despesas correntes (pessoal, manutenção e conservação)
  - 2º) Despesas em capital (construções e equipamento)
    - a - separadas segundo cada nível de ensino e, no caso do ensino médio, segundo cada tipo (secundário, comercial, industrial, agrícola, normal)
    - b - segundo cada orçamento, isto é:
      - estadual
      - municipal
      - verbas recebidas da União.
5. Estimativa das despesas com o ensino privado.

---

\* As estatísticas e os dados terão que se referir ao Brasil no seu conjunto e a cada Estado ou Território interessado. Ao falarmos de Estado ou Território interessado, se entende os Estados e Territórios representados em cada um dos quatro grupos regionais. Isto também é válido para todos os itens do temário.

Colaboração:

Brasil: MEC - Serviço de Estatística  
 Ministério do Planejamento  
 Ministério do Trabalho  
 Fundação Getúlio Vargas  
 Representantes do Ensino Privado  
 e peritos estrangeiros.

## V. QUINTA SEMANA

O Ensino Primário

1. Desenvolvimento do ensino primário e do ensino médio normal no Brasil. 1940-1964.
2. Desenvolvimento do ensino primário e do ensino médio normal em cada Estado e Território interessado: 1940-1964.
3. Matrículas. Repetição e deserção escolares. Conclusões.
4. Ano escolar. Dias letivos. Escolas em dois e mais turnos.
5. Currículos das quatro séries.
6. Escolas primárias com 5ª e 6ª séries. Censo. Currículos . Funcionamento.
7. A escola unitária.
8. Taxa alunos/professor no ensino primário brasileiro.
9. Aplicação de novos métodos pedagógicos: audiovisuais; televisão.
10. Estatísticas do corpo docente primário (Brasil e cada Estado ou Território interessado)
  - \* Diplomados
    - Regentes
    - Leigos



11. Necessidades de formação, treinamento e aperfeiçoamento em cada Estado nas duas hipóteses de matrícula de 100% do grupo etário escolarizável:
  - 1º) para 1970
  - 2º) para 1980
 à base de projeções correspondentes de matrícula.
12. As Escolas Normais e os Institutos de Educação; os Centros de treinamento do magistério.
13. Inspeção e Supervisão do Ensino Primário
14. Necessidades de supervisores e especialistas para o ensino primário em cada Estado e Território interessado.
15. Estatuto administrativo e salários do professorado primário.
16. Serviços auxiliares:
  - Assistência social
  - Merenda escolar
  - Transporte
17. Elaboração e custeio de compêndios escolares. Campanha nacional de material de ensino.

Colaboração:

MEC

VI. SEXTA SEMANA

O Ensino Médio

1. Desenvolvimento do ensino médio no Brasil e por Estado e Território, 1940-1964, por tipo:
    - secundário
    - comercial
    - industrial
    - agrícola.
- N.B. O ensino médio normal será considerado em relação com o ensino primário, durante a quinta semana, com exceção dos custos unitários, considerados no item 4 da sexta semana.

2. Matrículas. Unidades escolares. Corpo docente (proporção de diplomados e de leigos).
3. Deserção e retenção escolares, em cada tipo (secundário, comercial, industrial, agrícola) no Brasil e em cada Estado:  
1º) ao nível do ginásio.  
2º) ao nível do colégio.
4. Custos unitários do ensino médio, no Brasil e em cada Estado e Território, por tipo (secundário, comercial, industrial, agrícola, normal), separando as despesas de manutenção (pessoal, conservação etc.) e as despesas de capital (construções e equipamentos).
5. Currículos do ensino médio, por especialidade, ginásio e colégio. Disciplinas obrigatórias e optativas.
6. Exigências de admissão à 1ª série ginasial e à 1ª série colegial, para cada tipo.
7. Adequação dos currículos dos ensinos/colégiais às exigências dos concursos de habilitação do ensino superior.
8. Relações entre o ensino secundário e ensino médio comercial.
9. Política brasileira do "tronco comum". Educação geral e educação profissional. O ginásio moderno. O ginásio compreensivo.
10. Orientação escolar e profissional. Formação de orientadores.
11. Elaboração de compêndios escolares.
12. Normas (taxas aluno/professor, pessoal administrativo e de supervisão).
14. Formação, treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente do ensino médio, por tipo.
15. Programação do desenvolvimento do ensino médio no Brasil entre 1966 e 1970, por tipo.



16. Programação da aprendizagem do ensino industrial brasileiro em relação com os programas do SENAI, do SENAC, bem como em relação com a demanda de operários semi-qualificados, qualificados e técnicos de nível médio, para cada Estado e Território.

Colaboração:

MEC

Ministério do Planejamento

Ministério da Agricultura

Ministério do Trabalho

SENAI e SENAC

Instituto de Sociologia Industrial (São Paulo)

Escola de Administração e Chefia de Empresa (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo)

Representantes do Ensino Privado.

VII. SÉTIMA SEMANA

O Ensino Superior

1. Desenvolvimento do ensino superior no Brasil - 1940-1964
2. Deserções e Conclusões.
3. Organização administrativa do ensino superior. Preparação de orçamentos e programas.
4. Professores de tempo integral e dedicação exclusiva.
5. Ramos do ensino superior ligados:
  - às atividades econômicas
  - às atividades de ciência e tecnologia
  - à saúde
  - à formação de pessoal docente do ensino médio.
6. Custos unitários do ensino superior, por principais especialidades.

7. Financiamento do ensino superior.
8. Planejamento do ensino superior nas estruturas federais ou descentralizadas (U.S.A., Índia, Austrália. U.R.S.S., Grã-Bretanha)
9. Programação do ensino superior brasileiro em relação com a demanda de técnicos de nível médio (pós-secundário) e de profissionais. Ligação com o Planejamento Nacional da Economia.
10. Cursos de pós-graduação.
11. Serviços sociais. Orientação escolar e profissional. Serviços assistenciais. Bolsas.

Colaboração:

MEC

Conselho Federal de Educação

CAPIES

Ministério do Planejamento

Representantes do Ensino Privado

e peritos estrangeiros.

VIII. OITAVA SEMANA

Construções Escolares e Equipamentos

1. Análise do Censo Escolar em relação com construções e equipamentos. Cadastro e mapas escolares.
2. Normas funcionais (projetos-padrões)
  - Escolas primárias com 1 sala
  - 2 salas
  - mais de 2 salas
  - Ensino médio: secundário
  - comercial
  - industrial
  - agrícola



- Escolas normais
  - Universidades e Institutos de Tecnologia
3. Custos, por tipo e nível de ensino
  4. Custos de equipamentos por tipo e nível de ensino (equipamentos escolares, audiovisuais, televisão).
  5. Análises dos programas latinoamericanos de construções escolares.
  6. Financiamento de construções e de equipamentos.

Colaboração:

MEC

Ministério do Planejamento

Representantes do Ensino Privado

e peritos estrangeiros

IX. NONA SEMANA

Preparação dos Programas de Educação ao Nível Estadual e Federal

1. Projeções de matrícula por nível de ensino na hipótese de matriculação a 100% no ensino primário:
  - 1ª) em 1970
  - 2ª) em 1980e matrículas decorrentes ou desejadas no nível médio e superior.
2. Dentro destas hipóteses, programação da formação do corpo docente.
3. Estimativa das despesas decorrentes destas hipóteses, separando as despesas correntes e as despesas de capital.
4. Entrosamento com o plano federal e os orçamentos federais para o período 1967, 1968 e 1969.

5. Entrosamento entre programas estaduais e municipais.
6. Estrutura administrativa do planejamento ao nível federal e estadual.
7. Estrutura administrativa para execução dos planos. Fiscalização. Avaliação.

Colaboração:

MEC

Conselho Federal de Educação

Ministério do Planejamento

e peritos estrangeiros.

- oOo -

1. A Lei de Diretrizes e Bases constitui, apesar de suas deficiências, o mais realista dos estatutos educacionais já outorgados ao país. É por isso mesmo, o mais viável, e o mais apto a combinar as aspirações que expressa com as condições reais do Brasil. A integração dos ideais na realidade como instrumento fertilizador, e não como utopia estéril, confere à Lei uma objetividade dinâmica capaz de impulsionar o desenvolvimento da educação brasileira. Nisso, a nova sistemática se distingue das que a precederam, resultantes de formulações abstratas elaboradas pela burocracia, ao arrepio dos condicionamentos e possibilidades inscritas na experiência.

2. Mas a Lei de Diretrizes e Bases é menos um código de prescrições casuísticas que uma carta de princípios suficientemente nítidos, mas também flexíveis, para abrigarem a diversidade das situações e de experiências dentro duma organização saudavelmente pluralística.

Ela não fez tudo, nem pretendeu fazê-lo; não é o fim, mas o princípio, ou seja, a instauração de um processo criador, que, como tal, terá de brotar dos vários campos da experiência educacional. Não há mais um órgão de fazer leis, divorciado dos setores que fazem educação: sob a égide de uma lei mais inspiradora, que limitadora, a prática em que cada instituição, ou cada Estado, se vêem engajados é que vai delineando as suas estruturas e o seu comportamento. Reconhecemos que a filosofia, a qui definida, só incompletamente chegou a expressar-se na lei, sem que, todavia, as incongruências ou falhas sufoquem a sua inspiração e as suas virtualidades.

3. Está portanto em processo a nova organização educacional, com as transformações que reclama. Não se implantou uma arquitetura legal acabada: autorizou-se o fieri sob o impulso da iniciativa e dos progressos da experiência por parte das



Administrações estaduais e municipais, das Universidades e escolas, de todas as instituições interessadas em educação.

Ocorre, todavia, que essa filosofia liberadora surpreendeu os Estados e as instituições despreparadas para utilizá-la. Forçados ao longo regime da docilidade, que lhes retirava a iniciativa intelectual e a responsabilidade de analisar e resolver seus próprios problemas, tornaram-se, muitas delas, vítimas da estagnação, desprovidas, por isso mesmo, do cabedal de informações e idéias, e dos quadros técnicos indispensáveis ao cumprimento das tarefas que lhes foram transferidas.

4. Impõe-se, destarte, que os Estados se ponham, rapidamente, em nível com o grau de responsabilidade que a lei lhes conferiu, e procurem, diligentemente, atingir as condições necessárias à realização duma política criaderamente autônoma. Se não, permanecerão, por inércia, dependentes do Ministério da Educação, ou deixarão tudo como dantes, perdendo a chance de renovar o velho estilo burocrático, formalista e esterilizante.

5. É claro que a autonomia dos Estados e das outras instituições educacionais não exclui o Ministério na formulação e na execução de uma política nacional de educação. De resto, só o Governo federal poderá promovê-la, por lhe ser exclusiva a autoridade de definir alguns objetivos comuns transcendentes das particularidades regionais, e que devem consubstanciar-se nos Planos nacionais de educação primária, média e superior. Não se trata apenas dum imperative sociológico, de exprimir a solidariedade de todas as partes na unidade dinâmica do todo, e de propiciar, pela ação estimuladora do Poder público e pela mobilização integrada dos recursos humanos e materiais, a aceleração do nosso progresso social, econômico e cultural. Trata-se, igualmente, dum postulado da Lei de Diretrizes e Bases que atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade de formular os referidos Planos, à base dos recur-



ses federais destinados à educação. Ressaltam daí duas linhas de ação: uma, configuradora da iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura na distribuição dos recursos federais; outra, definidora de sua atuação cooperativa, junto a outras esferas de poder público ou da iniciativa privada. Numa e noutra perspectiva, terá o ministério de proceder a uma substancial revisão de seus métodos de ação, trocando o estilo autoritário pelo diálogo. Os Planos, ainda que baseados nos recursos federais, deverão receber iniciativas que em larga escala se devam reconhecer à liberdade dos Estados, ou de instituições autônomas, como são as Universidades. Por isso mesmo terão de ser construídos por meio de mútua consulta e interação em todas as fases de sua elaboração e execução. Quanto às iniciativas da competência dos Poderes autônomos, a ação do Ministério da Educação e Cultura se exercerá, primordialmente, sob a forma de estímulo e de assistência técnica.

6. Importa delinear claramente a nova posição do Ministério da Educação e Cultura e a inversão de sentido de sua atuação. Presumem alguns, equivocadamente, o seu esvaziamento, de quando em quando em que se deslocaram do centro para a periferia as responsabilidades da política educacional. Se é verdade que fugiram dos órgãos centrais para os Estados atribuições primárias de ação, também deve partir daqueles para estes um constante fluxo de cooperação técnica e financeira, e no caso desta última, sob a caução de diretrizes que ao Governo federal cabe diligenciar para que sejam aceitas pelos Estados. O Poder federal se vai despojando, em boa hora, de considerável soma de encargos administrativos, mas não do dever de participar, em novo estilo, e solidariamente, da política educacional descentralizada. Persiste, pois, com outra perspectiva, a função irradiadora do Ministério da Educação e Cultura: menos normativa que supletiva, não mais como órgão da lei, prolongador de sua eficácia impositiva e coatora, mas como órgão

de cooperação. Não se exerce mais o poder de polícia, e sim a ação política. Substitui-se o juridicismo burocrático pelo espírito de empreendimento. A Lei não outorgou ao Ministério da Educação e Cultura autoridade para comandar uma casualística formal mas para mobilizar instrumentos de ação. E nisso consiste sua inovação revolucionária.

Por outro lado, força é admitir que parte da autoridade do Ministério repousa na lei, enquanto esta lhe assegura, para determinados fins, direitos exclusivos de ação normativa. Mas outra parte está na dependência da capacidade real, em termos de competência intelectual e técnica, revelada pelos executores de sua política.

O que a Lei de Diretrizes e Bases introduziu em nossa sistemática educacional, foi o imperativo da competência pessoal dos administradores e dos técnicos, de um lado, e de outro, a necessidade do diálogo que, a partir dela, se instaurou entre os órgãos centrais e os periféricos. Não só porque o laço hierárquico se flexibilizou em estilo de cooperação, como também porque tais relações não ficam prefixadas na lei escrita, mas se deverão articular dinamicamente na base dos fatos em sua contínua fluidez e mutação. As características do novo regime se configuram pela sua mobilidade, pela variedade das soluções e pelos vínculos vivos e pessoais que devem presidir a programação. Tínhamos, antes, a política estática, baseada no predomínio da lei uniformizadora e imutável: as normas eram estabelecidas unilateralmente pelas autoridades da cúpula que, a partir daí, passavam a ignorar a confrontação delas com as situações concretas, e as reações entre ambas.

Foi, destarte, removido o autoritarismo abstrato e substituído o diálogo em torno dos problemas reais; substituída a disciplina mecânica pela interação ordenada. Tivemos, afinal, o triunfo do realismo, antepondo-se a realidade à norma, o movimento à

fixidez, os conteúdos situacionais às generalidades da lei, o dinamismo pessoal à impessoalidade cartorial. Acabou o tout fait; a ação do Administrador e do técnico se afirma, aqui e agora, em cada emergência do permanente devenir da realidade social e educacional.

7. Duas consequências fundamentais resultam dessa transformação: a primeira é que só se realizará a política instituída na Lei, se houver, de um e outro lado - no centro e na periferia - líderes e técnicos suficientemente lúcidos e adestrados para o diálogo; a segunda, é que a autoridade do Ministério da Educação tem de afirmar-se, crescentemente, mais intelectual e técnica que burocrática. O burocratismo foi, realmente, varrido pela Lei de Diretrizes e Bases.

É afortunadamente, pois uma das origens da crise educacional brasileira estava na visão burocrática que eliminava ou escaleteava o conteúdo dos problemas, de tal modo que a escola e a realidade nacional passaram a ignorar-se como duas ordens incommunicáveis.

Não reside, mais, a força do Ministério da Educação e Cultura na imperatividade de seus editos, mas na excelência de seus conselhos. E, se é verdadeira a constatação de que as soluções educacionais não podem esgotar-se nas diligências burocráticas, segue-se, igualmente, que o estudo e a gestão dos assuntos educacionais não pode ser atribuição apenas de burocratas ou de "técnicos", mas, sobretudo, de uma elite cultural capaz de dar conteúdo real à educação.

Para ser realista, é preciso ter a inteligência adequada da realidade, pois, tanto foi nociva a ignorância dos fatos, na fase cartorial, quanto o seria, agora que se faz o jogo da verdade, o despreparo para identificá-los e, quanto possível, condu-



zi-los. O realismo em que foi lançado o Ministério da Educação reclama uma mobilização de energias muito maior que dantes, pois se trata, neste momento, da verdadeira eficiência: a que se impõe, democraticamente, pelo vigor de sua lucidez, e pelo zelo de sua presença.

A outra razão em que se baseia a autoridade do Ministério da Educação e Cultura, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, consiste na necessidade de ser formulada uma política nacional. Nascida, sempre, a preliminar da integração dialética, tal autoridade não se constitui, superpondo-se à dos Administradores de outras áreas, mas pela capacidade de definir objetivos gerais à sua política, e de ajustar, a eles, os programas específicos dos Estados e das instituições autônomas.

8. Tais são os postulados em que assenta o plano dos Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas de Educação. Trata-se de preparar as condições, mediante as quais possam a Lei de Diretrizes e Bases e a sua filosofia traduzir-se numa política concreta. Em perfeita coerência com os pressupostos do presente documento, pretende-se, 1ª - instituir a pesquisa e a informação como bases da ação técnica e administrativa; 2ª - realizar todos os estudos que se fizerem necessários ao completo levantamento de nossa situação educacional e à fixação de objetivos e programas reclamados pelo desenvolvimento nacional; 3ª - convocar, com esses objetivos, a experiência das personalidades altamente competentes; 4ª - propiciar os meios adequados para a troca de experiências e de idéias entre órgãos federais e órgãos estaduais ou instituições autônomas, e para a completa apropriação, por parte das autoridades administrativas e das equipes técnicas, das informações a serem oferecidas. O resultado final colimado será a comunicação vertical e horizontal entre autoridades e entre técnicos, combinadamente, com base no conhecimento adequado dos objetivos e dos fatos sobre



as quais deve inserir-se a ação educacional.

9. O programa dos CROSE, exposto sumariamente noutra parte deste documento, reflete, de modo coerente, a filosofia que o inspira. Parte-se da idéia de uma unidade construída, democraticamente, sobre a diversidade. Pretende-se reconhecer a nossa múltipla realidade sócio-cultural e educacional, consagrar a originalidade das experiências estaduais, além de outras fora do controle federal, e alcançar a unidade da política nacional da educação através das diferenças complementarmente articuladas. Em vez de primitiva uniformidade, empobrecida, cabe ao Governo Federal, na perspectiva do LDB, construir outra unidade: e nesse esquema se inspira, destarte, no pluralismo convergente que integra num esforço comum o ensino público e o ensino privado, a ação federal e a dos Estados, Municípios e instituições autônomas.

Procura-se, ademais, identificar a peculiaridade de cada nível do ensino e da política que lhe corresponda.

O instrumento dessa integração flexível será o Plano .  
Cabe-lhe combinar a ação diversificada das várias esferas do poder, e nisso se afirmará a sua eficácia na administração; mas também, e sobretudo, fundir a doutrina com a experiência - e aí resalta a sua importância como instrumento da política educacional. As idéias e os fatos andaram quase sempre separados em nosso programa de educação, aqueles continuaram a ser declamados, inubílimos, e estes a ser relegados ao velho e opaco empirismo; entre ambos, um intervalo que impedia a comunicação fertilizadora

10. A iniciativa do INEP ao propor a instituição dos CROSE está justificada pelas suas atribuições legais. Com efeito, o INEP é um órgão de pesquisa, documentação e informação, a serviço da política educacional do Governo em todas as áreas e níveis. Tendo em vista, porém, a exiguidade de seus quadros, e as limita-

ções que a rotina burocrática oferece, julgamos imprescindível a criação duma Comissão de especialistas, de alto nível, destinada especificamente, e em regime especial de trabalho, à organização e execução das tarefas dos CROSE, ou seja: realizar pesquisas e estudos, conferências e relatórios; organizar uma documentação básica sobre problemas educacionais, a ser oferecida às autoridades e aos técnicos que vierem a participar dos Colóquios; assessorar os serviços técnicos e administrativos dos Estados, na linha de objetivos fixados neste documento.

Dos mencionados especialistas três são brasileiros e três da UNESCO. Além da Comissão, deverão participar dos trabalhos dos CROSE outras destacadas figuras da educação brasileira.

Nº 190

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1966

A: Ilmo. Prof. Carlos Correa Mascaro,  
DD. Diretor do INEP

De: Michel Debrun, do grupo de planejamento  
educacional INEP/UNESCO

Prezado Senhor,

Seguindo as linhas gerais estabelecidas no decorrer da última reunião (sexta-feira dia 23 de setembro) do grupo INEP-UNESCO, apresento-lhe uma nova formulação de plano dos CROSE. Apreciaria uma discussão desse projeto na próxima reunião, (quinta-feira dia 29), se for possível com a participação de V. Sª.

Atenciosamente

MICHEL DEBRUN

Original

cópias: Professor Carlos Pasquale,  
Secretário de Educação do Estado de São Paulo

Sr. John Howe, Chefe da  
missão da UNESCO no Brasil

Professores Eulina de Carvalho,  
Durmeval Trigueiro,  
Paulo de Almeida Campos,  
Jacques Torfs  
Pierre Furter  
Michel Debrun

Arquivo /

MD/vgc.

## Projeto de CROSE

I Semana (5 dias): considerações preliminares.

Para todos os participantes (secretários de educação, membros dos conselhos estaduais, professores dos vários graus, especialistas em educação)

1. Os objetivos dos CROSE
2. Panorama histórico da educação brasileira
3. Os ideais e princípios dos pioneiros da geração de 1930
4. A atualidade educacional brasileira
5. A lei de Diretrizes e Bases

II Semana (10 dias): técnicas de avaliação e processos de racionalização dos sistemas educacionais.Primeira parte (4 dias): técnicas de avaliação.

1. A pesquisa sociológica
2. A pesquisa e a experimentação pedagógicas
3. As estatísticas educacionais
4. Balanços de receitas e despesas educacionais

intervalo: sábado e domingo.

Segunda parte (4 dias): processos de racionalização.

1. Princípios e instrumentos de reorganização administrativa
2. Novos métodos pedagógicos e processos educacionais (TV educativa por exemplo)
3. O Planejamento Educacional: exposição e discussão das principais teorias (Tinbergen, Harbison, Debeauvais, etc.)
4. O Planejamento Educacional: escolha de um esquema teórico-prático para o caso brasileiro

sobretudo para professores e especialistas em educação



III Semana (10 dias): os três graus de ensino e suas conexões

para todos os  
participantes

Primeira parte (4 dias): situação global dos tres graus

1. O ensino primário e normal
2. O ensino secundário
3. O ensino médio não-secundário:  
comercial, industrial, agrícola
4. O ensino superior

intervalo: sábado e domingo

sobretudo para  
professores e  
especialistas

Segunda parte (4 dias): problemas específicos e conexões

5. 6. 7. Constituição de três grupos - do ensino primário, dos ensinos médios, do ensino superior - para discussão dos respectivos problemas. Em cada caso:
  5. problemas institucionais (leis, administração, contexto sócio-cultural)
  6. problemas pedagógicos
  7. problemas financeiros
8. Plenário, para exame das conexões entre os tres graus de ensino

IV Semana (5 dias): Educação e Desenvolvimento

sobretudo para  
especialistas em  
planejamento e  
educação

1. Articulação do planejamento educacional e do planejamento sócio-econômico: o planejamento educacional "integrado"
2. Os problemas da formação da mão-de-obra
3. Utilização dos novos processos educacionais pelo planejamento educacional integrado
4. Utilização da educação permanente
5. Planejamento global da Nação e Plano Nacional da Educação